

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO CEDETEG
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS – SEAA/G
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG

DANNY JESSÉ FALKEMBACH NASCIMENTO

**ANÁLISE DOS DESASTRES NOTICIADOS NA MÍDIA POR MEIO DO JORNAL
IMPRESSO DE GUARAPUAVA-PR**

GUARAPUAVA/PR
2012

DANNY JESSÉ FALKEMBACH NASCIMENTO

**ANÁLISE DOS DESASTRES NOTICIADOS NA MÍDIA POR MEIO DO JORNAL
IMPRESSO DE GUARAPUAVA-PR**

Dissertação de mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Centro-Oeste, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Geografia (Área de Concentração: Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos).

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes

**GUARAPUAVA/PR
2012**

Nascimento, Danny Jessé Falkembach
N244a Análise dos desastres noticiados na mídia por meio do jornal impresso de
Guarapuava-PR / Danny Jessé Falkembach Nascimento. – – Guarapuava,
2012
xiii, 117 f. : il. ; 28 cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste,
Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração: Dinâmica
da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, 2012

Orientadora: Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes

Banca examinadora: Eloiza Cristiane Torres, Carla Luciane Blum Vestena

Bibliografia

1. Geografia. 2. Desastre natural. 3. Sociedade. 4. Mídia. 5. Jornal
impresso. 6. Diário de Guarapuava. I. Título. II. Programa de Pós-Graduação
em Geografia.

CDD 070.4



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO CEDETEG
SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS E AMBIENTAIS – SEAA/G
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - PPGG



TERMO DE APROVAÇÃO

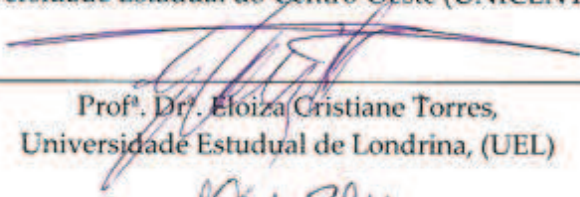
DANNY JESSÉ FALKEMBACH NASCIMENTO

**ANÁLISE DOS DESASTRES NOTICIADOS NA MÍDIA POR MEIO DO JORNAL
IMPRESSO DE GUARAPUAVA-PR**

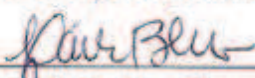
Dissertação **APROVADA** em 11/03/2013 como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Geografia, na área de concentração Dinâmica da Paisagem e dos Espaços Rurais e Urbanos, da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO), pela seguinte banca examinadora:



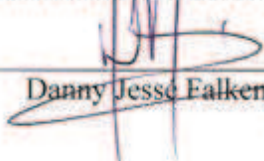
Prof^ª. Dr^ª. Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes – presidente
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)



Prof^ª. Dr^ª. Eloiza Cristiane Torres,
Universidade Estadual de Londrina, (UEL)



Prof^ª. Dr^ª. Carla Luciane Blum Vestena
Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO)



Danny Jesse Falkembach Nascimento

Guarapuava (PR), 11 de março de 2013.

DEDICATÓRIA

À minha esposa, Franciele Cristina Kulak Nascimento,
por entender, esperar e amparar;
À minha filha, Júlia Kulak Nascimento,
pelas lagunas de descontração e alegria durante os estudos;
Aos meus irmãos e irmãs (Cerize, Marise, Lilo, João e Denize),
por sempre estarem ao meu lado;
Ao meu pai, João Maria Martins Nascimento,
pelo exemplo;
À minha mãe, Geny Falkemback do Nascimento (em memória),
por ter sido a pessoa mais feliz ao saber que seu filho faria mestrado e mesmo não estando
aqui para ver a conclusão deste trabalho, acredito que está feliz;
E a Deus, pela vida.

AGRADECIMENTOS

À professora Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes, pelas orientações e pelo exemplo de pessoa e profissional.

Aos professores do Mestrado em Geografia, por dedicarem seu tempo ao futuro dos alunos do Programa (e pela paciência).

Aos professores que mesmo não sendo do PPGG da Unicentro aceitaram colaborar com este trabalho, em especial aos que participaram das bancas de Qualificação e de Defesa.

Aos colegas do mestrado pelos debates e pela colaboração, especialmente ao Emerson Souza Gomes, pelos textos, dicas e auxílio nos mapas.

Aos funcionários da Unicentro, especialmente ao Alceu Harmatiuk, pela prontidão.

Aos colegas da Coordenadoria de Comunicação Social, pela presença e companheirismo.

À Unicentro, instituição que faz parte da minha vida e propiciou todo o amparo possível para que eu pudesse realizar esse sonho.

E a todos que colaboraram, de forma direta ou indireta, para a realização deste trabalho.

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	iii
AGRADECIMENTOS	iv
LISTA DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS	vii
LISTA DE QUADROS	ix
RESUMO	x
ABSTRACT	xi
PREFÁCIO	12
INTRODUÇÃO	14
1. DISCURSO DA MÍDIA E MEIO AMBIENTE	17
1.1. O discurso da mídia e sua influência na vida social	19
1.2. Mídia de massa: o jornal impresso	26
1.3. A abordagem do meio ambiente pela mídia	31
2. ABORDAGEM GEOGRÁFICA DO MEIO AMBIENTE	36
2.1. A interação sociedade e natureza e os problemas ambientais urbanos	42
2.2. Os desastres naturais: processos decorrentes (enchentes, inundações e alagamentos)	47
2.3. Os desastres naturais no Brasil e no mundo	54
3. METODOLOGIA DE PESQUISA: ANÁLISE DO DISCURSO DE JORNAIS IMPRESSOS	59
3.1. Elementos da análise de conteúdo	59
3.2. A análise do discurso e o interdiscurso no jornalismo	60
3.3. A análise do discurso das edições do jornal Diário de Guarapuava	66
3.3.1. O formato de análise do material jornalístico	68
4. O DISCURSO DA MÍDIA SOBRE DESASTRES NATURAIS EM GUARAPUAVA-PR	71

4.1. A cidade de Guarapuava-PR	71
4.2. Análise do discurso das capas e matérias dos jornais selecionados	80
4.2.1 Os desastres naturais em edições do ano 2000 no Diário de Guarapuava	83
4.2.2 Os desastres naturais em edições do ano 2005 no Diário de Guarapuava	91
4.2.3 Os desastres naturais em edições do ano 2012 no Diário de Guarapuava	100
4.3. Análise de conteúdo das matérias jornalísticas do Diário de Guarapuava: 2000, 2005 e 2012	114
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RESULTADOS	119
REFERÊNCIAS	122

LISTA DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

Figura 1.1 – Contrato de Comunicação	18
Figura 2.1 – Origem dos desastres naturais	48
Figura 2.2 – Impactos da urbanização da bacia hidrográfica no ciclo da água	50
Figura 2.3 – Efeitos no sistema fluvial em decorrência do avanço urbano	50
Figura 2.4 – Leito de vazante, enchente e inundação	52
Figura 2.5 – Enchente, inundação e alagamento	53
Figura 3.1 – Capa do Jornal Diário de Guarapuava	70
Figura 4.1 – Localização do Município de Guarapuava	72
Figura 4.2 – Relevo de Guarapuava-PR	75
Figura 4.3 – Expansão da área urbana de Guarapuava-PR sobre os cursos d'água ..	76
Figura 4.4 – Sub-bacias hidrográficas de Guarapuava-PR	77
Figura 4.5 – Alagamento no Centro de Guarapuava-PR	79
Figura 4.6 – Capa da Edição Nº 452 do Diário de Guarapuava, do dia 13 de setembro de 2000	83
Figura 4.7 – Página 12 da Edição Nº 452 do Diário de Guarapuava, de 13 de setembro de 2000	86
Figura 4.8 – Página 12 da Edição Nº 454 do Diário de Guarapuava, de 13 de setembro de 2000	88
Figura 4.9 – Página 3 da Edição Nº 454 do Diário de Guarapuava, de 15 de setembro de 2000	89
Figura 4.10 – Recorte da capa da Edição Nº 1532 do Diário de Guarapuava, de 22 e 23 de janeiro de 2005	92
Figura 4.11 – Página 3 da Edição Nº 1532 do Diário de Guarapuava, de 22 e 23 de janeiro de 2005	93
Figura 4.12 – Capa da Edição Nº 1708 do Diário de Guarapuava, de 06 de outubro de 2005	96
Figura 4.13 – Recorte da capa da Edição Nº 1708 do Diário de Guarapuava, de 06 de outubro de 2005	97

Figura 4.14 – Página 3 da Edição Nº 1708 do Diário de Guarapuava, de 06 de outubro de 2005	98
Figura 4.15 – Recorte da capa da Edição Nº 3329 do Diário de Guarapuava, de 14 e 15 de abril de 2012	100
Figura 4.16 – Recorte da página A5 da Edição Nº 3329 do Diário de Guarapuava .	103
Figura 4.17 – Recorte da capa da Edição Nº 3338 do Diário de Guarapuava, de 27 de abril de 2012	105
Figura 4.18 – Página A4 da Edição Nº 3338 do Diário de Guarapuava, de 27 de abril de 2012	107
Figura 4.19 – Recorte da capa da Edição Nº 3364 do Diário de Guarapuava, de 05 de junho de 2012	109
Figura 4.20 – Página A6 da edição Nº 3364 do Diário de Guarapuava	111
Figura 4.21 – Página A7 da edição Nº 3364 do Diário de Guarapuava	112
Tabela 4.1 – Categorização das “causas” e “consequências”	115
Tabela 4.2 – Palavras plenas	116
Gráfico 4.1 – Principais palavras plenas	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 3.1 – Articulação de enunciados	61
Quadro 3.2 – Ponto de Sustentação	61
Quadro 3.3 – Discurso transversal	64
Quadro 3.4 – Diário de Guarapuava: notícias selecionadas (2000)	67
Quadro 3.5 – Diário de Guarapuava: notícias selecionadas (2005)	67
Quadro 3.6 – Diário de Guarapuava: notícias selecionadas (2012)	67
Quadro 4.1 – as chamadas das capas	81
Quadro 4.2 – Elementos principais do discurso na capa da Edição 452, de 2000	85
Quadro 4.3 – Elementos principais do discurso na capa da Edição 454, de 2000	88
Quadro 4.4 – Elementos principais do discurso na capa da Edição 1532, de 2005 ..	92
Quadro 4.5 – Elementos principais do discurso na capa da Edição 1708, de 2005 ..	97
Quadro 4.6 – Elementos principais do discurso nas capas (matérias de 2012)	101
Quadro 4.7 – Elementos principais do discurso na capa da Edição 3338, de 2012 ..	106
Quadro 4.8 – Elementos principais do discurso na capa da Edição 3364, de 2012 ..	110

RESUMO

Neste trabalho, nosso objetivo geral é analisar como a mídia aborda determinados fenômenos ambientais e colabora, com seu discurso, na construção de certos conceitos e significados na sociedade. Também é intuito da pesquisa compreender o papel da mídia na construção de informações ao leitor sobre os elementos que compõem os desastres naturais, mais especificamente aos danos causados por enchentes, inundações e alagamentos. Estes desastres ocorrem em vários lugares do Brasil, com consequências sociais e econômicas de grande impacto, e também se revela como um processo que merece atenção na cidade de Guarapuava, local de ocorrências das notícias analisadas na pesquisa. Como metodologia, adotamos a análise de discurso e de conteúdo do jornal impresso. A pesquisa evidenciou que a mídia tem um importante papel na divulgação dos eventos, popularizando as consequências dos desastres, mas é pouco efetiva na explicação dos diferentes fatores que influencia os processos e, via de regra, naturaliza os problemas ambientais, além de confundir o leitor quanto aos conceitos e à causa dos desastres naturais.

Palavras-chave: Desastre natural, sociedade, mídia, jornal impresso, Diário de Guarapuava.

ABSTRACT

On this paper, our general purpose is to analyze how media approaches certain environment phenomena and contributes, with its discourse, to the building of certain concepts and meanings in society. The aim of this research is also to understand the role media have in building information to the reader about the elements that are part of natural disasters, more specifically about the damages caused by floods, inundations and overflows. These disasters occur in several places in Brazil, bringing social and economic consequences of high impact; it is also a process that deserves special attention in the city of Guarapuava, place where the analyzed news occurred. Our methodology was based on the Discourse Analysis and newspaper content. The research showed that the media has an important role announcing the events, popularizing the disasters consequences, but it proves itself ineffective when explaining the different reasons that influence the processes, and as a rule, it naturalizes environmental problems and also puzzles the reader regarding the concepts and the cause of the natural disasters.

Key words: Natural disaster, society, media, newspaper, Diário de Guarapuava.

Prefácio

Certa vez ouvi que toda pesquisa nasce da inquietação de um indivíduo. Mas foi somente durante os créditos do Mestrado em Geografia que fui compreender a real importância desta “inquietação”. Explico neste prefácio o motivo desta conclusão.

Quando iniciei o projeto para desenvolver uma dissertação de mestrado, mil coisas passaram pela cabeça. Propostas surgiam aos “montes”, mesmo que sem fundamento algum. E foi numa conversa informal que fui orientado a pensar algo que pudesse “extrair” uma interação entre meio ambiente e mídia, pensando em algo local. Isso veio ao encontro de minha dupla formação, que abrange os campos da Geografia, no qual me formei em 2001, e do Jornalismo, que conclui em 2008.

Disso, surgiu um projeto que buscava avaliar como se formava o discurso da mídia, especificamente sobre meio ambiente (cujo recorte de análise pauta-se nos desastres naturais), e que envolvesse os professores de Geografia da Educação Básica de Guarapuava-PR.

Com a realização das disciplinas do mestrado, com as orientações recebidas e, mais ainda, com a qualificação da pesquisa, notei que o trabalho estava com um horizonte muito amplo, o tema era complexo, e resolver todas as questões que se propunha exigiria uma pesquisa com um período muito superior a esta etapa do mestrado. Era possível dividir as questões e buscar, neste momento, responder há algumas delas.

Era necessário reavaliar o projeto e partir para algo que envolvesse mais consistentemente o discurso da mídia sobre os assuntos que englobam os problemas ambientais, especificamente os desastres naturais, dentre eles a enchente, a inundação e o alagamento, como inicialmente era proposto, porém, neste momento, também foi necessário optar por pesquisa sobre a mídia local e, não necessariamente, pesquisar também junto a segmentos da sociedade (cujo projeto indicava os professores da educação básica).

Dessa forma, no horizonte, um recorte passível de ser aprofundado para a dissertação. Assim, mantive o objeto de estudo. Mas conforme a sugestão da banca de qualificação, optei por compreender como estes fenômenos são abordados pela mídia local e de que forma o “discurso” contribui para a compreensão dos fatores que favorecem os processos ambientais, que muitas vezes, se configuram em desastres.

Assim, decidi averiguar como a mídia trata um problema que, mais do que ambiental, é também social e econômico, que afeta cidades em todo o Brasil e também ocorre em Guarapuava-PR, mas também optei por analisar um tipo de mídia, o jornal impresso, pois

no âmbito local, é aquele que traz informações sobre processos que ocorrem em bairros da cidade e que ao serem lidas pela população são fontes de formação de opinião que ajudam a construir um “entendimento” sobre os desastres naturais. Um tema que pode e deve ser avaliado buscando contribuir para a reflexão de uma mídia possível, aquela comprometida com o papel social de informar adequadamente o cidadão.

Retomo aqui a importância da “inquietação”, a qual foi capaz de redimensionar a pesquisa, sem perder o foco do trabalho (discurso ambiental na mídia), cujo recorte permitiu um aprofundamento interessante e desafiador, com o qual, consegui criar uma relação realmente dissertativa, onde foi possível dialogar com diversos autores que vieram a somar com esta pesquisa.

Dessa forma, afirmo que ao trabalhar a mídia, um instrumento que culturalmente tem influência na vida dos cidadãos, por um viés educacional e social, me deparei com um desafio que, conseqüentemente, mudou a forma de encarar o meu instrumento de trabalho (o jornalismo). Mudou porque me aprofundei em questões que antes sequer eram notadas e porque pude trabalhar com um tema (meio ambiente) que reflete na qualidade de vida das pessoas.

Também descobri que sempre há mais a aprender e que em cada nova pesquisa novos conhecimentos emergem e remodelam o pesquisador (ou o profissional). E o que antes eram duas formações diferentes, hoje convergem em uma única área de estudo, mais ampla e completa. Enfim, ao dialogar entre as áreas de minha formação no Ensino Superior, redescobri que além daquilo que vejo (na mídia), existe sempre mais, que deve ser percebido, avaliado e criticado. Essa foi minha principal descoberta neste trabalho.

Introdução

Atualmente, a mídia apresenta diversas notícias sobre o meio ambiente. Essas notícias são fruto de um processo de construção discursiva dos meios de comunicação. Para firmar esse discurso, a mídia respalda seu enunciado em um processo chamado de interdiscurso, com a constante evocação dos elementos que compõem esse processo, como a memória histórica e o não-dito.

Antes de avançarmos nesta discussão, é importante esclarecer que meios de comunicação, mídia e notícia, neste trabalho, possuem o seguinte entendimento: meio de comunicação é entendido como o meio pelo qual a comunicação é feita, o jornal impresso, o rádio e a televisão (TV) são exemplos de meios de comunicação; já a mídia (oriunda do latim *media* – que significa meio) é um termo que substitui a palavra imprensa, ou seja, o conjunto dos meios de comunicação; e notícia é a forma pela qual o fato é registrado e divulgado pela mídia. Além disso, ressaltamos que meio de comunicação de massa deve ser entendido como algo que é direcionado a um grande público, heterogêneo e anônimo, que atinge uma vasta audiência em pouco tempo e envolve milhares de pessoas no processo (ALEXANDRE, 2001).

No que diz respeito ao interdiscurso, trata-se do conjunto de discursos anteriores à enunciação e já esquecidos, que são evocados inconscientemente pela memória, para formulação do discurso do sujeito (PÊCHEUX, 1997). Já o dito e o não-dito correspondem, respectivamente, ao que é e ao que não é enunciado em um discurso¹, como veremos ao longo do trabalho.

Dessas notícias surgem significações nos indivíduos e a construção do senso comum sobre determinados elementos que integram problemas que, via de regra, afetam a sociedade e o meio ambiente. A mídia cria suas formas de apresentação do fato e isso acaba se tornando um interessante material para análise.

Nesta pesquisa, nosso objetivo geral é analisar como a mídia aborda determinados fenômenos ambientais e contribui com seu discurso na construção de certos conceitos e significados na sociedade. Também, queremos compreender o papel da mídia na construção de informações ao leitor sobre os elementos que compõem o desastre natural, em específico os danos causados por enchentes, inundações e alagamentos.

¹ Ressaltamos que o não-dito pode ser fruto de um esquecimento ou algo intencional, como será percebido ao longo do trabalho (PÊCHEUX, 1997).

Já os objetivos específicos que consideramos importantes para a pesquisa partem da análise das matérias selecionadas da mídia, que serão analisadas a fim de se compreender o que a mídia define como “de interesse social”, como veicula estas informações, que termos são utilizados e como são repassados.

Inicialmente, temos a hipótese de que a mídia promove uma naturalização dos desastres naturais, além de deixar de lado o aprofundamento científico nos conteúdos que são veiculados.

Para desenvolver a pesquisa, como recorte de análise optamos por pesquisar como a mídia divulga os desastres naturais que ocorrem em Guarapuava-PR, de que maneira sua abordagem sobre o tema favorece a compreensão sobre os fatores que explicam estes processos ambientais. Fenômenos que, em vários lugares do Brasil, têm consequências sociais e econômicas de grande impacto e que em Guarapuava também se revelam como um processo que merece atenção no que tange ao planejamento e a gestão municipal, pois também interferem na vida das pessoas.

Para atingirmos nossos objetivos, optamos por analisar o jornal impresso, uma vez que este tipo de mídia integra texto e imagem e, possui um papel importante localmente, pois em muitos casos, registra os fatos e traz explicações, muitas vezes, com mais dados do que o rádio ou a TV. Isso acontece porque o jornalismo impresso não trabalha com a necessidade da instantaneidade, como acontece com outros meios de comunicação. Para isso, optamos por mostrar como o jornalismo impresso apresenta seu discurso na cobertura dos desastres naturais em três períodos distintos (2000, 2005 e 2012).

Nesse sentido, a proposta trará, para a reflexão, notícias veiculadas em um meio de comunicação já tradicional na cidade, o jornal Diário de Guarapuava, promovendo uma análise discursiva de elementos considerados importantes nos enunciados jornalísticos².

Com o decorrer do trabalho, verificamos a importância de produzirmos uma pesquisa de cunho documental histórico, analisando períodos distintos, que retratassem eventos que tiveram repercussões ambientais importantes localmente, por isso, a escolha dessa série (2000, 2005 e 2012). Optamos, portanto, pela pesquisa qualitativa, voltada principalmente para as análises discursivas e de conteúdo destes jornais.

Em nossa busca pelos documentos para compor o *corpus* do trabalho, não tivemos dificuldades para encontrar materiais de 2012 sobre os desastres naturais, pois estão disponíveis no site do Diário de Guarapuava. Já as matérias de 2005 e 2000 tiveram que ser

² Enunciado jornalístico pode ser definido como a notícia veiculada pelo meio de comunicação.

pesquisadas no Centro de Documentação e Memória de Guarapuava (Cedoc), onde foi feita uma análise em todas as edições que estão disponíveis no local, para escolha das matérias que mereciam ser discutidas aqui.

Outro ponto que enriqueceu esta pesquisa foram as leituras dos referenciais teóricos, dentre eles, destacamos: Pêcheux (1997; 2002), no qual buscamos compreender a “construção do texto midiático”, a “análise do discurso”, o “interdiscurso”, dentre outros pontos; Mendonça (2001; 2005) e Suertegaray (2000; 2002; 2005; 2008) os quais ampararam quanto às questões de cunho socioambiental na Geografia; Dutra (2009) que nos apresentou um referencial interessante sobre a natureza na mídia; Kobiyama (2006) foi o principal aporte para a compreensão dos desastres naturais; Faria (2004; 2006) e Pavani, *et al*, (2007) que referendaram a importância do jornal impresso como mídia de massa; Kovach e Rosenstiel (2003) e Charaudeau (2010) que enriqueceram a pesquisa no que diz respeito ao funcionamento da imprensa; e Wolf (2003) que nos auxiliou no entendimento sobre termos e fundamentos da comunicação utilizados.

Assim, este trabalho busca apresentar discussões sobre o discurso que emana dos meios de comunicação sobre o meio ambiente e, com isso, analisar a influência dos meios de comunicação na divulgação dos problemas que ocorrem da interação sociedade-natureza.

Assim, este trabalho está dividido em cinco capítulos. No primeiro, abordamos o “Discurso da mídia e meio ambiente”, onde apresentamos conceitos importantes para o entendimento do trabalho, apresentando conceitos e definições necessárias para o entendimento da pesquisa. No segundo, ao abarcar a “Abordagem geográfica de meio ambiente”, avaliamos como o meio ambiente é um tema intrínseco à ciência geográfica. No terceiro, apresentamos o método e o percurso metodológico da pesquisa, principalmente no que diz respeito às análises do discurso e do conteúdo. No quarto capítulo, ao apresentarmos nossas análises e interpretação dos dados, também mostramos como a mídia trabalha na produção de seus materiais e como isso se repete no decorrer dos anos. Por fim, trazemos as considerações finais da pesquisa, com os resultados encontrados a partir das pesquisas e análises que foram realizadas.

1. Discurso da mídia e meio ambiente

O enfoque dado ao meio ambiente varia conforme os espaços de discussão, seja na academia, nas organizações não governamentais, nas instituições gestoras, na mídia, na escola, dentre outros. Os temas também são diversos (ambientes terrestres, aquáticos, atmosféricos, habitados, etc.) e de uma maneira ou de outra são noticiados constantemente na mídia, em grande parte como problemas ambientais, cuja solução implica na garantia do bem estar do planeta e/ou da humanidade.

Porém, as questões que se colocam são: Como a mídia produz um discurso sobre esses problemas? Até que ponto a mídia aprofunda as questões que dizem respeito ao meio ambiente? Estes e outros questionamentos surgem ao analisarmos os assuntos apresentados pela mídia.

A falta de conhecimento (e aprofundamento) sobre o meio ambiente é um dos pontos-chaves para se compreender o discurso midiático sobre a temática, e pode ser percebida em dois vieses. O primeiro pela mídia (emissor), que não possui aprofundamento e nem qualificação científica para adentrar nas questões que dizem respeito ao meio ambiente. O segundo pelo leitor/ouvinte/expectador que, muitas vezes, também não possui senso crítico para avaliar as informações que são repassadas pela mídia (DUTRA, 2009).

Sobre o primeiro viés, o autor explica que o jornalismo não tem interesse em esclarecer enunciados saídos do campo científico, destacando que, para a imprensa, não há necessidade de que conceitos sejam traduzidos para o receptor, pois parte-se do pressuposto que os destinatários dispõem destes conhecimentos.

Para isso, a mídia possui uma estratégia de construção e manutenção do seu enunciado, que faz com que seus textos sejam reconhecidos por seus leitores. Este processo é possível por meio daquilo que Dutra (2009) define como “contrato de leitura”, onde os leitores³ fazem parte de um sistema de permuta entre as partes, no qual os meios de comunicação devam produzir certa estratégia enunciativa, tornando o texto o mais claro possível aos seus consumidores, que, neste caso, não devem necessariamente possuir um senso crítico a respeito do discurso recebido e sim retransmitir esse discurso.

³ Para facilitar o desenvolvimento deste trabalho, a partir daqui, trataremos por leitores todas as pessoas que têm acesso a alguma forma de mídia, seja impressa, televisiva ou qualquer outra forma.

Charaudeau (2010) também considera a existência desse contrato⁴. Para ele, o contrato de comunicação ocorre através de um duplo processo (transformação e transação), no qual para que esse processo ocorra é necessário um “acontecimento bruto”, que está localizado no “mundo a descrever”, e é por meio da *transformação* que a imprensa faz com que a notícia (já interpretada) passe do estado bruto para a instância midiática, sempre sob a dependência do processo de *transação*, como pode ser visualizado na Figura 1.1.



Figura 1.1 – Contrato de Comunicação. Fonte: Charaudeau (2010).

Para Charaudeau (2010), é nesse contrato que surgem dois elementos essenciais do processo de comunicação/informação: o *espaço público* e a *opinião pública*, que serão debatidos mais à frente, neste trabalho.

A produção de matérias sobre o meio ambiente, dentro de um mesmo suporte emissor, não é diferente da produção sobre outras temáticas, o que remete a intencionalidade desse “contrato”, ou seja, o produto da mídia deve ser reconhecido e aceito pelos consumidores, que irão retransmitir o discurso como se fosse algo correto e final, muitas vezes, sem a criticidade necessária para esse discurso.

Essa falta de senso crítico por parte dos consumidores dos meios de comunicação pode ser definido como o segundo viés, ou seja, a falta de conhecimento por parte dos sujeitos. Assim, esses ‘leitores’ deixam de ser considerados como ponto neutro nesse processo, pois, como em todo contrato, não existe unilateralidade.

Adorno (1977), ao utilizar o termo “indústria cultural”, afirma que a ideologia promovida pelos representantes dessa indústria busca fornecer algo como critérios para a orientação dos homens, o que a torna aceitável. Porém, essa indústria cultural busca a submissão dos leitores em virtude de seu poder, promovendo uma ideologia que prima pela substituição do senso crítico pelo conformismo.

⁴ Charaudeau (2010) denomina o processo de “contrato de comunicação” (que possui a mesma definição do “contrato de leitura” citado acima), porém, corrobora com a ideia de Dutra (2009), acrescentando algumas informações.

Alexandre (2001) complementa a ideia de Adorno, ao destacar alguns pontos negativos que a comunicação de massa apresenta. No trabalho do autor, vemos que mesmo a imprensa sendo democrática e dispondo de riqueza de informação (alguns pontos que ele considera positivo na mídia), existem vários pontos negativos, com destaque para a parte em que ele afirma que a imprensa trabalha apenas com o que já foi assimilado, além de promover uma sociedade com visão passiva e acrítica.

Enfim, nesse sistema, onde subsiste esse contrato de leitura, e por este partir da mídia, surge como uma programação totalmente subjetiva, pois qual seria o interesse da mídia em afirmar, por exemplo, que desastres naturais são oriundos da urbanização e/ou de construções em locais inadequados, quando parte de seus apoiadores podem ser os próprios agentes produtores do espaço urbano, com destaque para proprietários fundiários e empreendedores imobiliários?

Neste caso, torna-se muito mais fácil se utilizar da naturalização do acontecimento, colocando a culpa na chuva, por exemplo, o que promove o conformismo e permite que não seja necessário o aprofundamento em questões científicas, privando os leitores de elementos que possam promover a criticidade, do que explicar todos os problemas envolvidos.

1.1. A mídia e sua influência na vida social

A vida social contemporânea é influenciada pela mídia. Este poder foi construído historicamente e difundiu-se conforme o desenvolvimento técnico e sociocultural da sociedade, mas sem dúvida, a globalização econômica tem papel fundamental neste processo.

Neste texto, importa discutir como a mídia vai ampliando sua esfera de influência na vida social e, ganhando funções sociais, políticas e culturais e, sobretudo, tornando-se um mecanismo de formação de opiniões e, sob a égide dos interesses econômicos, também um instrumento de alienação.

O discurso da mídia remete a processos construídos historicamente, sobretudo daquilo que denominamos como imprensa, a influência que ela exerce na sociedade e à mercantilização dos meios de comunicação. Antes do surgimento da imprensa, as notícias nasceram na forma de música e relato, cantadas por jograis ambulantes, no fim da Idade Média. No século XVII apareceu o moderno jornalismo, que se originou nos cafés de

Londres, Inglaterra, e também nos *pubs*⁵, porém, o discurso público estava presente apenas nas conversações, envolvendo a troca de ideias e opiniões. Foi por volta de 1609 que surgiram os primeiros jornais, oriundos de cafés especializados em informações específicas (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003).

A promessa de precisão e veracidade, tão atrelada à mídia, surgiu à medida que a moderna imprensa começou a se formar, a partir do nascimento da teoria democrática⁶, no século XX (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). Depois de ter sido uma forte aspiração no século XIX (SANTOS; AVRITZER, 2002).

A busca por essa precisão e veracidade era tamanha que, em 1913, o jornal *New York World*, nos EUA, criou um organismo chamado *Bureau* de Precisão e Equidade, com o propósito de garantir que os seus leitores pudessem acreditar no que liam. Porém, já a partir de 1920, a veracidade das notícias começou a ser questionada (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003). Isto porque os meios de comunicação, tradicionalmente, tinham o intuito de servir aos seus governantes. A partir de então, surgiu a ideia de que a imprensa deveria servir aos governados e suas comunidades e não aos governantes.

Difundida esta ideia, podemos dizer que há pluralidade de pensamento sobre o papel da mídia, embora a produção voltada aos interesses de determinados grupos econômicos venham a prevalecer.

Assim, sobre a história da imprensa, Charaudeau (2010) destaca três momentos. O primeiro no século 19, quando a palavra era essencialmente do político ou dos cidadãos que podiam se manifestar. Num momento seguinte, no começo do século 20, quando a imprensa tornou-se porta-voz para a sociedade. E, por último, quando os meios de comunicação ganharam uma nova roupagem, a de que eles servem à democracia, o que conferiu à imprensa um novo papel, “o de reflexo, espelho, eco das diversas falas que circulam no espaço público” (p. 168).

Com o surgimento dessa visão de imprensa que age em prol da democracia, a mídia tornou-se cada vez mais influente na sociedade contemporânea. E, com a evolução da imprensa e a constante necessidade por informação adquirida pela sociedade, a importância da mídia tornou-se evidente.

⁵ *Public House*, em português “casa pública”, originadas no Reino Unido, que tem objetivo de oferecer bebidas alcoólicas e reunir clientes regulares, proporcionando debates sobre a vida pública, por exemplo.

⁶ A teoria democrática tem como essência a supressão de qualquer imposição de classe. Para isso, está fundada no postulado de que os conflitos e problemas humanos (econômicos, políticos ou sociais) podem ser solucionados pela educação, através da cooperação voluntária, que é mobilizada pela opinião pública esclarecida (TEIXEIRA, 1996).

A massificação da informação por meio da mídia também permitiu a utilização deste espaço para a difusão de ideias e valores culturais. Os grupos sociais passaram, então, a utilizar das informações para distinguirem entre o certo e o errado, entre o bonito e o feio, enfim, passaram a ter na mídia uma referência para a formação de suas representações. Não que a mídia influencie totalmente a formação dessas representações, mas passa a ser uma das principais fontes para isso. Assim, a informação midiática tornou-se referência para a sociedade. Segundo Charaudeau (2010),

essa informação é, numa definição empírica mínima, a transmissão de um saber, com ajuda de uma determinada linguagem, por alguém que o possui, a alguém que se presume não possuí-lo. Assim, se produziria um ato de transmissão que faria com que o indivíduo passasse de um estado de ignorância a um estado de saber, que o tiraria do desconhecido para mergulhá-lo no conhecido, e isso graças à ação, *a priori* benévola, de alguém que, por essa razão, poderia ser considerado um benfeitor. (p. 33)

Porém, o próprio Charaudeau (2010) destaca que essa 'definição mínima' suscita problemas, pois avalia que as mídias aproveitam-se dessa necessidade social de informação para implantarem a ideia de que os meios de comunicação são 'verdadeiros benfeitores sociais' e estão aptos a repassar essa informação sobre os acontecimentos que permeiam a nossa sociedade. Com isso, está preparando o pano de fundo para que os consumidores da informação sejam constantemente bombardeados com conteúdos noticiosos, produzidos para gerar público para os meios de comunicação. São notícias selecionadas e produzidas pela mídia para trazer a sensação aos leitores de que se está vendo algo novo, que deve ser 'consumido' e que será 'debatido' no espaço público.

Para Charaudeau (2010), o espaço público é algo essencial para o entendimento do discurso midiático, porém, esse espaço não pode ser considerado universal, pois é dependente das especificidades culturais de cada grupo. Também não pode ser considerado homogêneo, pois nele estão movimentos e discursos, como de socialização e de publicização. Assim, o autor visualiza um espaço público plural e em movimento, resultado da conjunção das práticas sociais e das representações, onde se encontra o público consumidor dos produtos dos meios de comunicação.

Temos, então, uma mídia que produz um jornalismo “necessário” à obtenção da informação sobre os acontecimentos que ocorrem no espaço público. Kovach e Rosenstiel (2003, p. 31), explicam que

a imprensa nos ajuda a definir nossas comunidades, nos ajuda a criar uma linguagem e conhecimentos comuns com base na realidade. O jornalismo também ajuda a identificar os objetivos da comunidade, seus heróis e vilões.

Apesar dessa influência midiática, a formação da opinião pública não é exclusividade dos meios de comunicação. Vestena (2008a, p. 20) lembra que “a mídia exerce influência na formação de opinião pública, porém com certas restrições de cunho cultural, religioso, enfim, dos filtros de canalização social”. Esses filtros de certa forma consistem na formação ideológica de cada pessoa.

A ideologia nos proporciona identificar (individualmente) o que é determinado objeto ou o sentido de determinada palavra (PÊCHEUX, 1997). Ou seja, assim como os contatos sociais (sejam em igrejas, escolas, no ambiente familiar ou em qualquer outro) colaboram para a consolidação da formação ideológica de cada indivíduo, também exercem influência para a consolidação da opinião pública.

Nesse contexto, consideramos que a opinião pública não representa apenas a soma de opiniões individuais, pois se trata de um fenômeno social ancorado em manifestações coletivas, que recebem influências do meio, no qual participam diferentes interações sociais. Desse ponto de vista, o espaço público sofre a ação de fatores que agem na formação da opinião pública e que estão relacionados ao caráter coletivo desta, mas sem desconsiderar a sua raiz individual (DA VIÁ, 1983).

É neste contexto, que se amplia a importância dos meios de comunicação, principalmente no processo de formação ideológica, que irá constituir a formação da opinião. Nesse ponto, não podemos deixar de lado que os meios de comunicação obedecem, na maioria das vezes, a um sistema de mercantilização.

Kovach e Rosenstiel (2003) ao acrescentarem que os seres humanos necessitam de notícias para viver suas vidas e para se relacionarem, buscam demonstrar a importância da informação para as sociedades humanas, mas também vislumbram as consequências das interações sociais, seja ela no espaço público ou nos próprios meios de comunicação. Para estes autores, não há como isolar o jornalista da realidade do mercado, admitindo que a mídia está carregada de interesses e isso influencia a produção das notícias. Por isso, há uma tensão entre o papel do serviço público do jornalismo e sua função comercial, ou seja, há o risco de que a notícia produzida independentemente seja substituída pelo “comercialismo egoísta fazendo pose de jornalismo” (2003, p. 24).

Essa função comercial está atualmente atrelada aos meios de comunicação. Neste aspecto, qualquer indivíduo que assista à televisão, ouça rádio, ou leia algum conteúdo impresso consegue notar que a imprensa sobrevive desse 'comercialismo'.

Sobre isso, os autores supracitados, alertam para essa imprensa baseada no mercado, a qual está cada vez mais divorciada da ideia de responsabilidade cívica, e destacam que o jornalismo está se convertendo em um setor subsidiário nas empresas que são, essencialmente, voltadas aos negócios.

Sem a propaganda, os meios de comunicação teriam de repensar seus formatos. Assim, a mídia define a sua pauta também a partir de interesses comerciais. Duarte (2007) acrescenta que a

a seleção das informações a serem veiculadas, bem como as formas de estruturação desse material informativo são opções estratégicas que consideram as lógicas mercadológicas, tecnológicas e discursivas: ao determinar o grau de noticiabilidade dessas informações, bem como a sua adequação a certos gêneros e formatos, a televisão manifesta também os seus interesses institucionais. Aliás, é nesse sentido que se pode falar da mídia como pautando o real: a ela cabe determinar que acontecimentos do mundo natural e exterior mereçam ser noticiados, assim como decidir as formas adequadas de os transformar em notícia; aqueles sobre os quais se cala, simplesmente não ganham existência. (p. 48-49)

O autor deixa claro que a mídia tem seus interesses, sejam eles definidos pelas questões de noticiabilidade, comerciais ou outras quaisquer. Mas também aponta a importância dos meios de comunicação ao selecionar e definir os acontecimentos que estarão presentes nos discursos que circulam no espaço público. Sobre isso, Sousa destaca que,

de alguma forma, as notícias, entre múltiplas outras funções, participam na definição de uma noção partilhada do que é atual e importante e do que não o é, proporcionam pontos de vista sobre a realidade, possibilitam gratificações pelo seu consumo, podem gerar conhecimento e também sugerir, direta ou indiretamente, respostas para os problemas que quotidianamente os cidadãos enfrentam. As notícias, ao surgirem no tecido social por ação dos meios jornalísticos, participam da realidade social existente, configuram referentes coletivos e geram determinados processos modificadores dessa mesma realidade. (SOUSA, 2002, p.119)

Essa influência da mídia é citada por vários autores como um poder que está presente em nossa sociedade. Para Dutra (2009), se existe um poder dos meios de comunicação, esse estaria nessa possibilidade e capacidade de pautar os debates, pois, na sua ótica, a imprensa não repassa aos leitores a forma como devem pensar e sim sobre o que devem pensar.

Porém, mesmo acreditando no poder de agenda da mídia, avaliamos que a mídia detêm sim certo poder e que este está próximo do poder simbólico auferido por Bourdieu (2012), ou seja, um poder invisível que só é exercido se houver a cumplicidade dos que não desejam saber que estão assujeitados a ele, assim, este poder só se manifesta se houver a legitimação dele pelo sujeito e, no caso da mídia, a legitimação pelo leitor.

Temos, então, que a mídia exerce influência na sociedade e também que determina a 'agenda pública' dos assuntos importantes que serão discutidos. Este é o enunciado básico da 'teoria da *agenda setting*' (ou teoria do agendamento), de McCombs, *et al.*, (1997), uma das principais teorias da comunicação. De acordo com essa teoria, é a mídia que define o que é importante ou não, segundo a sua linha editorial. Em suma:

É um tipo de efeito social da mídia. É a hipótese segundo a qual a mídia, pela seleção, disposição e incidência de suas notícias, vem determinar os temas sobre os quais o público falará e discutirá. (BARROS FILHO; BARTOLOZZI, 1995, p.169)

Estas considerações apontam para o fato de que a imprensa detêm todo esse poder de pautar as discussões da sociedade, tornando-se decisiva na definição dos debates que ocorrem (ou ocorrerão) na sociedade.

Porém, devemos levar em conta que a pauta dos assuntos que serão discutidos não parte unicamente da mídia, mas ela tem grande influência nessa seleção. Apenas como exemplo, outro poder que também tem interesse na construção da agenda é o político, que também busca influenciar a opinião pública.

Mas esse efeito da *agenda setting* gera também alguns pontos negativos. Por exemplo, ao selecionar os acontecimentos que serão noticiados, a mídia impõe um recorte do espaço público, definindo o que deve ser comentado e o que não deve nos fatos que ocorrem neste espaço. Além disso, a agenda não inclui apenas os fatos, ela é uma manifestação dos acontecimentos com todo um tratamento midiático (CHARAUDEAU, 2010).

A partir disso, entendemos que, mesmo carregado de interesses, a mídia consegue influenciar a sociedade, o que torna relevante analisar essa importância da mídia, e, também, como o seu discurso é produzido/preparado para atingir a sociedade. Para Guareschi (2004), a importância é bastante considerável, a mídia é um novo personagem no lar. Por isso, ele questiona:

Será que o novo personagem não tem nada a ver com a construção de nosso ser, de nossa subjetividade? Se nós somos o resultado da soma total de nossas relações, será que as relações que estabelecemos com a mídia não teriam algo a dizer sobre o que somos? (GUARESCHI, 2004, p. 32)

E acrescenta: em que medida a mídia constrói sujeitos? Como ela é capaz de moldar comportamentos e atitudes?

Pavani, *et al* (2007), complementam o pensamento de Guareschi, dizendo que a mídia é uma grande formadora de gostos, opiniões, sentimentos e significados, indutora de ideias. E, nesta linha, a mídia produz o consumidor.

Mas a mídia, definida como esse novo personagem, possui um discurso preparado para satisfazer o público-alvo e o seu produto não é o reflexo do que ocorre no espaço público, pelo contrário, é resultado de uma construção, que obedece a critérios, como o da seleção de fatos e atores, bem como de produção de roteiro (CHARAUDEAU, 2010).

Para a seleção do fato, Hernandez (2006) explica que os meios de comunicação obedecem a critérios de ‘ineditismo’ (acontecimento novo gera notícias melhores), ‘improbabilidade’ (notícia improvável causa mais impacto que aquela que já é esperada), ‘interesse’ (a notícia deve afetar o maior número possível de pessoas), ‘empatia’ (os leitores devem identificar-se com a situação da notícia e com os atores envolvidos) e ‘proximidade’ (a proximidade geográfica entre o fato gerador da notícia e o leitor é importante).

Segundo Charaudeau (2010), os atores sociais são aqueles considerados (pela mídia) dignos de se tornarem visíveis, que contribuem para o avanço e/ou manutenção da máquina social. Os atores do espaço público não são aqueles que estão implicados de modo direto no fato, mas sim os *eleitos* (políticos), *especialistas* (aparecem como intocáveis, representantes do saber) e *cidadãos* (surgem como vítimas/reivindicadores ou como testemunhas).

Por fim, fatos e atores passam pelo processo de produção da notícia, que se faz por meio de um roteiro dramatizante, que inclui:

[...] (1) mostrar a desordem social com suas vítimas e seus perseguidores; (2) apelar para a reparação do mal, interpelando os responsáveis por este mundo; (3) anunciar a intervenção de um salvador, herói singular ou coletivo com o qual cada um pode identificar-se. (CHARAUDEAU, 2010, p. 254)

Assim, para o autor, ao mostrarem as notícias por meio de roteiro dramatizante, o leitor não é mais tratado como cidadão e sim como expectador. Isso se faz por meio do contrato de leitura, onde a notícia surge como a prova da realidade dos fatos e,

consequentemente, acrescentando algo para a apreciação da opinião pública. O autor supracitado ainda destaca que mídia possui uma influência através do fazer saber, do fazer pensar e do fazer sentir. Essa influência ocorre indiretamente, por meio das instâncias de produção e de recepção, onde a primeira age como testemunha do mundo e também como interpelador do público-cidadão e a segunda instância possui um papel reativo de espelho deformante. Essa relação entre as instâncias ocorre sem troca, pois a mídia repassa sua informação para consumo e o leitor recebe e reinterpreta à sua maneira, sem poder interpelar a instância de produção.

Schwartz (2005) corrobora com o pensamento de Charaudeau, ao afirmar que os meios de comunicação de massa representam uma “via de mão única”, sem a possibilidade de troca, pois a audiência nem sempre tem a oportunidade de interagir e a resposta (*feedback*) é indireta e não frequente.

Nesse contexto que emerge das relações entre os meios de comunicação e os leitores, consideramos que cada mídia possui maior ou menor poder de influência e é claro que aquelas veiculadas em larga escala destacam-se neste processo, a exemplo do jornal impresso. Será dada atenção especial a este meio de comunicação, devido à importância dele na análise desta pesquisa.

1.2. Mídia de massa: o jornal impresso

De acordo com Wolf (2003), o termo mídia de massa (*mass media*) teve seu surgimento relacionado ao início dos estudos das teorias da comunicação, mais especificamente com o aparecimento da primeira teoria, denominada “teoria da agulha hipodérmica”⁷, na década de 1930. Essa teoria traz como um dos seus principais elementos a própria novidade das comunicações de massa, que até então não possuíam estudos. De acordo com o autor, a teoria da agulha hipodérmica buscava achar resposta para o efeito das *mass media* numa sociedade de massa. Neste cenário, iniciaram os estudos para avaliar os meios de comunicação de massa, principalmente no que diz respeito ao efeito das mensagens desses meios na sociedade.

Atualmente, o termo mídia remete à necessidade de um intermediário tecnológico, o qual irá propiciar a realização da comunicação para a massa, que ocorre por meio de jornais,

⁷ Primeira teoria a avaliar a sociedade de massa no que diz respeito ao processo oriundo dos meios de comunicação. Segundo essa teoria, a mensagem dos meios de comunicação atinge cada elemento do público de forma direta e pessoal (WOLF, 2003).

revistas, televisão, rádio, cinema e de outras instituições que utilizem recursos tecnológicos nessa comunicação (LIMA, 2003).

Neste caso, a internet não se encontra entre as *mass media*. Podemos questionar o motivo da internet não ser citada como uma mídia de massa, porém, neste momento, cabe lembrar que para ser considerada uma comunicação de massa tradicional são necessários que se preencham requisitos (definidos pelas teorias da comunicação) que envolvem o emissor, a mensagem e o receptor (WOLF, 2003; SILVEIRA, 2004), num sistema que “pressupõe uma passividade e fragilidade dos receptores da comunicação” (SILVEIRA, 2004, p. 44), e o que ocorre no modelo de comunicação da internet demonstra algo diferente, pois existe uma interatividade entre emissor e receptor.

Isto porque a comunicação de massa tradicional ocorre através do processo “um-para-muitos” – da mídia para a sociedade – enquanto que a internet possibilita a comunicação “um-para-um”, “muitos-para-um” ou “muitos-para-muitos” – através de e-mails, blogs, websites, chats, grupos de discussão, fóruns, entre outros (SILVEIRA, 2004).

Para o fenômeno comunicacional promovido pela internet, Castells (2006) vislumbra um processo que ele define como *Mass Self Communication* (Comunicação de Massa Individual), ou seja, a interatividade da internet (e também dos telefones celulares, como explica o autor) propiciou uma nova teoria que extrapola os limites da atual teoria da comunicação de massa e avança nos estudos de um processo que gera uma nova forma de comunicação para a massa, sendo que nesse novo meio a comunicação é produzida, recebida e experimentada de formas individuais, isto com uma interatividade que não é possível na tradicional comunicação de massa.

Retomando o raciocínio sobre o entendimento da mídia, destacamos que, sob a ótica operacional do processo de comunicação, a mídia é avaliada como um meio propício para o envio de mensagens (SCHWARTZ, *et al*, 2005). Enfim, o meio de comunicação (emissor) pode fazer seu discurso (mensagem) atingir o espaço público (e, conseqüentemente, o receptor).

Lima (2003), ao produzir sua definição sobre o que mídia significa, argumenta que a comunicação é midiaticizada, tamanha é a importância da mídia para o processo de comunicação. O autor se refere, ainda, à comunicação de massa (aquela tradicional) ao definir que a mídia possui duas características: a unidirecionalidade, que é o processo de envio da mensagem do emissor para o receptor sem que haja retorno e a produção centralizada e padronizada de conteúdos.

Sobre a mídia de massa, Alexandre (2001) define que ela é direcionada a um grande público, heterogêneo e anônimo, atingindo uma vasta audiência em pouco tempo e envolvendo milhares de pessoas no processo.

Desta forma, a mídia, aquela mesma definida por Guareschi (2004) como um novo personagem dentro das casas e com possibilidades de construir ideias, sabe a influência que o seu discurso possui e, com isso, utiliza de todo um processo de produção para que sua mensagem atinja o espaço público. E os meios utilizados para que a mensagem chegue ao destino são vários, como jornais e revistas, emissoras de rádio e de televisão, cinema e outras instituições que utilizam recursos tecnológicos na chamada comunicação de massa tradicional (LIMA, 2003).

Sendo o jornal impresso um desses meios utilizados no processo comunicacional, bem como a fonte principal deste trabalho, cabem algumas considerações sobre esse importante meio de comunicação de massa.

De acordo com Faria (2006), o jornal (impresso) é um dos principais meios de comunicação da sociedade contemporânea, levando informação, cultura e conhecimento para os leitores. A autora ainda destaca que, além de repassar informações, o acesso ao jornal é um exercício de cidadania.

Como foi visto anteriormente, o jornal impresso surgiu no século 17, na Inglaterra, e foi a partir deste momento que os políticos ingleses começaram a falar em um novo fenômeno, ao qual denominaram de opinião pública. No século 18, a partir do jornalismo impresso surgem teorias como da liberdade de expressão e da imprensa livre. No início da década de 1920, mesmo estando atrelada ao sensacionalismo, a imprensa utilizava um discurso de construção de um sentido de comunidade e de promoção da democracia (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003), tornando-se, então, porta-voz para a sociedade. Por fim, como ocorre com a imprensa em geral, o jornalismo impresso passa para um novo estágio, passando a ser vista como um meio que serve à democracia (CHARAUDEAU, 2010).

Luca (2005) também lembra que os exemplares dos jornais impressos remetem à própria história gráfica, dos prelos simples até a impressão eletrônica. Para a autora, o impresso também traz as marcas do processo de trabalho, desde o tipógrafo até chegar aos meios digitais. E é neste ponto do processo evolutivo tecnológico (atual) que emerge uma crise no jornalismo impresso, oriunda do rápido desenvolvimento de novas tecnologias de informação, principalmente a internet, que com um padrão de instantaneidade acabam arrematando a função do ineditismo da notícia (SAVENHAGO, 2010).

Desta crise, onde se fala inclusive no fim do jornalismo impresso, Savenhago (2010) vê a oportunidade dos impressos se reinventarem para suprir a demanda da sociedade de massa, inclusive se utilizando das novas tecnologias que surgem. A imprensa, então, deve ir além daquilo que a internet oferece (principalmente da instantaneidade das redes sociais), produzindo o novo e o melhor, utilizando múltiplas visões para trazer a informação por novos ângulos, com abordagens inusitadas e textos que esmiúcem as informações já divulgadas na rede de computadores.

Mas o jornalismo impresso se mantém como meio de comunicação de massa, mesmo sendo considerado um meio elitizado desde os anos 1980, com a popularização da televisão (VÍTOLO, 2003). Ele ainda mantém credibilidade, uma prova disso está no trabalho de Mamede-Neves e Pedrosa (2009), onde são apresentados dados de estudos com estudantes universitários sobre o desenvolvimento de uma personalidade sócio-moral, sendo que os jornais (impresso, rádio, televisão e *online*) foram lembrados pelos universitários.

As autoras ainda afirmam que o “jornal impresso permanece em uma privilegiada posição dentre outras tecnologias” (p. 68). Para elas, isso se deve ao fato de que não existe hora determinada para a leitura e a sua estrutura permite que seja levado e lido em qualquer lugar. Além disso, o jornalismo impresso não trabalha com a mesma necessidade de divulgar um fato instantaneamente (como ocorre com os outros veículos) o que faz com que ele possua um tempo para ser mais crítico, promovendo maior aprofundamento e proporcionando continuidade aos debates.

Assim sendo, a mídia participa no processo de construção de valores dos estudantes pesquisados, mesmo que não seja como fator determinante e sim como dinamizadora, e que “embora as novas mídias tenham forte presença do cotidiano dos jovens, [...] a pesquisa ratifica a permanência do jornal impresso como fonte de informação para o jovem” (MAMEDE-NEVES; PEDROSA, 2009, p. 75).

Pellanda (2007) vai além, ao lembrar que foi o impresso que possibilitou a oficialização do jornalismo como função, isso ocorreu porque ele passou a ser o suporte para a narração dos fatos que ocorrem no espaço público. Mas ao mesmo tempo em que a mídia impressa possibilitou o jornalismo como função, também propiciou o surgimento e a proliferação das informações em massa.

Esse fator de *mass media* aliado à complexidade da distribuição física do jornalismo impresso permitiu com que ele se tornasse um meio popular. Por ser um produto que não depende de sua proliferação por meio de ondas eletromagnéticas ou bits, o jornal necessita de

estratégia de divulgação e foi isso que impulsionou a sua popularização, pois fez com que o periódico fosse parar em locais chaves do espaço público (esquinas, cafês, metrô, entre outros pontos), atingindo uma grande quantidade de pessoas e sendo consumido em massa (PELLANDA, 2007).

Um dado interessante sobre o jornalismo impresso é o produto da pesquisa realizada pelo Grupo CDN⁸ (2008) sobre a credibilidade da mídia, realizada com executivos de médias e grandes empresas e que apresentou a permanência⁹ do jornal impresso como a principal e mais confiável fonte de informação. Em contrapartida, a pesquisa aponta queda relevante observada na confiabilidade emprestada à TV. De acordo com os entrevistados, o impresso possui entre seus principais pontos positivos: credibilidade, criteriosidade e informações consistentes.

O jornal impresso também tem sido amplamente utilizado nas escolas, como forma de amparo educacional¹⁰. Em sua jornada nas escolas, é destacado que este meio de comunicação apresenta diferentes posturas ideológicas sobre um fato, além de ser considerada uma ferramenta que colabora na formação cidadã e possui um padrão apurado da língua portuguesa, tornando-se referência em padrão de escrita (Faria, 2006). A autora, em outra obra (2004), acrescenta que o impresso é o mais seguro instrumento de comunicação que possuímos e, com certeza, deve ser utilizado nas escolas.

A confiabilidade da informação do jornal impresso em relação à televisão, certamente, ganhou espaço na escola, justamente pelo fato de se supor que ele é mais criterioso, afinal o registro é pela escrita. A escrita é documento, e este é facilmente mais discutível com o tempo, do que a mensagem falada, que é “efêmera e rápida”. Porém, não significa que ele traga a informação com a profundidade necessária e com a versão de todos os sujeitos envolvidos no processo, ou mesmo com conceitos totalmente adequados. Erros podem ocorrer, devido à característica do jornal, ou até mesmo porque nem toda empresa jornalística possui a mesma estrutura profissional, financeira e vínculos ideológicos.

Então, mesmo sendo um instrumento importante e que ganhou o espaço da escola, a questão está em como o professor o trabalha na unidade educacional. Será que as instituições

⁸ Empresa de comunicação corporativa. A palavra CDN não se refere a uma sigla e sim ao complemento do nome próprio da empresa.

⁹ Em 2003 e 2005 o jornal impresso já havia sido indicado pelos entrevistados como o meio de comunicação mais confiável (GRUPO CDN, 2008). Ressalta-se que o Grupo CDN produz pesquisas em grandes centros, pois trabalha com comunicação corporativa e necessita desses dados.

¹⁰ Como exemplos, no Paraná podemos citar o Projeto Ler e Pensar, da Gazeta do Povo (<http://www.institutogrpcom.org.br/projeto-ler-e-pensar>), e no Nordeste o Projeto Jornal na Sala de Aula, do Diário do Nordeste (<http://saladeaula.diariodonordeste.com.br/>).

escolares apropriam-se do jornal, considerando todas as questões contraditórias que ele implica?

Não teremos condições neste trabalho de explorar com profundidade esta questão, embora seja um tema de interesse considerando o nosso objeto de estudo, porém, é importante registrar aqui que o jornal tem um papel essencial na formação de opiniões e está difundido pela instituição mais tradicional socialmente no que diz respeito à formação de pessoas, a escola, o que mostra mais uma vez a importância de analisá-lo.

Porém, enquanto se vislumbra um jornalismo que pode ser aproveitado no sistema educacional, também “devemos ter os pés no chão” para não esquecer que os meios de comunicação tendem a fazer parte do sistema capitalista, e sem que ocorra um retorno financeiro não há como a ‘empresa’ se manter.

Com isso, notamos que o jornalismo impresso, fundador da mídia de massa, continua sendo um dos mais importantes meios de comunicação. O impresso (jornal) continua, transforma-se e reinventa-se (textual ou graficamente) para continuar chegando ao espaço público e cumprir o seu dever de informar, mesmo que esta informação possa ser questionada, pois não está imune a sua subjetividade.

1.3. A abordagem do meio ambiente pela mídia

Nesta pesquisa, o intuito central é analisar como a mídia (especificamente o jornal impresso) aborda determinados fenômenos ambientais e contribui com seu discurso na construção de certos conceitos e significados na sociedade. Já foi visto que o processo está engendrado no contrato de leitura, mas a questão está em averiguar a produção das matérias e seu conteúdo sobre a questão ambiental.

Desde a eclosão do tema meio ambiente como preocupação social¹¹, a mídia tem se ocupado com diversas notícias sobre o meio ambiente. Os conceitos e concepções sobre o meio ambiente são assuntos que sofrem grande influência dos meios de comunicação, ainda mais quando causam danos à diversidade biológica, ao ser humano e/ou ao meio social.

¹¹ A temática ambiental se intensifica como uma preocupação social desde 1970, quando os questionamentos sociais sobre os processos ambientais resultantes do modelo capitalista de produção e consumo tornaram-se pauta de Conferências Mundiais sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1972, 1992, 2002, 2012). Questões como a degradação dos espaços rurais e urbanos, a poluição decorrente da exploração dos recursos naturais, aumento da população, impactos de grandes projetos de desenvolvimento (usinas hidrelétricas, mineradoras, sistemas de circulação (ferrovias principalmente, etc). A ecologização da sociedade também se deu por meio da mídia.

Uma análise importante para o entendimento do processo está na obra de Andrade (2003), que apresenta o debate ambiental sendo realizado “em um espaço dado a ensaios e performances, ou seja, um espetáculo” (p.13) e esse espetáculo nada mais é do que “uma criação humana, assim como a natureza que se transforma em ambiente” (p. 229). Nesse processo de produção do espetáculo, o autor visualiza que em um discurso midiático, que promove a ausência de réplica (por parte do leitor), fica caracterizada a espetacularização, porém esse espetáculo não é nocivo por si só, mas a partir do momento em que entram em cena os interesses da produção, promovidos pelo sistema capitalista.

Mesmo debatendo os problemas dos sistemas de produção econômico, que dizem respeito à produção do espetáculo¹², Andrade (2003) não entra em conflito com a importância da mídia, pelo contrário, ele visualiza que os meios de comunicação são de suma importância para que os problemas ambientais tornem-se parte do discurso público. Mas, para o autor, ainda é necessário que os atores sociais envolvidos com a problemática ambiental aprendam a utilizar o espetáculo produzido pelas mídias em prol de uma intervenção qualificada nos rumos e resoluções dessas problemáticas, pois a espetacularização continuará.

Vemos que esse espetáculo promovido pela mídia também foi importante para a popularização de assuntos sobre o meio ambiente, inclusive dos desastres naturais. Porém, os meios de comunicação, principalmente os de massa, poderiam explorar de melhor forma esta temática, sendo, por exemplo, educativa, o que não ocorre porque os conflitos de interesses fazem com que o espetáculo ganhe força em detrimento do papel social da mídia.

Entretanto, o entendimento dessa produção midiática sobre os problemas ambientais passa pelo conhecimento da consolidação do espetáculo como forma de produção midiática. Andrade (2003) nos mostra que esse processo, no Brasil, iniciou-se nos anos de 1970, com o projeto de desenvolvimento predatório do meio ambiente, que estava amparado no discurso de modernização do país. Nesse momento, o espaço público encontrava-se esvaziado e o debate praticamente não existia. A partir desse período, o ambiente surgiu como personagem apto a se tornar uma narrativa espetacular e os meios de comunicação deixaram de ser apenas um aparato tecnológico que informava e passaram a ser compreendidos como um meio de produção e apresentação do espetáculo.

¹² Essa produção do espetáculo está relacionada ao roteiro dramatizante do produto jornalístico, citado anteriormente e que trata o leitor como um espectador e não como um cidadão. Aprender a atenção do leitor pelo sentimento (drama) e não pela qualidade da informação, este é o foco desta produção.

Ainda no final dos anos 1970 e início da década seguinte a sociedade e o Estado iniciam os debates no espaço público. Este processo foi consolidado nos anos 1990, quando se visualizou a importância dos debates sobre a temática ambiental.

Mas o processo de produção espetacular continua na atualidade. A mídia continua produzindo suas matérias com os protagonistas, coadjuvantes e figurantes do espetáculo, criando, como em um teatro, seus vilões e heróis (ANDRADE, 2003). Tudo isso sob a influência do sistema mercadológico, como explicita Alexandre (2001) ao destacar que a mídia depende da publicidade para sobreviver, com isso, imagens valem mais que informações e aprofundamento científico, a forma de produção conta mais que as posições ideológicas e/ou ideários coletivos.

Assim, se as notícias sobre o meio ambiente surgem desta produção espetacularizada, onde o impactante vale mais que o aprofundamento científico, o global se sobrepõe ao local, então podemos afirmar que a análise de Porto-Gonçalves (2004) pode nos ajudar a compreender este contexto.

Segundo ele, por meio da globalização econômica e dominação do sistema de produção e consumo massificado, o mundo nos é apresentado de forma fragmentada, aos pedaços, criando a ilusão de que estamos conectados ao que ocorre no planeta e, assim, o global se sobrepõe ao local. O autor nos mostra que essa ideia de globalização ganhou força com o advento dos meios de comunicação e seu discurso planetário.

Neste aspecto, esta ilusão, acaba nos levando a não compreensão do conjunto, da raiz dos problemas, a relação entre as escalas (global-local), que se interagem. Para ele, não significa que tudo tem o mesmo efeito nos mesmos lugares e se manifesta com a mesma característica. Por isso, ao invés de ampliar a compreensão do sujeito, a fragmentação o confunde, o aliena.

Sobre o discurso midiático manipulado sobre o meio ambiente, ele chama a atenção do ‘ecologismo ingênuo’, pois, para ele, a imprensa nos apresenta um mundo com problemas ambientais que podem ser resolvidos se cada um fizer a sua parte, como se a “a parte de cada um na injustiça ambiental que impera no mundo fosse semelhante à de todos; como se o todo fosse a soma das partes” (p. 17).

O autor afirma que a mídia oferece ‘armadilhas de noções fáceis’¹³, ou seja, citando como exemplos os discursos de qualidade de vida e de desenvolvimento sustentável. Para ele,

¹³ Essas armadilhas oferecidas pela mídia são os conceitos simples e frágeis, que ganham força nos discursos da sociedade por possuírem fácil assimilação.

esse pensamento em escala global é uma superação capitalista que permite “justificar a desigualdade e, também, assimilar à lógica do mercado a questão ambiental” (p. 22). Vemos, então, que o mundo fragmentado, que prima pela noção global, compõe um dos meios pelo qual o capitalismo ganha força.

Outro ponto a ser destacado em Porto-Gonçalves (2004) diz respeito aos participantes do espetáculo. O autor cita que, neste cenário global, a ciência e a técnica modernas foram instituídas sob a forma de verdade e isso pode ser visualizado em matérias jornalísticas sobre meio ambiente, quando, muitas vezes, surge a voz/discurso de um profissional (geralmente com argumento científico), com ares de verdade absoluta.

Dutra (2009) destaca que essa ideia de global já está cravada nos leitores, pois estes esperam que os meios de comunicação forneçam informações sobre os acontecimentos do mundo. O autor também acredita na produção da notícia como espetáculo, para ele, quando o meio comunicacional vai produzir uma matéria sobre o ambiente natural, produz uma matéria que é adequada às exigências espetaculares do meio.

Em sua obra, Dutra (2009), avalia os discursos da TV sobre a Amazônia, mas mesmo retratando especificamente o meio televisivo, é possível identificar que o processo de produção da matéria é basicamente o mesmo de outros meios. Por exemplo, nos programas que o autor avaliou, surge o discurso do cientista como voz de autoridade nos assuntos debatidos, mas eles “não apenas comparecem com o aval de seu conhecimento, mas ali estão por serem vozes autorizadas pelo dispositivo emissor” (p. 134).

Porém, o discurso do cientista está inserido numa produção midiática e, portanto, nem sempre é a explicação do fenômeno (mesmo que ela tenha consistência), o foco mais importante da matéria ou o seu objetivo. A “estrela” da produção dependerá dos interesses do espetáculo, ou seja, daquilo que produzirá mais publicidade.

Todos os discursos e ideologias que surgem em uma matéria são frutos de uma produção espetacularizada, que apresenta as ‘autoridades’ nos assuntos debatidos, mas “[...] não avança no esclarecimento de enunciados saídos do campo científico para o jogo comum da mídia” (DUTRA, 2009, p. 136).

A mídia, na maioria das vezes, não possui aprofundamento e nem qualificação para adentrar nas questões científicas que dizem respeito ao meio ambiente, porém, também se avalia que não existe muito interesse nesse aprofundamento/qualificação para entendimento destas questões.

Como foi discutido anteriormente, para a imprensa não há necessidade de que conceitos (científicos, por exemplo) sejam traduzidos para os leitores, pois a mídia trabalha com o pressuposto de que os destinatários já dispõem dos conhecimentos necessários sobre estes conceitos (DUTRA, 2009). O autor ainda afirma:

Fatalmente, tais indefinições e vaguezas dos conceitos centrais da temática ambiental ou ecológica permeiam os textos midiáticos que, de certo modo, até acentuam essas características, haja vista ser próprio dos *media* a pretensão a uma linguagem universal, ou ao menos consumível pelo maior número possível de espectadores/ouvintes/leitores. (DUTRA, 2009, p. 149)

Um discurso midiático, em um processo que busca atingir, na sociedade de massa, a maior quantidade possível de leitores, conseqüentemente terá de ser produzido de forma que possa prender o receptor, com linguajar simples e com apelo ao impacto visual, ou seja, algo espetacular. Isso ocorre, também, nas matérias sobre meio ambiente.

Assim, se na mídia o processo de produção e exibição de matérias sobre o meio ambiente é basicamente o mesmo de outras notícias, com efeito de espetacularização, então notamos que ela não admite visões críticas, cabendo à mídia “capturar fragmentos de velhos discursos, reelaborá-los, dar-lhes caráter sedutor e colocá-los no mercado de consumo” (DUTRA, 2009, p. 172). Isso é o que ocorre, por exemplo, com a questão de naturalização da degradação ambiental, que, quando é apresentado, indica que o causador do problema foi a natureza, ignorando demais processos antrópicos que possam ter originado ou, ao menos, potencializado o problema.

Enfim, concluímos que a mídia, ao tratar dos temas ambientais, para manutenção do contrato de leitura, tem por opção a produção de notícias-espetáculo, de cunho global e que não gerem o criticismo por parte dos leitores. Com isso, o espaço público terá sua informação (espetacularizada) e a opinião pública estará apta a gerar um discurso consensual.

No próximo capítulo, aprofundamos as questões que dizem respeito ao meio ambiente, do ponto de vista geográfico.

2. Abordagem geográfica do meio ambiente

O conceito de meio ambiente sofreu diferentes concepções conforme o momento histórico. Embora entendido como um processo de interação sociedade e natureza, sendo esta uma das concepções dominantes na atualidade, há diferenças no entendimento conforme o campo científico, a corrente teórica que a utiliza e também no âmbito das diversas sociedades (a exemplo das sociedades indígenas e ocidental, que possuem visões distintas sob a temática).

De acordo com Mendonça (2005), as bases das preocupações sobre a natureza e a sociedade da Geografia institucionalizada no século XIX podem ser identificadas, desde os seus precursores, Alexander Von Humboldt (naturalista) e Karl Ritter (filósofo e historiador). É graças a essas raízes que a ciência geográfica busca sempre compreender os diferentes lugares por meio das relações sociedade-natureza e, com isso, tem sido um ramo da ciência importante para a compreensão do meio ambiente.

O autor ainda acrescenta que foi somente após a Segunda Guerra Mundial que a preocupação com o meio ambiente passa a ser visualizada com maior afinco. Ele explica que no período em que o conflito ocorreu (1939-1945), a consolidação do poder passava, prioritariamente, pela dominação de territórios e, com o término da guerra, os locais onde ocorreu o conflito estavam destruídos. Esta destruição causada pela Segunda Guerra Mundial, e, sobretudo, a capacidade autodestrutiva do ser humano representada pela bomba atômica, aliada, ao não cumprimento do bem estar social tão propagado pelo discurso capitalista, serviu de base para o surgimento dos movimentos ecológicos, que tiveram seu apogeu nas décadas de 1960 e 1970.

Mendonça (2005) acrescenta que até meados do século XX, na Geografia (e nas demais ciências), bem como na sociedade ocidental, predominava a concepção de meio ambiente do ponto de vista naturalista. Nesse período, a Geografia considerava a temática ambiental

pele detalhamento das características físicas dos lugares, mensurando e catalogando-as, ao mesmo tempo em que procurando explicações para suas dinâmicas e o estabelecimento de leis numa tentativa de sistematização dos conhecimentos apreendidos. (MENDONÇA, 2005, p. 22)

Embora, tivesse o diferencial de buscar compreender a relação homem-meio no entendimento das paisagens, o ambientalismo geográfico de cunho naturalista, predominante

neste período, concebia o ambiente como sendo dissociado do ser humano e das sociedades humanas, buscando explicações na descrição do quadro natural do meio, compreendido pelo relevo, clima, vegetação, hidrografia, fauna e flora (MENDONÇA, 2005). E a Geografia acabou reproduzindo a separação homem-meio, em suas análises, ao promover sua ramificação em geografias Humana e Física (MENDONÇA, 2005; PORTO-GONÇALVES, 1989).

Além da separação interna Geografia Humana e Geografia Física, a superação da naturalização da relação homem-meio, bem como a compreensão da importância da problematização não só nesta perspectiva homem-meio, mas sociedade-natureza, considerando suas contradições, é algo recente na Geografia.

Suertegaray (2000) lembra que a tendência de naturalização do homem é oriunda dos primórdios da ciência geográfica, ao destacar que entre o final do século XIX e início do século XX, Ritter, Ratzel e La Blache, de vários modos, trouxeram propostas de objetos de estudo para a Geografia, voltados para a relação homem-meio, entretanto, nesse período, o homem era visto como mais um constituinte do espaço geográfico, pois as relações sociais não interessavam à Geografia (SUERTEGARAY, 2000).

É fato que a relação homem/meio, sociedade/natureza sempre esteve no cerne do pensamento geográfico. Mas a predominância do pensamento positivista na construção desta ciência, não permitiu a superação da visão antropocêntrica, pelo menos não daquele pensamento dominante (homem como dominador/explorador da natureza), onde o ser humano é visto como algo externo à natureza.

Na ciência geográfica, a incorporação do homem nas abordagens sobre o meio ambiente surge efetivamente da análise sistêmica, porém, mais como um fator do que como um componente do meio, isto porque essa análise tem seus alicerces na utilização de modelos e na quantificação dos elementos (MENDONÇA, 2005).

Também a abordagem crítica, na Geografia, tenta incorporar o papel da sociedade na transformação do ambiente. Neste caso, a natureza é pensada como fonte de recurso e a sociedade responsável por sua apropriação, lógica posta pela sociedade capitalista. Esta análise não supera o antropocentrismo, pois o homem/sociedade está para o ambiente e não são analisados como parte dele.

Para Porto-Gonçalves (1989), a separação homem e meio ambiente é cristalizada pela sociedade capitalista e incorporada pela ciência, que, ao fragmentar o conhecimento, separa as ciências da natureza e as ciências da sociedade, o que impede a compreensão do

ambiente na sua complexidade, pois, segundo esse autor, não é possível pensar um meio natural sem a interação com o homem, assim como, este último também não poderia ser concebido sem a interação com a natureza.

Assim, Porto-Gonçalves (1989), propõe outra abordagem para o meio ambiente, inclusive defendendo que o conceito que temos de natureza não é natural. Para ele, “toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada ideia do que seja a natureza. Dessa forma, o conceito de natureza não é natural, sendo na verdade criado e instituído pelos homens” (p.22). Nessa ótica, é impossível pensar uma natureza independente do ser humano, pois é ele que a conceituou como tal.

E, buscando analisar os processos que explicam esta dicotomia do saber, Porto-Gonçalves (2004) esclarece que a base deste pensamento está relacionada ao sistema capitalista, baseado na ideia de dominação da natureza por meio do desenvolvimento. Ser desenvolvido é querer ser urbano, industrializado, ou seja, é querer ser algo que nos afaste da natureza.

Aqueles que criticam o desenvolvimento e o progresso seriam, então, indivíduos que buscam um “retorno ao passado, ao estado de natureza” (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 24). A crítica do autor consiste em problematizar como o sistema capitalista tenta negar qualquer outra possibilidade de pensamento que seja contrário aos seus interesses, ou seja, é como se não houvesse e mesmo não se pudesse pensar alternativa a este modelo social dominante. Qualquer pensamento que questione o *status quo*, é tratado de forma pejorativa, negativa, e até mesmo ameaçadora pelos defensores do sistema econômico atual, justamente com o intuito de aniquilá-lo.

Desta forma, qualquer pensamento de mudança de atitudes em relação ao meio ambiente, nos marcos capitalistas, não está comprometido com a transformação radical de valores que sustentam o sistema, como o individualismo, o valor de troca e a competitividade.

Com isso, as propostas são sempre paliativas, com resultados questionáveis, mas aparecem como mecanismos de conforto ao cidadão, que, via de regra, não é formado para identificar as consequências ambientais do sistema de produção e consumo. Como os efeitos também estão visíveis, eles aparecem como efeito colateral, “mal necessário”, mas que a tecnologia salvará a humanidade a tempo do colapso. E a mídia tem um papel central na formação deste pensamento.

Porém, Gonçalves (2004), adverte que o desafio ambiental é diferente e mais complexo do que aquele apresentado no debate midiático e científico, e se “resume à ideia de

que há limites para a relação da humanidade, por meio de cada sociedade, com o planeta” (2004, p.170). Afinal, o planeta é finito e as condições técnicas e as relações de poder entre as sociedades não são simétricas. Ao contrário, o que se observa é uma concentração da exploração dos recursos naturais por um determinado segmento da sociedade mundial, em detrimento da maioria.

Não podemos esquecer que existem diferentes concepções que se sobrepõe no processo de entendimento do meio ambiente. Mendonça (2001) destaca como as concepções vão mudando conforme a sociedade se transforma:

Em 1917, o meio ambiente, é para uma planta o resultante de todos os fatores externos que agem sobre ela. Em 1944, para um organismo, a soma total efetiva de fatores, aos quais um organismo responde. Em 1964, Harant e Jarry propõem: o conjunto de fatores bióticos (vivos) ou abióticos (físicoquímico) do hábitat. Em 1971, segundo Ternisien: conjunto, num momento dado, dos agentes físicos, químicos e biológicos e dos fatores sociais suscetíveis de ter um efeito direto ou indireto, imediato ou a termo, sobre os seres vivos e as atividades humanas. (BAILLY e FERRAS, *apud* MENDONÇA, 2001, p. 116)

Estas mudanças conceituais demonstram que o momento histórico, de uma forma direta ou indireta, também influencia o pensamento científico de maneira geral, e a Geografia não escapa deste processo. Entretanto, neste caso, a ciência geográfica possui uma especificidade, uma vez que diferente de outras ciências humanas (História, Sociologia, Antropologia) e da natureza (Física, Biologia, Química), não optou nas suas análises em excluir a natureza ou a sociedade, pelo contrário, a geografia manteve, mesmo que separando internamente, o homem e o meio, a natureza e sociedade, como centro de suas preocupações. Mesmo que se possa questionar a dicotomia que de certa forma ainda impera nos estudos geográficos, a perspectiva da relação, sempre foi uma busca nas suas análises.

O que se quer dizer é que a Geografia não está à margem da influência do pensamento científico dominante, por isso, fragmentou-se internamente em Geografia Humana (dinâmica da sociedade) e Geografia Física (dinâmica da natureza), constituindo-se nesta separação (PORTO-GONÇALVES, 1989), mas só pelo fato de manter a preocupação com a sociedade e natureza, certamente tem um papel importantíssimo na compreensão dos problemas ambientais, cuja complexidade, implica em considerar a interação entre estas dinâmicas e dimensões (sociedade e natureza) e suas contradições. A geografia talvez tenha menos problemas para encontrar o “elo perdido”, do que aquelas ciências que optaram por desconsiderar a implicação de uma dimensão (natureza) na outra (sociedade).

Enfim, Suertegaray (2002) estabelece uma proposta para esta visão integrada, definindo o “espaço geográfico como um todo uno e múltiplo aberto a múltiplas conexões que se expressam através dos diferentes conceitos [...]. Estes, ao mesmo tempo em que separam visões, também as unem” (SUERTEGARAY, 2000, p. 8). Ela ainda afirma que:

Não obstante, o espaço geográfico é dinâmico. [...]. O espaço geográfico pode ser lido através do conceito de paisagem e ou território, e ou lugar, e ou ambiente; sem desconhecermos que cada uma dessas dimensões está contida em todas as demais. Paisagens contêm territórios que contêm lugares que contêm ambientes valendo, para cada um, todas as conexões possíveis. (2000, p. 9)

Os conceitos geográficos permitem dar destaque a determinadas dimensões, ou seja, o político (no conceito de território), o ambiente e a cultura (no conceito de paisagem), a identidade (no conceito de lugar). A importante contribuição da autora está em perceber que a leitura geográfica dos fenômenos da realidade impõe a superação da dicotomia Geografia Física *versus* Geografia Humana, o que não significa dizer que para determinadas análises uma dimensão (cultura, economia, ambiente, etc.) pode ter um papel mais determinante do que outra (SUERTEGARAY, 2000).

Neste aspecto, podemos afirmar que o conceito de ambiente, enquanto um recorte analítico e operacional requer a compreensão da dimensão física da paisagem, mas não se podem ignorar os fatores econômicos, culturais e sociais aos quais está condicionado.

Para Suertegaray, a Geografia deve pensar o ambiente com a inclusão do ser humano, este último deve ser analisado do ponto de vista de que é um ser social, “produto e produtor de várias tensões ambientais” (2000, p. 7). Assim, o homem não é um ser naturalizado, como antes era pensado. Porém, não se pode deixar de lado que esta forma de pensamento, que deixa de ver o homem como algo externo à natureza, ainda está em processo de transição e Suertegaray (2008) clama para que essa interação ganhe força, afirmando que

se permanecermos insistindo no estudo da natureza (em seu conjunto ou em seus fragmentos) em separado da sociedade, muito provavelmente, teremos respostas parciais para problemas complexos. (p.12).

O meio ambiente é um tema complexo e, portanto, exige ações que considerem esta complexidade. Conceitualmente, muitos são os autores que buscam uma definição para o que podemos conceber como meio ambiente. Coimbra (2002) é um deles e define o meio ambiente como:

O conjunto dos elementos abióticos (físicos e químicos) e bióticos (flora e fauna), organizados em diferentes ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individual ou socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro das leis da natureza e de padrões de qualidade definidos. (p 32)

Notamos que este conceito é abrangente e sistematizado, avaliando o homem em interação com o meio ambiente.

A Política Nacional do Meio Ambiente, por meio da Lei N° 6.938, datada de 31 de agosto de 1981, em seu artigo 3º, inciso I, também apresenta o que ela considera como meio ambiente, sendo “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (BRASIL, 1981, s/p). Porém, esta definição, que pode ser questionada por não deixar explícita a dimensão social, cultural e econômica do meio ambiente, associada ao Artigo 225, inciso VI e parágrafo 3º, da Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988), dispõe que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e, com isso, destaca o papel social e político que envolve o tema.

Esta dimensão política e social do meio ambiente pode ser esclarecida por Santos (1997) quanto a sua definição sobre o atual período histórico, por ele denominado "Técnico-Científico-Informacional", avaliando que não nos é permitido pensar um meio ambiente como primariamente natural, uma vez que nesse período em que nos encontramos, é inconcebível pensar um meio sem a interação/interferência das sociedades. Segundo este autor, o que não foi tocado pelo homem, no momento histórico atual, é objeto de sua intencionalidade. As unidades de conservação são um exemplo disso.

Consideramos que o esclarecimento de Seabra (1984), sobre a definição de natureza, pode contribuir para a compreensão do meio ambiente. Para a autora:

Natureza é o mundo material que nos circunda, o universo que está em constante movimento, mudança e transformação. A sociedade humana representa uma parte específica da natureza subordinada às suas próprias leis. Se entendermos natureza nesse sentido, então a sociedade humana pode ser considerada parte do conceito de 'natureza', mas seria algo errado dizer que as leis da natureza agem na sociedade, ou que as leis da sociedade agem na natureza. As leis da natureza agem sobre o homem como um indivíduo biológico, mas não agem sobre a sociedade humana, ou sobre as categorias sociais.

Natureza num sentido mais restrito é o mundo inorgânico e orgânico estudado em ciência natural. A sociedade humana não é parte deste conceito estreito de natureza. A natureza cria e forma o ambiente geográfico da sociedade e é a base material da existência da sociedade. (...) O fato de que a natureza age sobre a sociedade e a sociedade muda a natureza não afeta o caráter das leis que agem dentro da natureza e da sociedade. (SEABRA, 1984, p.12).

Esta citação é muito esclarecedora quanto a especificidade da sociedade e da natureza, bem como a imbricação de uma na outra.

Desta forma, poderíamos dizer que enquanto sistema natural, a natureza age de forma equilibrada e em harmonia (NETTO e AVELAR, 2007). Porém, quando o ser humano interfere nesse sistema, ultrapassando os limites naturais do meio em que vive, gera problemas sociais, econômicos e/ou ambientais, e isto caracteriza o desequilíbrio. Esse desajuste, ocasionado pela interferência humana, irá continuar até que haja, novamente, harmonia entre o homem e o meio (PINHEIRO, 2007).

Diante do exposto, não se pode negar que os processos naturais dependem da dinâmica da natureza, seus ritmos e processos. Nem tampouco ignorar a parte que cabe a sociedade, no que diz respeito a potencializar estes processos, por meio de sua apropriação. Não respeitar o tempo/espaço dos condicionantes físicos do ambiente tem sido a principal responsabilidade da sociedade no que diz respeito aos problemas ambientais, neles incluídos os desastres naturais, os quais serão analisados neste trabalho a luz do “discurso da mídia”.

2.1. A interação sociedade e natureza e os problemas ambientais urbanos

O debate entre sociedade e natureza ganha notoriedade nos tempos atuais, ainda mais quando percebido no ambiente urbano. É na cidade que ocorrem as manifestações e acontecimentos que mais chamam atenção quando se pensa nos problemas ambientais, principalmente no que diz respeito aos desastres naturais. Seja porque é na cidade que se concentra a população, seja porque é nela que o debate político também é colocado em evidência.

Do ponto de vista do espaço urbano, notamos que a questão ambiental emerge da interação de dinâmicas e processos naturais e sociais (SPÓSITO, 2005). Ribeiro (2005) argumenta que a sociedade e a natureza encontram na cidade um local para suas interações e desdobramentos, onde grandes massas humanas, que estão condicionadas a um emaranhado de encontros e desencontros. Ou seja, coexistem num ambiente de desigualdade socioespacial,

que é agravada pelo sistema capitalista de consumo, que não respeita o tempo da natureza, gerando os problemas ambientais (SPÓSITO, 2005).

Spósito (2005) explica que o sistema capitalista, devido a sua capacidade científica e tecnológica, acelera o tempo da sociedade, fazendo com que cada vez mais seja necessário ampliar os processos de extração e transformação dos recursos naturais para satisfazer a necessidade de consumo da sociedade. Porém, esses recursos naturais dependem de uma dinâmica natural para se recompor, isso ocorre no tempo da natureza, que é bem mais lento do que o da sociedade. E é do descompasso entre os tempos da natureza e da sociedade que surgem os problemas ambientais.

Suertegaray, ao abordar esta relação contraditória entre o tempo da natureza e sociedade, acrescenta que a sociedade atual busca a reprodução do capital em ciclos mais curtos, afetando esse tempo da natureza e causando a subordinação da natureza. Ambos os autores ainda convergem no pensamento de que a cidade é um produto que expressa a leitura da não natureza, pois aparece carregada de sentido humano. Spósito (2005) é até mais incisiva ao tratar dessa não natureza, acrescentando que a cidade é um das expressões materiais que mais remete à capacidade do ser humano em se apropriar da natureza e transformá-la, por isso, o que remete a esta concepção de negação da natureza, a cidade, portanto, seria a não natureza criada pelo homem (seu dominador).

Seabra (2005) visualiza que a natureza, ao ser apropriada e transformada, tornando-se assim força produtiva da sociedade, dá lugar a uma segunda natureza (social e histórica).

Com isso, vemos que na unidade do espaço geográfico é impossível não reconhecer que o meio e a sociedade são inseparáveis (BITOUN, 2005). Também é inconcebível não avaliar que não se trata simplesmente de uma questão ambiental e sim de uma questão social (SPÓSITO, 2005). Podemos avaliar que no meio ambiente urbano se propaga um sistema capitalista que promove a desigualdade socioespacial. Este é um dos motivos que faz com que Leff (2001) se posicione contra o fato urbano.

Para ele, o sistema urbano é insustentável, e na cidade, devido ao capitalismo, transformou-se em local propício para a produção e o consumo, expressão da acumulação de capital. O autor afirma que a crise ambiental tem gerado um questionamento sobre a sustentabilidade da forma de vida urbana, discutindo a natureza, o significado e as funções desse fenômeno, uma vez que os valores imbricados a este modelo de vida que implica na maximização dos lucros, exploração dos recursos naturais e individualismo, não tem trazido o ambiente sustentável a humanidade, bem ao contrário.

Bitoun (2005), porém, diz que há um entrelaçamento de duas crises, a ambiental e a social. Esse autor afirma que a desigualdade social e a degradação do meio se entrelaçam e colaboram na formação de um ambiente urbano de baixa qualidade.

Isso gera diversos problemas, como as formas de ocupação do solo, que beneficia apenas parcelas da sociedade (detentoras do capital) em detrimento de classes menos favorecidas financeiramente que, além de todo o descaso que enfrentam, ainda tem que conviver com o senso comum que foi constituído dos embates dessas duas crises, onde, pela naturalização dos problemas, as famílias pobres são consideradas culpadas pelos problemas ambientais, não avaliando as questões sociais/econômicas/políticas que afetam toda essa dinâmica. Outro problema que merece ser lembrado é o de infraestrutura que, no ambiente urbano, substituem ou complementam os sistemas naturais, como os rios e córregos que quando são canalizados podem acabar causando problemas na drenagem das bacias hidrográficas.

Bitoun (2005) também atenta para o fato de que as redes de infraestrutura das cidades possuem caráter incompleto e medíocre, que traduz em desigualdades sociais os problemas ambientais.

Neste sentido, há uma proporção desigual entre as classes sociais, quanto a vivenciarem as consequências da degradação ambiental, ora porque as áreas de risco¹⁴ são ocupadas pelos mais pobres, ora porque, os que dispõem de recursos financeiros, se utilizam da tecnologia e engenharia que diminuem os riscos ambientais. Assim, mesmo que possam ser vítimas de problemas ambientais, são os mais pobres que proporcionalmente estão entre os que possuem mais perdas.

Martine e McGranahan (2010) afirmam que

as dificuldades urbanas atuais refletem a confluência de dois fatores principais interligados: a desigualdade profundamente arraigada na sociedade brasileira e a incapacidade de prever, aceitar e planejar de forma antecipada o crescimento urbano maciço e inevitável. (p.12)

Desses problemas emergem vários outros, como em um efeito dominó: a desigualdade social contribui para que não se reconheça o direito à cidade pela população de baixa renda; essa aceitação implícita da desigualdade e da pobreza acaba por explicar a lentidão para se apreender e reagir aos problemas do sistema urbano; e a lentidão, por

¹⁴ Áreas de risco são locais considerados impróprios ao assentamento humano, por estarem expostos aos desastres naturais e outros eventos que colocam em risco os grupos humanos.

consequente, impede que sejam adotadas medidas proativas, facilitando a propagação da pobreza habitacional, da fiscalização pífia e da degradação ambiental. Dessa forma, seriam esses problemas que impedem o aproveitamento da urbanização e a exploração do seu potencial para o desenvolvimento social e econômico do país (MARTINE; MCGRANAHAN, 2010).

Vitte (2010) identifica outro fator importante que interfere no meio urbano: os interesses de agentes privados poderosos. Segundo a autora as ações e interesses desses personagens fazem com que o meio urbano perca suas qualidades essenciais, que são providenciais para que exista o direito à cidade para toda a sociedade. Esses agentes são responsáveis pela pressão que faz com que a cidade seja transformada em mercadoria e perpetuam a segregação socioespacial, colaborando para a manutenção do atual sistema social urbano. Nesse contexto, vemos surgir a propriedade privada, a especulação imobiliária e os mecanismos de mercado, que agem como barreira para a justiça social na cidade. Vitte (2010) ainda, ao analisar a terra urbana como mercadoria, com sua eterna busca por valorização da propriedade privada, também se depara com a contínua expulsão dos mais pobres, que tem que retirar-se toda vez que um espaço é valorizado. Sobre isso, Gomes (2009) define:

Enfim, a apropriação privada da terra que, na política da escassez capitalista, deixa os que não dispõem de recursos “sem moradia” ou mal instalados, já que não podem pagar pelos locais com melhor conforto, cuja localização é agregada aos maiores valores da terra urbana da cidade. (p. 60)

Conforme a mesma autora, a terra urbana como mercadoria, onde os melhores espaços estão disponíveis somente aqueles que podem pagar. Os que não podem arcar com o valor do ‘espaço urbano de qualidade’ acabam acumulando-se em locais menos valorizados, seja por falta de infraestrutura ou por problemas ambientais, por exemplo.

Assim, a tão almejada justiça social é algo que foge aos olhos quando abarcamos o ponto de vista de que o meio urbano está condicionado ao sistema capitalista de produção e consumo. Sobre isso, Vitte (2010) acrescenta que a produção da cidade está atrelada à economia capitalista, cuja marca é a segregação socioespacial.

A segregação socioespacial, conforme Cunha (2010), é também uma forma de desigualdade de acesso às oportunidades urbanas. Isto porque a ocupação do território possibilita que os fatores que impõem qualidade de vida, almejada nas cidades, estejam em maior ou menor quantidade dependendo do local em que se vive. Assim, espaços diferentes

estão reservados para quem pode e para quem não pode pagar pela qualidade de vida e pelas oportunidades.

O autor ainda destaca que “os processos históricos de formação de nossas sociedades foram sempre muito elitistas, pouco igualitários, gerando muita exclusão e conflitos sociais” (p. 67). A este respeito, Martine e McGranahan (2010) lembram que, no Brasil, as populações de baixa renda têm que viver em lugares e moradias inadequadas, isto devido à falta de medidas para preparar e acomodar o crescimento urbano.

Devido à segregação socioespacial, que relega aos que podem pagar os melhores espaços urbanos, as classes menos favorecidas financeiramente acabam ocupando locais inadequados. Seabra (2005) diz que é patético observar as ocupações em áreas de risco, mas considera mais patético ainda as pessoas que moram nesses locais serem consideradas culpadas pelas tragédias que ocorrem.

A autora afirma que eles não escolheram morar nesses locais de risco, mas tiveram que se alocar nesse espaço por falta de opção, pois são contingentes de população sobrando, excedentes dos processos econômicos e sociais. Bitoun (2005) alinha-se ao pensamento de Seabra, acrescentando que as áreas de risco são frutos do crescimento desordenado das cidades, e estas são impulsionadas pelo sistema capitalista.

Martine e McGranahan (2010) são incisivos ao afirmarem que a urbanização, se bem orientada, pode ser uma força importante na diminuição da pobreza, porém, nos atuais moldes que se apresenta, a urbanização é um convite para o desastre. Para eles, prever e orientar a expansão do espaço urbano é essencial para “reduzir a depredação do capital ambiental, evitar desastres naturais e garantir a qualidade vida da população” (p. 23).

Entretanto, o que se apresenta é um contexto de desenvolvimento urbano capitalista, onde se vislumbra a necessidade de que não se note as interações entre sociedade e natureza, entre homem e meio. É a individualização do homem, separando-o da natureza, como afirma Porto-Gonçalves (2004). Esse mesmo autor também destaca que na sociedade capitalista urge a necessidade de uma dupla dominação: sobre a natureza e sobre os homens.

A interação sociedade-natureza segue seu percurso, mesmo que, muitas vezes, inconsciente na sociedade capitalista de consumo. O urbano e o natural se entrelaçam, resultando em novos componentes desse processo, para o bem ou para o mal, e dentre esses elementos estão os problemas ambientais, que afetam, na maioria das vezes, as populações menos favorecidas economicamente. Um contingente urbano que acaba por ser empurrado

para áreas de risco e, como se não bastasse, ainda tem que arcar com a ideia de que são os vilões desse problema.

Enfim, é o sistema capitalista que define os parâmetros das relações no ambiente urbano, sociedade e natureza não escapam dessa máxima, pois é ilusório pensar essa interação sem que se avalie sob a ótica do atual sistema.

Nessa interação entre sociedade e natureza, os desastres naturais são cada vez mais constantes e o entendimento desses fenômenos se faz necessário.

2.2. Os desastres naturais: processos decorrentes (enchentes, inundações e alagamentos)

Como citamos anteriormente, nosso interesse é verificar como a mídia produz o discurso sobre problemas ambientais, nosso recorte para isso, são os desastres naturais. Esta escolha não é arbitrária, mas sim, pela urgência na abordagem desse tema que tem provocado comprometimentos ambientais e sociais graves cada vez mais intensos, até mesmo em áreas que não são grandes centros, onde tradicionalmente, a aglomeração humana em áreas de risco é, nas circunstâncias dos desastres, a combinação de muitos prejuízos econômicos e sociais.

Casos mais conhecidos são os eventos ocorridos no Rio de Janeiro (2010) e no Vale do Itajaí-SC (2008)¹⁵, só para citar alguns. Mas o mais grave é que embora haja reincidências, com desastres cada vez mais frequentes e em mais lugares, pouco se tem visto de ações efetivas para evitar as tragédias.

A mídia tem tido um papel importante na divulgação e denúncia dos processos que concorrem para a ocorrência dos desastres, porém, como já foi citado anteriormente, os diferentes interesses e conotações que a mídia ganha na sociedade atual, nem sempre garante que ela seja uma aliada na formação crítica do pensamento do cidadão e, portanto, na contribuição da solução destes problemas. Antes de focar em como ela tem se apropriado deste debate, consideramos importante, compreender um pouco mais estes fenômenos ambientais.

Kobiyama, *et al* (2006), explica que a origem desses fenômenos naturais podem estar relacionados com as dinâmicas interna ou externa do planeta, sendo que as de origem interna

¹⁵ Em abril de 2008, o deslizamento de encostas no estado do Rio de Janeiro ocasionou a morte de 125 pessoas, sendo a cidade de Niterói a mais afetada, com 105 mortos, várias famílias desalojadas e mais de 180 imóveis interditados, os prejuízos foram contabilizados entre 15 e 20 milhões de reais. Já no Vale do Itajaí, foram 135 mortos e mais de 78 mil desabrigados ou desalojados, a Secretaria da Fazenda de Santa Catarina calculou que o total dos prejuízos foi de 360 milhões de reais.

são os causados pela movimentação de placas tectônicas, que têm reflexo na superfície do planeta (terremotos, tsunamis, vulcanismo, entre outros), e as dinâmicas de origem externa são oriundas da dinâmica atmosférica (tempestades, tornados, secas, inundações, etc). Essas dinâmicas podem ser visualizadas na Figura 2.1.

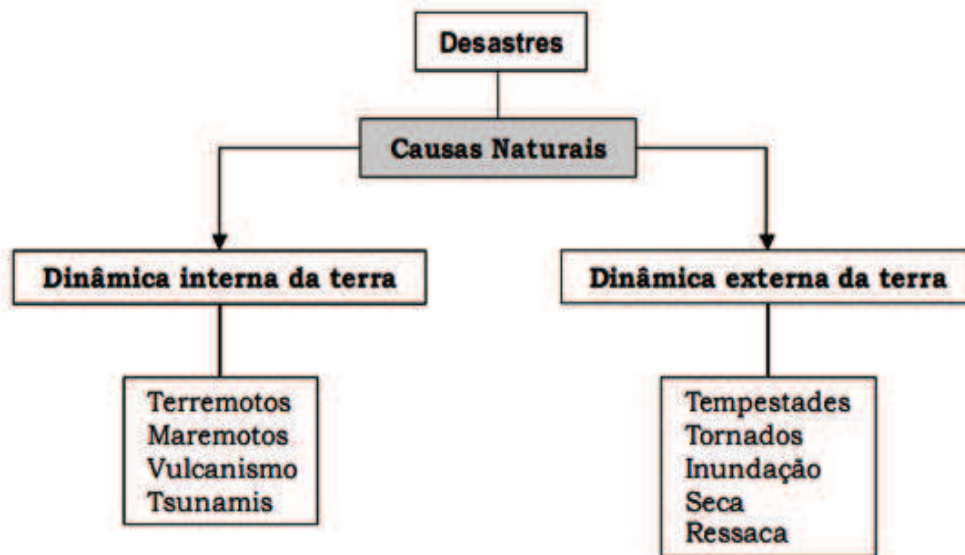


Figura 2.1 – Origem dos desastres naturais (KOBAYAMA, 2006).

Mafra e Mazzola (2007) lembram que, no Brasil, não existe tendência para a ocorrência de fenômenos de dinâmica interna. Tominaga (2009) concorda com os autores e acrescenta que, no país, estes fenômenos de dinâmica interna caracterizam-se apenas pela ocorrência de fracos tremores. Para ela, são os fenômenos de dinâmica externa os principais causadores de desastres naturais no Brasil e estão normalmente associados a eventos pluviométricos intensos e prolongados.

Consideramos, nesse momento, a necessidade de analisar a terminologia desastres naturais, que indica ‘eventos extremos’ em locais onde se concentram seres humanos, gerando impactos socioeconômicos significativos. Também é importante ressaltar que embora seja possível compreender a origem do fenômeno, no seu aspecto natural, não se pode naturalizar o desastre que, via de regra, tem razões antrópicas.

Segundo Vestena (2008b), “os desastres naturais estão diretamente associados às características físicas do meio ambiente e aos condicionantes antrópicos, principalmente, ao modo de uso e ocupação do solo” (p. 152).

O mesmo autor chama atenção para o caráter não natural do processo, uma vez que tem sido provocado cada vez mais por ações antrópicas. Considerando que o desastre se

caracteriza em áreas habitadas, podemos afirmar que é a não observância das características físicas do ambiente as principais responsáveis pelas catástrofes.

Desastre natural pode ser definido como o “resultado do impacto de um fenômeno natural extremo ou intenso sobre um sistema social, causando sérios danos e prejuízos que excede a capacidade dos afetados em conviver com o impacto” (TOBIN; MONTZ, *apud* MARCELINO, 2008, p. 10). Tominaga (2009) é mais sucinta em sua definição, para ela, o desastre natural se caracteriza a partir do momento em que determinado fenômeno natural atinge locais habitados pelos seres humanos, ocasionando-lhes danos.

Além disso, Marcelino (*apud* VESTENA, 2008b) acrescenta que:

Aos desastres naturais estão associados os termos perigo, vulnerabilidade e risco. O perigo (*hazard*) seria o processo ou evento que ocorre naturalmente ou induzido pelo homem com potencial de gerar danos e prejuízos. A vulnerabilidade (*vulnerability*), a extensão dos danos e prejuízos potenciais de dados de um ou vários elementos em uma área afetada por um perigo, dependendo das condições sociais e econômicas. O risco (*risk*) seria a probabilidade das consequências danosas ou perda esperada de vidas, feridos, propriedades e atividades econômicas e/ou ambientais afetadas, resultantes da interação entre perigo e vulnerabilidade. Sendo assim, pode-se dizer que o risco está diretamente relacionado com o perigo e a vulnerabilidade. (p.153)

Tominaga (2009) explica que a urbanização levou ao aumento das situações de perigo e de risco. Marcelino (2008) ressalta que as intervenções humanas podem intensificar e/ou agravar um desastre natural, mas apenas indicam o estado de vulnerabilidade local e não podem ser consideradas a causa de um desastre natural. O ciclo da urbanização e o aparecimento de problemas podem ser visualizados na Figura 2.2.

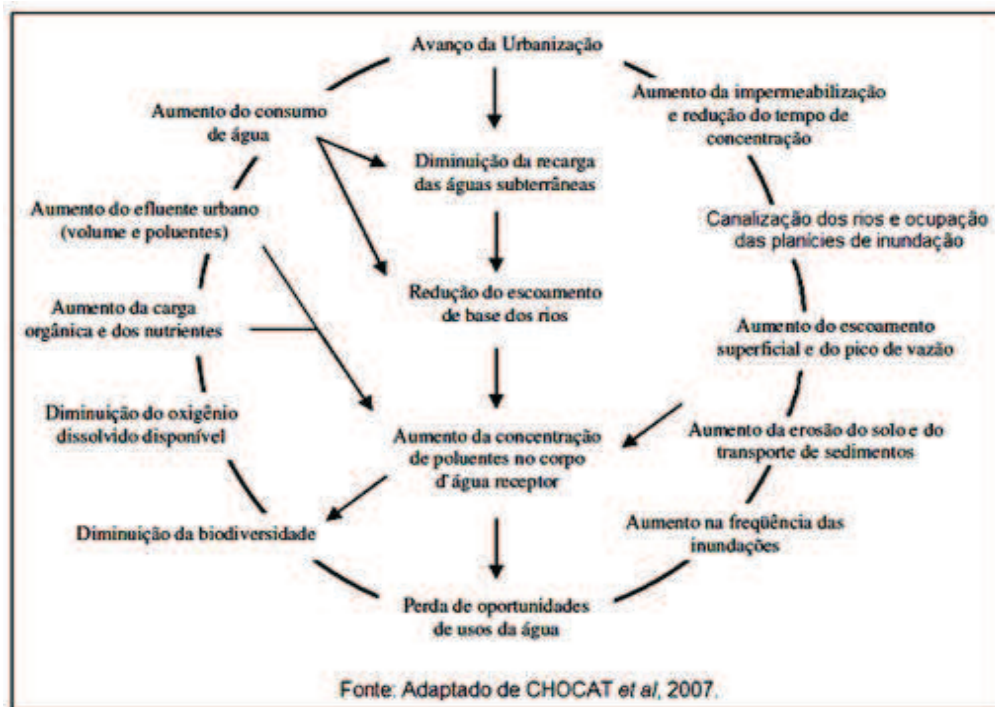


Figura 2.2 – Impactos da urbanização da bacia hidrográfica no ciclo da água.
Fonte: Oliveira (2011).

Um dos processos que nos interessam neste trabalho são as inundações, que também fazem parte dos problemas ambientais urbanos. Já na Figura 2.3, Oliveira (2011) nos mostra como o desastre natural decorrentes da inundação está relacionado ao processo de urbanização sobre uma bacia hidrográfica.

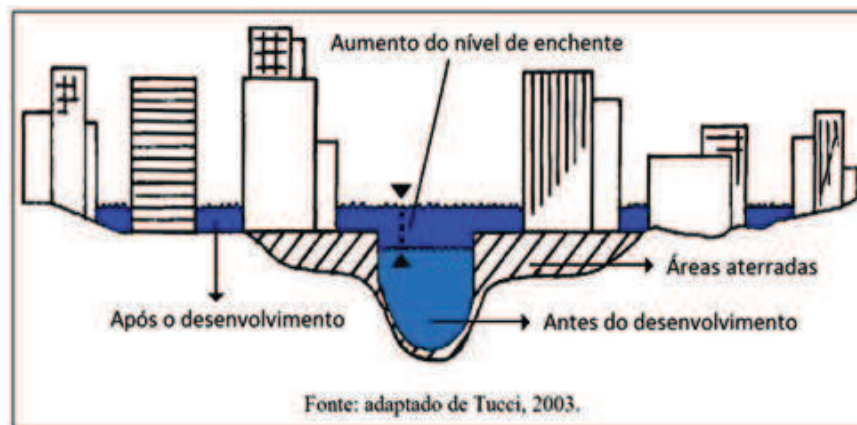


Figura 2.3 – Efeitos no sistema fluvial em decorrência do avanço urbano.
Fonte: Oliveira (2011).

Segundo o mesmo autor, este processo se explica da seguinte maneira:

A urbanização potencializa a obstrução do escoamento e a impermeabilização do solo acelera o fluxo superficial, contribuindo no incremento da quantidade de água que chega ao mesmo tempo no sistema de drenagem. Os problemas decorrentes das inundações tornam-se mais críticos, quando as planícies fluviais (áreas de amortecimento de cheias) são ocupadas por residências, fator que tem aumentado a frequência/intensidade das inundações em áreas que anteriormente não sofriam com tais problemas. Portanto, os efeitos adversos no ciclo hidrológico terrestre são maximizados à medida que os processos de uso e ocupação do solo ocorrem de forma inadequada, ou seja, sem práticas conservacionistas. (OLIVEIRA, 2011, p. 19)

A importância desse ciclo hidrológico está configurada no discurso de Netto e Avelar (2007), que consideram que o elemento água é importante para os processos que condicionam a vida no planeta e as interferências humanas sobre esse ciclo ampliam os desastres naturais.

Neste ciclo da água, muitos conceitos são dados como sinônimos, embora possuam natureza diferente, como aqueles que compõem o mesmo processo. Neste trabalho, daremos ênfase aos conceitos de enchente, inundação e/ou alagamento, que, além de cada vez mais serem processos intensificados no espaço urbano, via de regra, estão presentes na mídia como sinônimos. Sua associação, muitas vezes, serve mais para confundir do que para esclarecer ao leitor.

Oliveira (2011) explica que existe uma dinâmica do regime fluvial ao longo do ano hidrológico, com condicionantes hidrogeomorfológicos, que podem ser tanto naturais (definidas pelas características da bacia hidrográfica em seu estado natural) como artificiais (provocadas pela ação do homem, como a urbanização, obras hidráulicas, desmatamento, etc.). Os processos hidrológicos respondem a esta dinâmica.

Enchente significa “ocupar o vão, a capacidade ou a superfície de; tornar cheio ou repleto” (GOERL; KOBAYAMA, 2005, p. 3). Os autores explicam que, após o processo de enchente, o que ocorre é uma inundação, citando:

As palavras cheia e enchente têm como origem o verbo encher, do Latim *implere*, que significa: ocupar o vão, a capacidade ou a superfície de; e tornar cheio ou repleto. Quando as águas do rio elevam-se até a altura de suas margens, contudo, sem transbordar nas áreas adjacentes, é correto dizer que ocorre uma enchente. A partir do momento em que as águas transbordam, ocorre uma inundação. (2005, p. 3)

A partir do momento em que ocorre o transbordamento, vários são os tipos de inundações que podem ocorrer, sendo que os tipos mais comuns são as inundações costeiras¹⁶, as graduais e as bruscas, como indicam os autores supracitados. Para nosso trabalho, consideramos de interesse as inundações graduais e as bruscas, sendo que as graduais ocorrem quando o transbordamento ocorre de forma lenta e gradativa, não sendo tão violenta, mas atingindo uma grande extensão. A inundação brusca, como o nome já diz, ocorre rapidamente, causando grandes desastres nos locais onde acontecem, por não haver tempo hábil para que se faça um alerta sobre o evento (GOERL; KOBIYAMA, 2005).

Oliveira (2011) acrescenta que as enchentes devem ser consideradas um fenômeno natural que compõe a dinâmica natural do curso fluvial. Ela ocorre quando o leito de vazante é extrapolado, fazendo com que as margens plenas sejam preenchidas pelo débito fluvial. Já a inundação é o momento em que um fluxo, relativamente alto, ultrapassa a capacidade do canal, com o extravasamento das águas para as planícies adjacentes, em virtude da quantidade de água ser superior à capacidade do leito. Estas situações podem ser mais bem compreendidas ao conferirmos a Figura 2.4.

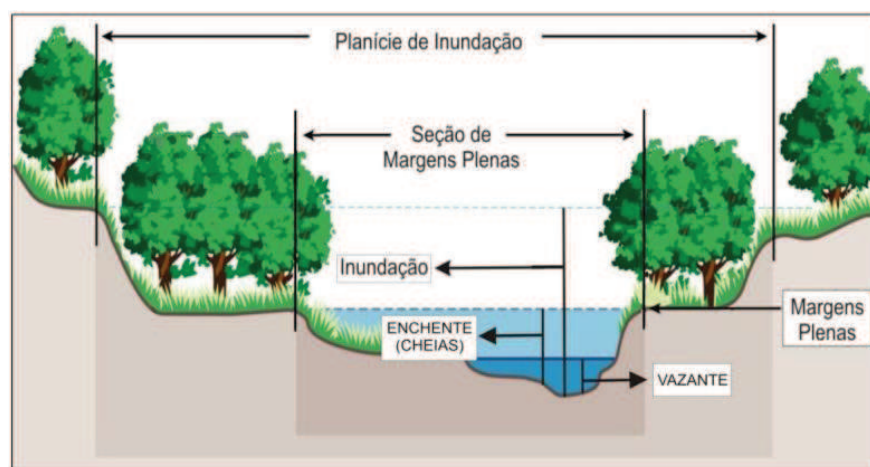


Figura 2.4 – Leito de vazante, enchente e inundação. Adaptado de Fisrwg (1998).
Fonte: Oliveira (2011)

A partir da Figura 2.4, podemos observar a diferença entre inundação e enchente. A inundação, por exemplo, sobre ruas, terrenos e construções, podem provocar o desastre natural.

¹⁶ Ocorrem na zona costeira marítima.

Já os alagamentos, segundo Souza (2004), “ocorrem em áreas distantes dos canais, em terrenos com ocupação antrópica e baixo coeficiente de escoamento superficial” (p. 232) e com fluxos de baixa velocidade. Na Figura 2.5 podemos comparar os três fenômenos.

✓ Enchente, inundação e alagamento;

SÃO PREOCUPANTES PORQUE CAUSAM **EFEITOS IMEDIATOS (DIRETOS) E EFEITOS POSTERIORES (INDIRETOS)** À SAÚDE HUMANA;



Figura 2.5 – Enchente, inundação e alagamento.
Fonte: Defesa Civil de São Bernardo do Campo¹⁷.

Notamos, então, que o alagamento configura-se, portanto, em um acúmulo momentâneo de águas em um determinado local no meio urbano, na maioria das vezes, por problemas no sistema de drenagem, tais como: canalização, retificação, estrangulamento da rede pluvial (artificial), impermeabilização do solo. Esse é um dos problemas ocasionados pela urbanização descontrolada e sem planejamento.

Portanto, embora os processos de enchente, inundação e alagamento estejam interligados, eles não são sinônimos como no “senso comum” possa se considerar, a questão é em que medida a compreensão destes processos ajuda a entender criticamente os desastres naturais e, no caso, deste trabalho, como a mídia contribui para esclarecer e/ou obscurecer este entendimento.

Buscando aprofundar o debate, avaliamos a necessidade de contextualizar os desastres ambientais no Brasil e no mundo, para que se possa compará-los à situação e sua importância social.

¹⁷ Disponível em: <http://dcsbcsp.blogspot.com.br/2011/06/enchente-inundacao-ou-alagamento.html>. Acessado em: 23/07/2012.

2.3. Os desastres naturais no Brasil e no mundo

Em suma, os desastres naturais podem ocorrer em qualquer continente ou país, devido aos fenômenos naturais que os desencadeiam (MARCELINO, 2008). A história nos mostra que a humanidade sempre esteve em interação com a natureza e desse processo sempre ocorreu desastres naturais que resultam em danos e/ou prejuízos humanos. Como exemplo, o autor cita uma inundação na China, no ano de 1332, que vitimou cerca de sete milhões de pessoas, e outra na Alemanha, em 1362, que resultou na morte de aproximadamente 100 mil pessoas.

Entretanto, Marcelino (2008) destaca que as pesquisas têm demonstrado que, nas últimas décadas, houve aumento na frequência e na intensidade dos desastres naturais. Relembramos que, como foi citado anteriormente, para ser caracterizado como desastre natural, é necessário que ocorra a incidência de um fenômeno natural extremo (ou intenso) sobre um sistema social, causando sérios danos e/ou prejuízos que excedem a capacidade dos afetados em conviver com o impacto. No mesmo rumo de Marcelino, Tominaga (2009) acrescenta que as pesquisas realizadas indicam o aumento de extremos climáticos, como temporais e chuvas intensas, entre outros.

Em âmbito mundial, a partir da década de 1970, o número de desastres naturais tem aumentado e, conseqüentemente, os prejuízos decorrentes desses acontecimentos. Sobre isso, Tominaga (2009) avalia que “muitas vezes os fenômenos naturais surpreendem até mesmo as nações mais bem preparadas para enfrentá-los” (p. 13).

A autora destaca que as populações em risco têm aumentado significativamente neste período, com um crescimento anual que gira em torno de setenta a oitenta milhões de pessoas. Outro agravante é que mais de 90% dessa população em risco está localizada nos países em desenvolvimento, com menores participações econômicas e maior carga de exposição ao desastre. Ainda, Tominaga (2009) explica:

Em teoria, os perigos naturais ameaçam igualmente qualquer pessoa, mas na prática, proporcionalmente, atingem os mais desfavorecidos, devido a uma conjunção de fatores: há um número muito maior de população de baixa renda, vivendo em moradias mais frágeis, em áreas mais densamente povoadas e em terrenos de maior suscetibilidade aos perigos. (p. 15)

Dessa forma, para que haja diminuição nos danos e prejuízos causados pelos desastres naturais no mundo, antes de tudo, é necessário que exista o desenvolvimento social e econômico, além de gerenciamento e fiscalização no que diz respeito ao meio ambiente (TOMINAGA, 2009).

Marcelino (2008) lembra que entre 1900 e 2007, mais de 70% dos desastres aconteceram em países em desenvolvimento, o que reflete a análise e preocupação de Tominaga (2009) sobre as condições socioeconômicas dessas nações, pois estão expostas a fatores (como a concentração populacional em áreas de risco e a falta de planejamento urbano, por exemplo) que aumentam a vulnerabilidade das populações expostas ao risco.

Para se ter noção global dos desastres naturais, buscamos informações no banco de dados *Emergency Events Database*, o EM-DAT (2012), um relatório anual que acumula informações desde 1900. Apenas para retratar os processos de forma sumária, podemos analisar que, no mundo, nos últimos 20 anos (1992-2012), os desastres afetaram 4,4 bilhões de pessoas, causaram cerca de dois trilhões de dólares em danos e ocasionaram a morte de 1,3 milhões de pessoas. Dentro desses números, concluímos que os desastres ocasionados por inundações¹⁸ são os que mais afetaram pessoas no período analisado, contabilizando um total de 2437. Estendendo as análises para 30 anos (1980-2012), os dados mostram que nesse período ocorreram 3455 inundações, 2689 tempestades, 470 secas severas e 395 temperaturas extremas.

Os números mundiais comprovam a estreita relação entre o aumento da população e os desastres naturais.

Nos países tropicais, onde os fenômenos climáticos são significativos, a ocupação urbana desordenada e sem planejamento potencializa a gravidade dos desastres, sendo comum danos materiais e até vítimas. Mafra e Mazzola (2007), citam que: “No nosso país (Brasil) os desastres tendem a estar relacionados a fenômenos climáticos, potencializados pela ação do homem” (p.10). Já Thomaziello (2007) lembra que um dos fatores que tende a potencializar os desastres naturais é a forma de ocupação do espaço urbano, que acarreta problemas ambientais.

No Brasil, os principais desastres naturais estão relacionados a eventos pluviométricos intensos e prolongados (TOMINAGA, 2009), sendo que as precipitações intensas em curto período de tempo, nas últimas décadas, têm aumentado os desastres naturais oriundos de inundações bruscas. A maior ocorrência dessas precipitações intensas, somado a

¹⁸ Além das inundações, considera-se também as enchentes e alagamentos.

problemas como impermeabilização urbana, desmatamento de encostas e ocupação das planícies de inundação, possibilita que as inundações bruscas no espaço urbano se tornem um dos principais problemas ambientais do país, principalmente nas regiões Sul e Sudeste (MARCELINO, 2008).

O EM-DAT (2012) também apresenta os registros dos principais desastres naturais ocorridos de 1900 a 2012 no Brasil. Nesses 112 anos, ocorreram 201 desastres, com intensificação dos eventos a partir da década de 1970 (a partir desse período, ocorreram cerca de 85% dos casos registrados). Desde que iniciaram os registros, o Brasil já contabiliza 12235 mortes e contabiliza um prejuízo perto dos 15 bilhões de dólares. Os eventos que mais ocorreram foram às inundações (115), seguido dos deslizamentos de terra (23) e das tempestades (18). Esses dados demonstram a importância de estudos sobre desastres naturais que abordem as inundações, pois estas sempre aparecem entre os principais desastres que afetam o Brasil.

Os dados do EM-DAT (2012) mostram, ainda, que mais de 21,1 milhões de pessoas foram afetadas pelas inundações, ficando atrás apenas das secas severas, que atingiram mais 47,8 milhões de pessoas, porém, quando se avaliam os prejuízos e as vítimas fatais, notamos o verdadeiro problema ocasionado pelas inundações. Enquanto as secas severas contabilizaram pouco mais de 4,7 milhões de dólares em prejuízos e vitimaram 20 pessoas, as inundações resultaram em mais de 8,2 milhões de dólares e 7634 mortes.

Avaliando a intensificação do evento inundação, no Brasil, a EM-DAT (2012) apresenta que nos últimos 10 anos, foram 32 inundações, com 2046 mortes, mais de 7,9 milhões de pessoas afetadas e mais de 3,8 milhões dólares em prejuízos. O segundo evento que mais ocorreu nesse período foi a seca e, para se ter uma ideia, ocorreu em apenas quatro ocasiões no mesmo período, sem contabilizar mortos, com pouco mais de um milhão de pessoas atingidas e prejuízos em torno de 1,6 milhões de dólares. Marcelino (2008) acrescenta que, no Brasil, existem regiões, como a Sul, por exemplo, em que as inundações ocorrem praticamente em todos os meses do ano.

Porém, não se pode tomar os números do EM-DAT como exatos, pois de acordo com os critérios utilizados pelo banco de dados, para que seja caracterizado como um desastre e entre no sistema de dados é necessário que exista a ocorrência de pelo menos um dos seguintes critérios: 10 ou mais mortes; 100 ou mais pessoas afetadas; declaração de estado de emergência; pedido de auxílio internacional. Assim, Marcelino (2008) destaca que no EM-

DAT são computados somente os desastres naturais considerados de grande severidade e com isso podemos concluir que, ao menos no Brasil, o número de desastres é mais elevado.

Buscando dados na Defesa Civil (em eventos onde foi decretado estado de emergência), Marcelino (2008) descobriu que, entre 1980 e 2003, em Santa Catarina ocorreram 3373 desastres naturais. Já no Paraná, de 1980 a 2006, foram 2553 eventos, números muito além do que aqueles registrados no EM-DAT. Também avaliando que os dados da EM-DAT estão longe da realidade, Tominaga (2009) considera que a ausência de um banco de dados nacional prejudica a compreensão dos desastres naturais no país e também faz falta na análise de suas consequências.

No Brasil, as ações de enfrentamento aos desastres naturais são coordenadas e executadas pelo Sistema de Defesa Civil (em nível federal, estadual e municipal), porém, as ações de prevenção não possuem o mesmo tratamento, estando relegado a um segundo plano (TOMINAGA, 2009). A prevenção e o enfrentamento compõem as três fases distintas na ocorrência de um desastre natural, denominadas de ‘Antes, Durante e Depois’ (TOBIM; MONTZ, *apud* MARCELINO, 2008), onde, no ‘Antes’ ocorrem as etapas de prevenção e preparação para um desastre; o ‘Durante’ representa o desastre em si e as ações de resposta a curto prazo; já o “Depois” se resume à reconstrução a médio e longo prazo.

O problema notado por Tominaga (2009) é também vislumbrado por Marcelino (2008), que nota que no Brasil os investimentos, em sua maioria, são realizados na fase de resposta (após o desastre ter ocorrido) e pouco se investe na prevenção, pois, segundo o autor, a diminuição da vulnerabilidade e do risco passa pela prevenção, mas, no país, existe a ausência de um corpo técnico civil, permanente e com formação superior adequada (Geociências seria uma dessas áreas) para gerenciar e elaborar os trabalhos, o que acarreta o problema da falta de prevenção aos desastres naturais.

Mafra e Mazzola (2007) também entendem a necessidade de mais investimentos na prevenção. Para eles, as medidas preventivas devem iniciar com novas proposições de ordenamento territorial com ênfase na gestão ambiental, além de políticas de acesso à habitação e de combate ao desmatamento e à degradação ambiental das áreas vulneráveis.

Os autores entendem que um dos graves problemas, que potencializa os desastres naturais no Brasil, está na ocupação irregular das Áreas de Proteção Permanentes¹⁹ (APPs), principalmente nos ambientes urbanos. A ocupação das APPs é uma consequência da

¹⁹ Lei federal que protege as áreas ao longo dos rios, lagos e lagoas, bem como as encostas íngremes e os topos de morros (MAFRA e MAZZOLA, 2007).

dificuldade de acesso à moradia e da baixa atuação do poder público. Assim, é necessário que se faça valer a legislação ambiental, no que diz respeito às APPs, a fim de se evitar que áreas potenciais se transformem em áreas de risco. Tominaga (2009) também considera que é necessária uma fiscalização mais eficiente das APPs, principalmente em locais com potencial de se tornarem áreas de risco, caso sejam ocupadas.

Por fim, Thomaziello (2007) também visualiza a importância da prevenção, principalmente quanto às ações humanas, que devem ser precedidas por estudos de impacto e de planejamento adequados a cada realidade e contexto, a fim de se evitar ações antrópicas que possam propiciar os desastres naturais.

Desta forma, avaliamos que os desastres naturais, seja no mundo ou mais especificamente no Brasil, se intensificam e se agravam cada vez mais, isso devido às intervenções humanas na natureza. Desta forma, devemos pensar um desastre antes dele ocorrer, o ‘Antes’ (nesse caso entendido como a prevenção que se faz necessária) é tão importante (ou mais ainda) que o ‘Durante’ e o ‘Depois’. Pois, como conclui Vestena (2008b):

[...] não existe forma ou maneira de se evitar totalmente os desastres naturais, por estarem associados a eventos extremos. Por isso, compete à sociedade compreendê-los e estar preparada para tais eventos. (p.160)

Dessa forma, para que sejam evitadas ou, no mínimo, amenizadas as consequências decorrentes dos desastres naturais, devemos ter consciência de que é necessário um planejamento urbano que envolva uma gestão ambiental dos recursos naturais, onde seja possível gerar a prevenção dos incidentes, para que não seja necessárias ações no ‘durante’ e no ‘depois’ do evento.

3. Metodologia de pesquisa: Análise do discurso de jornais impressos

Para cumprimento dos objetivos da pesquisa optamos pela abordagem qualitativa e pela análise documental. Para tanto, nosso instrumento de análise será jornal impresso Diário de Guarapuava, período 2000, 2005 e 2012. As análises de conteúdo estão fundamentadas em Bardin (2010) e as análises do discurso, com base em Pêcheux (1997; 2002).

Nesta parte do texto, com vistas a explicitar os caminhos trilhados, buscamos apresentar os encaminhamentos metodológicos, objetivando apresentar como foram analisados os dados da pesquisa nos jornais impressos, no que concerne ao interdiscurso no jornalismo e a evocação da memória histórica nos meios de comunicação de massa.

3.1. Elementos da análise de conteúdo

Amparado por Bardin (2010), consideramos a necessidade de utilização da análise de conteúdo para amparar a pesquisa, afim de que pudéssemos identificar determinados elementos do jornal impresso que dizem respeito à pesquisa, especificamente no que se refere às categorias ‘causa’ e ‘consequência’, além de trazer à tona as principais ‘palavras plenas’ das matérias selecionadas, a fim de analisá-las. Outro ponto é a análise das fontes (atores sociais) que aparecem nas matérias.

Em uma análise de conteúdo, um dos pontos que merece destaque é que as unidades do vocabulário podem ser classificadas em ‘palavras plenas’, definidas como aquelas portadoras de sentido (substantivo, adjetivo e verbo), e ‘palavras-instrumento’, que são elementos funcionais de ligação (artigo, preposição, pronome, advérbio, etc.) (BARDIN, 2010).

Enfim, sobre a análise de conteúdo, Bardin (2010) explica que ela é um conjunto de técnicas que possibilitam a análise de comunicações (inclusive as de massa), definindo-a como:

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. (p. 11)

A mesma autora argumenta que essa forma de análise é sustentada por processos técnicos de validação, porém considera que esses processos são apenas algumas regras de

base e que a técnica dessa forma analítica da comunicação deve ser adequada (ou reinventada) conforme o objetivo de cada pesquisador.

No caso específico desta pesquisa, outra grande contribuição desta metodologia é que ela proporciona um recorte a nível semântico (por tema), podendo ser facilmente trazido para o trabalho, desde que se selecionem as ideias (ou enunciados) constituintes e descubram-se os núcleos de sentido que compõem a comunicação, cuja presença e frequência de aparição podem significar algo. Dessa forma, notamos que na análise de conteúdo temática, nem todo o texto é levado em consideração, somente a dimensão das atitudes é que é cabível de avaliação (BARDIN, 2010).

3.2. A análise do discurso e o interdiscurso no jornalismo

Para explorar o interdiscurso no jornalismo, é importante a contextualização de diversos elementos que o compõem. O primeiro ponto a considerar, é a noção de pré-construído. Sobre esse elemento, Malidier (2003) explica que,

do lado da língua, faltava também um elo decisivo para que a teoria do discurso estivesse verdadeiramente concernida com os funcionamentos linguísticos. A questão do pré-construído vai constituir um ponto decisivo da teoria do discurso. (p. 34)

Tendo surgido sob a condição de um elo de fortalecimento da teoria do discurso, o pré-construído remete “a uma construção anterior e exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado” (HENRY, *apud* PÊCHEUX, 1997, p. 99). Ademais, devemos considerar que o conceito de pré-construído não é compreendido sem que haja uma noção de interdiscurso.

E é neste envolvimento com o pré-construído que o interdiscurso surge. A partir do momento em que Pêcheux nota que no discurso existem traços de enunciados anteriores aparece a necessidade de conceituação para este fenômeno. Assim, o interdiscurso surge da objetividade material que “reside no fato de que 'algo fala' (*ça parle*) sempre 'antes', em outro lugar e independentemente, isto é, sob a dominação do complexo das formações ideológicas” (PÊCHEUX, 1997, p. 162).

Sobre o pré-construído, Pêcheux (1997) cita exemplos de como este efeito se articula. Para análise, é citado um destes enunciados: “O gelo flutua sobre a água”, que evoca o pré-construído e que é a “conclusão de um silogismo”, pois remete ao saber de que se algo

tem peso específico inferior ao da água, flutua sobre ela. Neste caso, o gelo, tendo peso específico inferior ao da água, flutua sobre a água.

Neste momento, vemos um ‘retorno do saber’, além de nos depararmos com aquilo que Pêcheux chama de ‘articulação do enunciado’ e de ‘efeito de sustentação’. Para conceituarmos rapidamente estes elementos do discurso, utilizamos os dois enunciados da frase de Pêcheux, no Quadro 3.1.

Quadro 3.1 – Articulação de enunciados

O gelo tem peso específico inferior ao da água (1º enunciado)	O gelo flutua sobre a água (2º enunciado)
--	--

Organizado por: NASCIMENTO, D. J. F. (2012).

Desta forma, é necessária a ‘articulação’ entre os enunciados para que haja o entendimento do enunciado, que ficaria assim: “O gelo, que tem peso específico inferior ao da água, flutua sobre a água” (FREGE, *apud* PÊCHEUX, 1997, p. 109). Também é necessário um ponto de sustentação, neste caso específico, as leis da Física, como no Quadro 3.2.

Quadro 3.2 – Ponto de Sustentação

O gelo,	que tem peso específico inferior ao da água, (ponto de sustentação)	flutua sobre a água.
---------	--	----------------------

Organizado por: NASCIMENTO, D. J. F. (2012).

Assim, rapidamente, conseguimos visualizar alguns pontos que fazem com que o pré-construído possa ser visualizado, pois, como afirma Pêcheux (1997, p. 111), o “processo de sustentação” constitui “o retorno do saber no pensamento”.

Exemplificados os conceitos, ressaltamos que, no enunciado analisado anteriormente, já vislumbramos o ‘dito’ (o gelo flutua sobre a água) e o ‘não-dito’ (todo objeto que tem peso específico inferior ao da água, flutua sobre ela) em um enunciado. Consideramos estes elementos importantíssimos para o entendimento não só do interdiscurso, mas também no que diz respeito ao discurso que parte da mídia. No momento oportuno, estes serão trazidos novamente à tona.

Para continuar a caminhada rumo ao entendimento do interdiscurso, recorreremos agora aos conceitos de “formação ideológica” e “formação discursiva”. Para Pêcheux (1997), a formação discursiva é

aquilo que, numa conjuntura dada, determinada pelo estado de luta de classes, determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.). (p. 160)

É ao reconhecer que a formação discursiva, em uma formação ideológica, determina 'o que pode e deve ser dito', que Pêcheux (1997) propõe que o interdiscurso é o “todo complexo dominante das formações discursivas”, que se articula no complexo das formações ideológicas. Para ele, é

a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos o caráter material do sentido das palavras e dos enunciados. (p. 160)

Assim, o autor nos mostra que a ideologia possui uma materialidade que possibilita uma identificação no discurso do sujeito, permitindo visualizar a formação discursiva deste sujeito. Assim,

o sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe “em si mesmo” (isto é, em sua relação transparente com a literariedade do significante), mas, ao contrário, é **determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo** (grifo nosso) no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, e proposições são produzidas (isto é, reproduzidas). Poderíamos resumir essa tese dizendo: as palavras, as expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (*Ibidem*, p. 160)

Sendo assim, se a formação ideológica possibilita identificar a formação discursiva do sujeito e ela 'determina o que pode e deve ser dito', então a formação discursiva está amplamente relacionada à formação ideológica, que pode ser definida como o “conjunto complexo de atitudes e representações, não individuais nem universais, que se relacionam às posições de classes em conflito umas com as outras” (FERREIRA, 2001, p. 16).

Desta forma, “os indivíduos são 'interpelados' em sujeitos falantes (em sujeitos de seu discurso) por formações discursivas que representam 'na linguagem' as formações ideológicas que lhes são correspondentes” (PÊCHEUX, 1997, p. 214).

Neste momento da pesquisa, notamos a importância de se avaliar a noção de intradiscurso. De acordo com o mesmo autor, intradiscurso é o 'fio do discurso' do sujeito e é, “a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma ‘interioridade’ inteiramente determinada como tal do ‘exterior’” (p. 167). E completa essa ideia afirmando o seguinte:

diremos que a forma-sujeito²⁰ tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, isto é, ela simula o interdiscurso no intradiscurso, de modo que o interdiscurso aparece como o puro “já-dito” do intradiscurso, no qual ele se articula por “co-referência”. (1997, p. 167)

Assim, amparados em no autor supracitado, podemos dizer que os elementos do discurso são elaborados no interdiscurso e articulados no intradiscurso, culminando, então, na enunciação desse discurso. Podemos, ainda, dizer que o interdiscurso é o conjunto de discursos anteriores à enunciação e de intradiscurso o discurso ao ser enunciado. Esses discursos anteriores à enunciação são possíveis porque “algo fala sempre antes, em outro lugar e independentemente” (p. 162), o que nada mais é do que o efeito de pré-construído, que “corresponde ao 'sempre-já-ai' da interpelação ideológica que fornece-impõe a realidade e seu sentido sob a forma da universalidade” (p.164).

Não podemos esquecer que a própria estrutura do interdiscurso determina não só o efeito de encadeamento do pré-construído, como também o efeito de articulação de enunciados. Para que haja a articulação (ou sustentação) de enunciados, é necessário aquilo que Pêcheux denomina de “discurso transverso”. Sobre o funcionamento deste elemento, o autor define:

Observemos que o funcionamento do 'discurso transverso' remete àquilo que, classicamente, é designado por metonímia, enquanto relação da parte com o todo, da causa com o efeito, do sintoma com o que ele designa, etc. (1997, p. 166).

Exemplificamos o funcionamento do discurso transverso, tomando emprestado um enunciado utilizado pelo próprio Pêcheux (1997). Vejamos o seguinte enunciado: 'Aquele que morreu na cruz nunca existiu'.

²⁰ É a forma pela qual o sujeito do discurso se identifica com a formação discursiva que o constitui. Esta identificação baseia-se no fato de que os elementos do interdiscurso, ao serem retomados pelo sujeito do discurso, acabam por determiná-lo. Também chamado de sujeito do saber, sujeito universal ou sujeito histórico de uma determinada formação discursiva, a forma-sujeito é responsável pela ilusão de unidade do sujeito (FERREIRA, 2001, p. 15).

Quadro 3.3 – Discurso transverso

Aquele que morreu na cruz (discurso cristão)	nunca existiu (discurso ateu)
---	----------------------------------

Organizado por: NASCIMENTO, D. J. F. (2012).

Temos, nesta frase, inicialmente um discurso cristão e em seguida o discurso transverso (ateu). Este enunciado mostra perfeitamente o funcionamento do interdiscurso que, por meio de uma conexão entre o ‘já-dito’, o ‘retorno do saber’ (neste caso, implícito – Jesus Cristo, que morreu na cruz) e outra ‘formação ideológica/discursiva’ (ateu), acaba articulando outro enunciado no intradiscurso. Desta maneira, podemos avaliar que discurso transverso caracteriza a articulação do pré-construído em outro discurso, isto porque todo discurso é atravessado por outras formações discursivas e/ou ideológicas. Cabe lembrar que Pêcheux (1997) também destaca que o

“ego”, isto é, o imaginário no sujeito (lá onde se constitui para o sujeito a relação imaginária com a realidade), não pode reconhecer sua subordinação, seu assujeitamento ao Outro²¹ ou ao Sujeito, já que essa subordinação-assujeitamento se realiza precisamente no sujeito sob a forma da autonomia. (p. 163)

Desta maneira, o ‘sujeito’ (com ‘s’ minúsculo) produz um discurso subordinado ao discurso do ‘Sujeito’ (com ‘S’ maiúsculo), porém sem a noção de que existe essa subordinação e com a plena impressão de que o enunciado é realmente seu. Ou seja, o ‘sujeito’ imagina estar produzindo um discurso novo, sem perceber os traços do pré-construído nesse seu discurso.

Para o autor, esse assujeitamento se realiza por meio daquilo que ele denomina como ‘esquecimentos’, pois, assim, o sujeito ('s' minúsculo) do discurso é determinado por estes esquecimentos, tendo em vista que é interpelado em sujeito pelas formações ideológicas, com seus sentidos pré-existentes, e com a ilusão de ser o criador do seu enunciado. Ele ainda analisa que esse esquecimento seria o nº 1, também chamado de esquecimento ideológico, e que o esquecimento nº 2 seria aquele

pelo qual todo sujeito-falante seleciona no interior da formação discursiva que o domina, isto é, no sistema de enunciados, formas e conseqüências que nela se encontram em relação de paráfrase. (*ibidem*, p. 173)

21 Pêcheux (1997) sugere um Sujeito ('S' maiúsculo, absoluto e universal) que é identificado com o que Lacan denomina como o Outro ('O' maiúsculo), onde “o inconsciente seria o discurso do Outro” (LACAN, *apud* PÊCHEUX, 1997, p. 133).

Benetti e Jacks (2001) trazem um pouco mais de luz aos conceitos dos esquecimentos, ao afirmarem que, no primeiro tipo de esquecimento, o sujeito apaga a noção de não ser a fonte única e original de seu pensamento, ou seja, ele produz a ilusão de que é o responsável por seu discurso e suas falas. E, “no segundo tipo de esquecimento, o sujeito apaga a noção de que seu discurso nada mais é do que a escolha de determinadas estratégias de expressão” (p. 283) e isso seria o ‘processo de denegação’. Escolhe uma forma, em detrimento de outra. Dá-se lugar a um dito, recusando um não-dito, ou seja, neste segundo tipo “o sujeito esquece que fez uma escolha, mas poderia ter feito outra” (p. 283).

Apresentada a noção de interdiscurso, bem como os principais elementos que o compõe, já conseguimos vislumbrar como o discurso surge. Trazendo esses conhecimentos para esta pesquisa, podemos afirmar que o fato, ao ser considerado notícia e, então, veiculado, evoca aquilo que Pêcheux (1997) denominou de interdiscurso.

Não que o discurso não seja da mídia, pelo contrário, ele o é. Mas é de tal forma como no 'sujeito', que em seu 'ego' não pode admitir seu assujeitamento ao 'Sujeito'.

Entretanto, devemos levar em conta que a mídia, muitas vezes, utiliza essa 'memória histórica' como recurso jornalístico. E o faz com tamanha adequação/precisão que, mesmo deixando aflorar o discurso pré-construído, ainda assim o apresenta de uma forma totalmente individual, como se ela, a mídia, fosse o ponto inicial daquele enunciado.

Ora, se esse é um dos componentes do interdiscurso, então, os meios de comunicação de massa estão para o interdiscurso como o sujeito está para o Sujeito. Ou seja, totalmente assujeitado, sendo interpelado pelas formações ideológicas/discursivas, evocando a memória histórica e com a ilusão de ser o criador do seu enunciado.

Presente e passado se entrelaçam nos enunciados que a mídia promove. O presente incessante e factual é um passado trazido à tona pelas memórias, constantemente evocadas para dar sustentação ao discurso que se origina como um 'sempre-já-aí', revelando, antes de tudo, uma história que continua se repetindo e se reorganizando.

Dessa forma, é sim um discurso da mídia, mas é um discurso carregado de um interdiscurso que 'fala antes, em outro lugar e independentemente'. No próximo capítulo, serão apresentados os conteúdos jornalísticos para análise, afim de que se possa demonstrar como a memória discursiva é evocada.

No nosso caso, a pesquisa abarcou a análise de três períodos da história registrados em jornais impressos da cidade de Guarapuava, um mais recente, com matérias de 2012, e

outros com notícias dos anos 2005 e 2000. A escolha destes períodos se deu porque, além de corresponderem a diversas etapas do periódico em questão, também foram períodos em que ocorreram desastres naturais que foram notícias que ganharam chamadas de capa em suas edições.

Assim, com os materiais selecionados foram feitas as análises sobre o discurso que emana dos meios de comunicação de massa, em específico o jornalismo impresso. E, além da utilização da análise discursiva, e na busca de resultados condizentes com a proposição da pesquisa, consideramos interessante utilizar também a análise de conteúdo, amparada em Bardin (2010), com intuito de avaliar as categorias temáticas ‘causa’ e ‘consequência’, bem como apresentar as palavras que podem ser caracterizadas como mais importantes nas matérias do impresso. Além disso, buscamos mostrar quais são os atores sociais que ganham espaço no meio de comunicação.

Desta forma, foram utilizadas duas metodologias que se entrelaçam para culminar em um trabalho que abordasse tanto o discurso quanto o conteúdo dos materiais impresso que foram analisados. A categorização proposta será um complemento à análise discursiva.

3.3. A análise do discurso das edições do jornal Diário de Guarapuava

A metodologia se pautou na análise discursiva de jornais impressos, especificamente, notícias sobre enchentes, inundações e alagamentos na cidade de Guarapuava-PR. As ideias foram exemplificadas, de modo que o leitor visualizasse os traços da história no discurso jornalístico, bem como notar o interdiscurso no intradiscurso que parte da mídia.

Para isso, foi selecionado, como objeto de análise documental, o jornal Diário de Guarapuava, que é o impresso mais antigo (13 anos) e de maior circulação na cidade. Como já foi dito, foram selecionadas matérias de três períodos: 2000, 2005 e 2012, totalizando oito matérias, as quais foram notícias de capa do jornal. A justificativa pela escolha deste jornal impresso²² se dá por sua importância local e histórica.

De acordo com a Rede Diários do Paraná²³, o Diário de Guarapuava conta com uma tiragem de 8.730 jornais de terça à sexta-feira e 9.380 nos sábados e domingos, a maior tiragem entre todos os jornais da região, o que possibilita, conseqüentemente, que o jornal

²² Além do Diário de Guarapuava, atualmente, a cidade conta apenas com mais um jornal impresso diário, que é o Correio do Povo do Paraná.

²³ A Rede Diários do Paraná (RDP) é um grupo formado por nove veículos de comunicação no Estado do Paraná. O Diário de Guarapuava é um desses veículos.

atinja um maior número de leitores. Dessa forma, avaliamos que o Diário de Guarapuava produz um discurso que pode influenciar a sociedade local.

Das edições do ano de 2000 foram selecionadas para análise, duas matérias, conforme o Quadro 3.4, sendo que estas foram as únicas produções jornalísticas do ano em questão que foram localizadas em pesquisa documental realizada no Cedoc.

Quadro 3.4 – Diário de Guarapuava: notícias selecionadas (2000)

Data	Manchete (capa)	Caderno / pág. da matéria
13/09/2000	Alagamentos atingem oito bairros ²⁴	Capa 12 (Segurança)
15/09/2000	Previsão de mais chuva na região ²⁵	Capa 03 (Geral)

Organizado por: NASCIMENTO, D. J. F. (2012).

De 2005, mais duas notícias foram localizadas (Quadro 3.5) nos arquivos do Cedoc.

Quadro 3.5 – Diário de Guarapuava: notícias selecionadas (2005)

Data	Manchete (capa)	Caderno / pág. da matéria
22 e 23/01/2005	Vila Carli: Alagamentos e falta de saneamento mobilizam moradores ²⁶	Capa 03 (Geral)
06/10/2005	Tempo: Chuva de granizo causa muitos prejuízos ²⁷	Capa 03 (Geral)

Organizado por: NASCIMENTO, D. J. F. (2012).

Finalmente, de 2012, a análise documental teve como fonte quatro notícias (Quadro 3.6). Ressaltamos que estas matérias foram localizadas no Arquivo digital do Diário de Guarapuava, que contém apenas informativos dos últimos dois anos.

Quadro 3.6 – Diário de Guarapuava: notícias selecionadas (2012)

Data	Manchete (capa)	Caderno / pág. da matéria
14 e 15/04/2012	Temporal causa alagamentos; Simepar prevê chuvas fortes no fim de semana ²⁸	A5 (Cidade)
27/04/2012	Abril precipitado ²⁹	A4 e A5 (Cidade)

²⁴Dados da Edição: Circulação Regional, quarta-feira, 13 de setembro de 2000 / Ano II / Edição 452.

²⁵Dados da Edição: Circulação Regional, sexta-feira, 15 de setembro de 2000 / Ano II / Edição 454.

²⁶Dados da Edição: Sábado e domingo, 22 e 23 de janeiro de 2005 / Ano VI / Edição 1532.

²⁷Dados da Edição: Quinta-feira, 06 de outubro de 2005 / Ano VI / Edição 1708.

²⁸Dados da Edição: Guarapuava, sábado e domingo, 14 e 15 de abril de 2012 / Ano XIII / Nº 3329 Edição Regional.

05/06/2012	Crônica de um alagamento anunciado ³⁰	A6 e A7 (Cidade)
06/06/2012	Chuvas danificam 85 casas ³¹	A8 (Regional)

Organizado por: NASCIMENTO, D. J. F. (2012).

A partir da seleção dos materiais, com a definição dos anos analisados, consideramos interessante apresentá-los em blocos, definidos pelos anos de ocorrência dos eventos, para produzir um efeito histórico que permite visualizar a reprodução e/ou alterações do discurso nos diversos períodos analisados.

Neste caso, cada quadro se refere a um bloco e, conseqüentemente, temos três blocos de análise: Bloco 1, com matérias do ano 2000; Bloco 2, com notas de 2005; e o Bloco 3, com matérias mais recentes, datadas de 2012.

Ressaltamos que, mesmo trabalhando com blocos individuais, ainda assim serão apresentados os elementos de ligação que comprovam a existência do discurso midiático e seus desdobramentos ao longo dos anos. Com esta metodologia, foi possível analisar, além da reprodução e/ou alteração do discurso midiático, também a evocação da memória, além dos efeitos que originam estes discursos. Estas análises serão complementadas pela exposição da análise de conteúdo das produções jornalísticas.

3.3.1. O formato de análise do material jornalístico

Toda forma de análise demanda certo conhecimento do material a ser analisado, isto inclui um conhecimento do meio ao qual este material está vinculado.

No caso do jornal impresso, ele traz como componente essencial de seu sucesso a imagem visual atrelada aos textos considerados noticiosos. O primeiro contato do leitor com esse impresso é com a capa do jornal. Garcia (2002) diz que ela tem a mesma função dos *hiperlinks* usados na internet, pois proporciona que o leitor vá diretamente ao que interessa.

Faria e Zanchetta Jr (2005) explicam que esse processo de montagem (tanto da capa quanto das páginas internas de um jornal impresso) obedece ao projeto gráfico, que também é conhecido como diagramação ou paginação. É por meio desse processo que textos, imagens e outros elementos são dispostos nas páginas do jornal.

²⁹Dados da Edição: Guarapuava, sexta-feira, 27 de abril de 2012 / Ano XIII / N° 3338 Edição Regional.

³⁰Dados da Edição: Guarapuava, terça-feira, 05 de junho de 2012 / Ano XIII / N° 3364 Edição Regional.

³¹Dados da Edição: Guarapuava, quarta-feira, 06 de junho de 2012 / Ano XIII / N° 3365 Edição Regional.

A importância da montagem estética do informativo é tamanha que o projeto gráfico, na maioria das vezes, é produzido por uma equipe especializada nesse assunto, pois isso serve, antes de tudo, “para atrair o leitor de imediato e garantir certa harmonia no conjunto final de matérias, propagandas e outros elementos” (p. 75).

Além disso, os mesmos autores acrescentam que é de responsabilidade da equipe de diagramação produzir um material voltado à orientação do público consumidor dessa mídia, com divisões em cadernos específicos e indicadores de localização para a leitura.

A partir disso, podemos afirmar de antemão, por exemplo, que a capa de um meio de comunicação impresso é produzida para chamar a atenção do leitor. Por isso, ela conta com a marca do meio comunicacional (nome do jornal) e informações da edição, para que o leitor possa se situar sobre de que data é o material que está lendo. Além disso, é na primeira página que encontramos as notícias que o meio comunicacional define como principais. Isso ocorre por meio dos títulos (manchete, antetítulo, subtítulo, etc.), que tem o objetivo de chamar a atenção do leitor, ou seja, devem ativar e criar certa expectativa, provocando a sequência da leitura (FARIA; ZANCHETTA JR, 2005).

Analisando a diagramação do Diário de Guarapuava, podemos conferir na Figura 3.1 (réplica da capa do periódico), que o informativo se preocupa em apresentar a manchete, considerada o acontecimento principal do dia. Já a foto principal é desvinculada da manchete, o que faz com que o meio tenha dois atrativos considerados principais em sua capa. Sobre os títulos, Faria e Zanchetta Jr (2005) destacam que os jornais buscam produzir “títulos atraentes, unindo densidade de informação e originalidade” (p. 13), além de estarem apoiados no acontecimento em si, nas fotos, na composição gráfica e em outros elementos disponíveis.

O jornal ainda dispõe de várias chamadas e submanchetes, que auxiliam na venda, cabe destacar que as submanchetes possuem fotos menores que complementam informações e produzir um efeito visual atraente para a capa. Por fim, os anúncios também preenchem partes dessa primeira página, mas de uma forma que não prejudica o atrativo visual.



Figura 3.1 – Capa do Jornal Diário de Guarapuava.
Organizado por: NASCIMENTO, D. J. F. (2012).

Ademais, cabe ressaltar que o jornal impresso tem sua diagramação produzida com intuito de combinar imagens e textos verbais, dentro de uma regra básica da imprensa, que é a associação de temas (FARIA; ZANCHETTA JR, 2005). Assim, diferentemente da capa, as páginas internas de um jornal impresso buscam agrupar notícias afins, como pode ser observado em editorias específicas, como cidade, economia, políticas, esportes, dentre outras.

Isso porque era importante avaliar o dito no discurso e também a sua intencionalidade, buscando a integração com o não-dito. A partir disso, foram buscados os demais elementos que compõem o discurso (pré-construído, formação ideológica, articulação de enunciados, discurso transversal, dentre outros), fazendo com que se pudesse vislumbrar como o discurso da mídia surge (e se repete) no decorrer dos anos, trazendo à tona o interdiscurso.

Neste aspecto, avaliamos que o jornal impresso é algo que vai além de discursos e das suas significações, ele é, também, produção de conteúdo.

4. O discurso da mídia sobre desastres naturais em Guarapuava-PR

O ponto de partida para as análises aqui propostas dizem respeito à necessidade de avaliar o dito e, por conseguinte, aferir o não-dito na mídia impressa local. Além disso, buscamos evidenciar o interdiscurso nas notícias produzidas pelo Diário de Guarapuava, quando o já-dito se manifesta como algo novo, esquecendo o discurso anterior e revelando o assujeitamento do sujeito (neste caso, a mídia) ao Outro. Ressaltamos que, muitas vezes, esse processo é praticado pela própria mídia de forma visível, ou seja, a mídia evoca a memória histórica para comprovar algo que está noticiando, mas, ainda assim, nega esse assujeitamento.

Esse efeito do interdiscurso nas notícias é algo que poderá ser facilmente visualizado com a produção de tabelas, acompanhadas das imagens e dos comentários que iremos fazer.

Enfim, caberá à análise documental, dos três períodos históricos selecionados, apresentar as evidências que se encontram no discurso jornalístico sobre os desastres naturais, revelando o interdiscurso que surge nas entrelinhas.

Também faz parte deste capítulo as informações sobre o nosso local de estudo, ou seja, da cidade Guarapuava, como veremos a seguir.

4.1. A cidade de Guarapuava

Analizamos as notícias referentes aos desastres naturais ocorridos na cidade de Guarapuava, uma cidade de porte médio, localizada no Sul do Brasil, no estado do Paraná (Figura 4.1), distante 255 km da capital do estado (Curitiba).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), censo de 2010³², a população do município é de 167.328 habitantes.

32 Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/censo2010/>>. Acesso em: 09/07/2012.

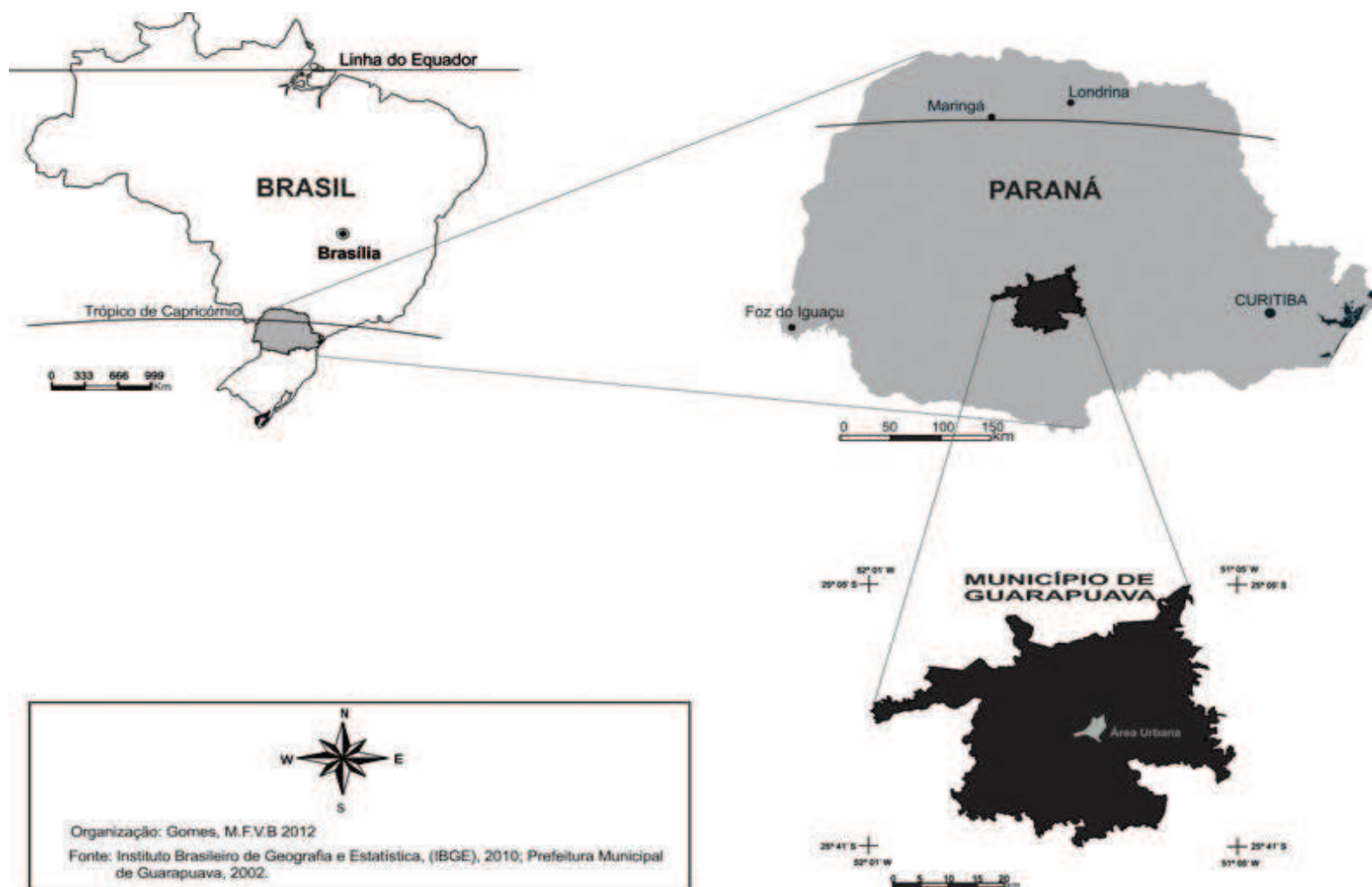


Figura 4.1 – Localização do Município de Guarapuava.
Fonte: GOMES, M. F. V. B. (2012).

Gomes (2009) destaca que o processo de produção do espaço urbano em Guarapuava pode ser dividido em dois momentos: o primeiro até 1950, quando não havia uma dinâmica urbana e a cidade estava subordinada ao campo. Neste período, a população rural era de 61.947 e a urbana de apenas 5.189. O segundo período (após 1950) é quando inicia o processo mais intenso de urbanização. Em 1980 o quadro já havia sido alterado, a população urbana era de 89.951 e a rural de 68.636. Atualmente, mais de 90% da população está na cidade. Conforme o IBGE (2010), 152.993 habitantes residem em domicílios no meio urbano e 14.335 no meio rural.

Sobre esse processo de urbanização, a autora acrescenta:

O resultado disso foi uma expansão físico-territorial da cidade sem um ordenamento adequado, cujas consequências socioambientais são evidentes: esgoto a céu aberto, ravinamentos, ausências de pavimentação e de galerias pluviais, áreas de lazer, arborização entre outros. (2009, p. 54)

Gomes (2009) também destaca a existência de uma inscrição espacial da desigualdade ambiental em Guarapuava. A autora promove a comparação da renda da população com as áreas com menor qualidade ambiental, evidenciando que os bairros onde se concentra a população de menor poder aquisitivo são também os que possuem maior suscetibilidade aos riscos ambientais (precariedade de saneamento básico, áreas sujeitas à inundação, movimentos de massa, etc.).

As cidades sempre apresentam um forte impacto no sistema hídrico, pois, o homem necessita tanto de água para consumo como para seus sistemas de produção e energia. O avanço da urbanização, geralmente sem nenhum planejamento, causa um impacto considerável no meio natural, resultando na formação de um sistema hídrico artificial por excelência, que substitui a primeira natureza (natural) por uma segunda (transformada pelo homem) (FAGUNDES, 2008).

A cidade de Guarapuava foi fundada em 1819, sendo denominada, à época, de Freguesia de Nossa Senhora de Belém. O local escolhido foi uma planície de basalto localizada entre os rios Coutinho e Jordão (FAGUNDES, 2008).

O centro urbano, naquela época, foi considerado uma área entre dois cursos d'água, afluentes dos respectivos rios e hoje denominados Arroio do Pocinho e o Arroio Central (FAGUNDES, 2008). Silva (1995) explica que o marco inicial da cidade foi definido por causa da abundância de água.

Essa forma de ocupação, pela qual passou Guarapuava, acabou fazendo com que, com o passar dos anos, a urbanização avançasse sobre os cursos d'água. Sobre isso, Gomes (2009) acrescenta que “a cidade cresceu horizontalmente sobre um relevo suavemente ondulado, permeado por nascentes e rios, que cruzam de leste para oeste o perímetro urbano” (p. 248), conforme Figura 4.2 e 4.3.

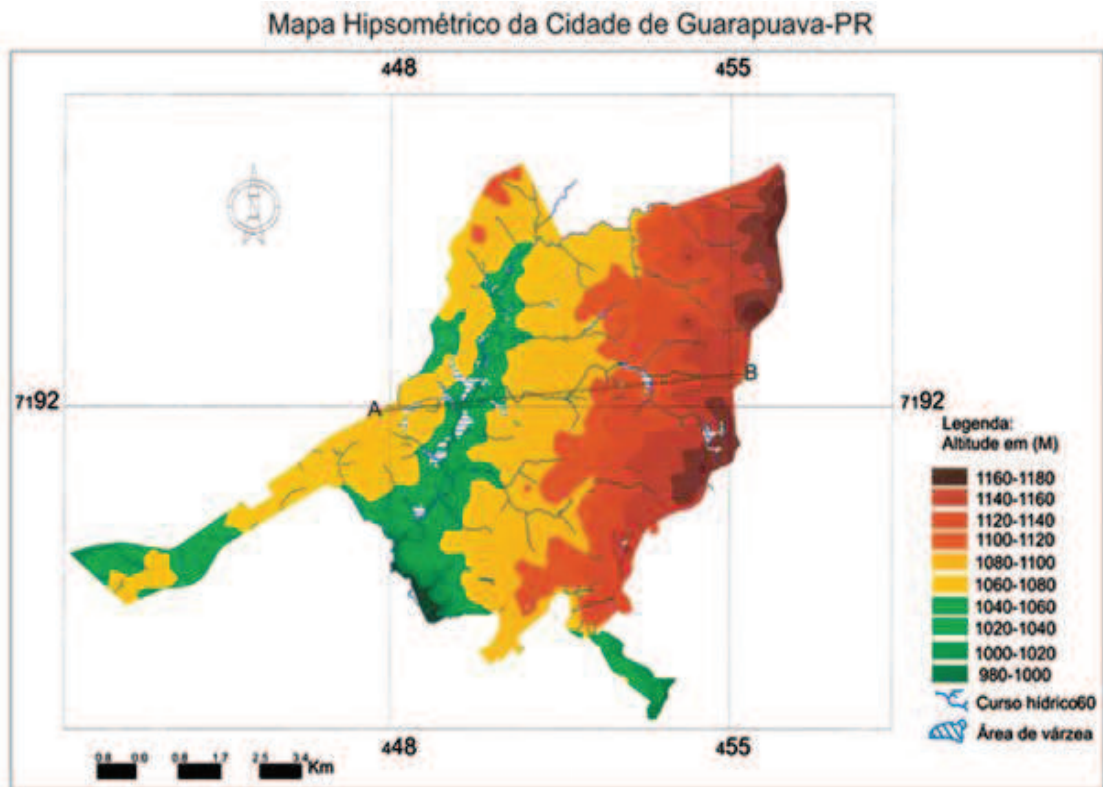
Assim, a cidade se desenvolveu em um ambiente repleto destes cursos de água, porém, os quais nunca foram valorizados ao ponto de se pensar uma cidade em que os córregos fossem integrados de forma correta ao meio urbano, buscando evitar problemas como enchentes, inundações e alagamentos.

Avaliando a Figura 4.3, notamos que a sobreposição da cidade sobre a rede de drenagem é expressiva. A área urbana está assentada sobre as bacias do rio Cascavel, Coutinho, das Pedras e Jordão (Figura 4.4). Sendo que a bacia hidrográfica do rio Cascavel possui 40% da sua área urbanizada e 81% da cidade está situada nesta bacia.

De acordo com Oliveira (2011), a bacia do rio Cascavel possui cerca 81,03 km², e é tributária da bacia hidrográfica do rio Jordão, que por sua vez, deságua na bacia hidrográfica do rio Iguçu.

A autora também apresenta o processo que intensificou as inundações no fundo do vale do rio Cascavel. Para ela, o avanço da cidade, culminou na redução de mata ciliar dos córregos e ampliou a impermeabilização do solo, que vinculado ao processo de assoreamento do rio e seus tributários, e à morfologia da bacia, colaborou para o avanço dos processos de inundação.

Gomes (2009) acrescenta que um exemplo é a bacia do Arroio do Carro Quebrado, que conta com edificações residenciais e comerciais, que favorecem a intensa impermeabilização, além de contar com reduzida cobertura arbórea, nas nascentes e fundos de vale, e com a maior parte de seu curso canalizada. As outras duas bacias urbanas (Barro Preto e do Engenho) também contam com adensamento de uso e ocupação do solo, com edificações residenciais, onde também existe a impermeabilização e os mesmos processos de falta de cobertura arbórea nas nascentes e fundos de vale. Estas são sub-bacias da bacia hidrográfica do rio Cascavel, citada anteriormente.



Fonte: GOMES, M. F. V. B., 2009.

Figura 4.2 – Relevo de Guarapuava-PR.
Fonte: GOMES, M. F. V. B. (2009).

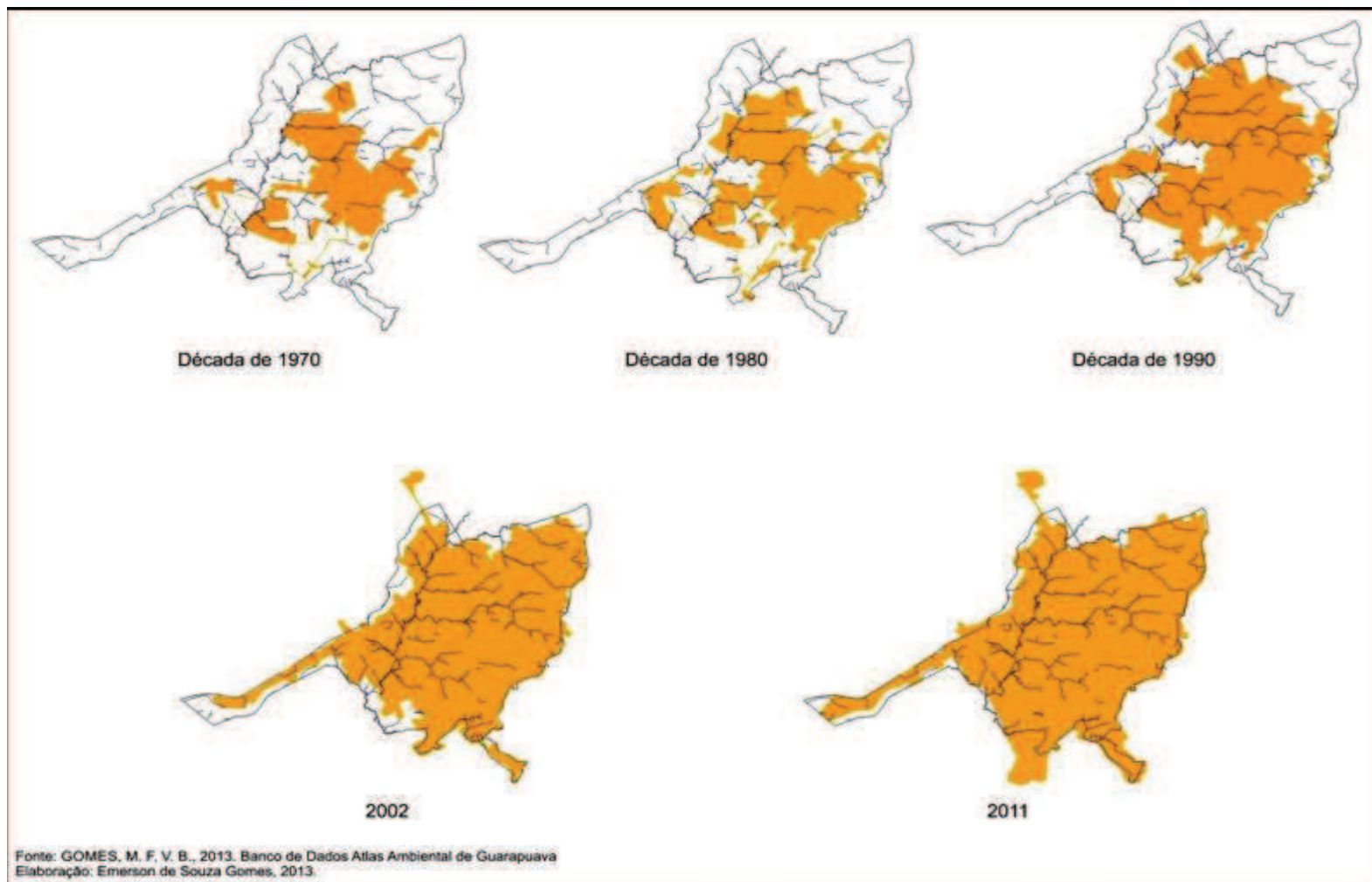


Figura 4.3 – Expansão da área urbana de Guarapuava-PR sobre os cursos d'água.
Fonte: GOMES, M. F. V. B. (2013).

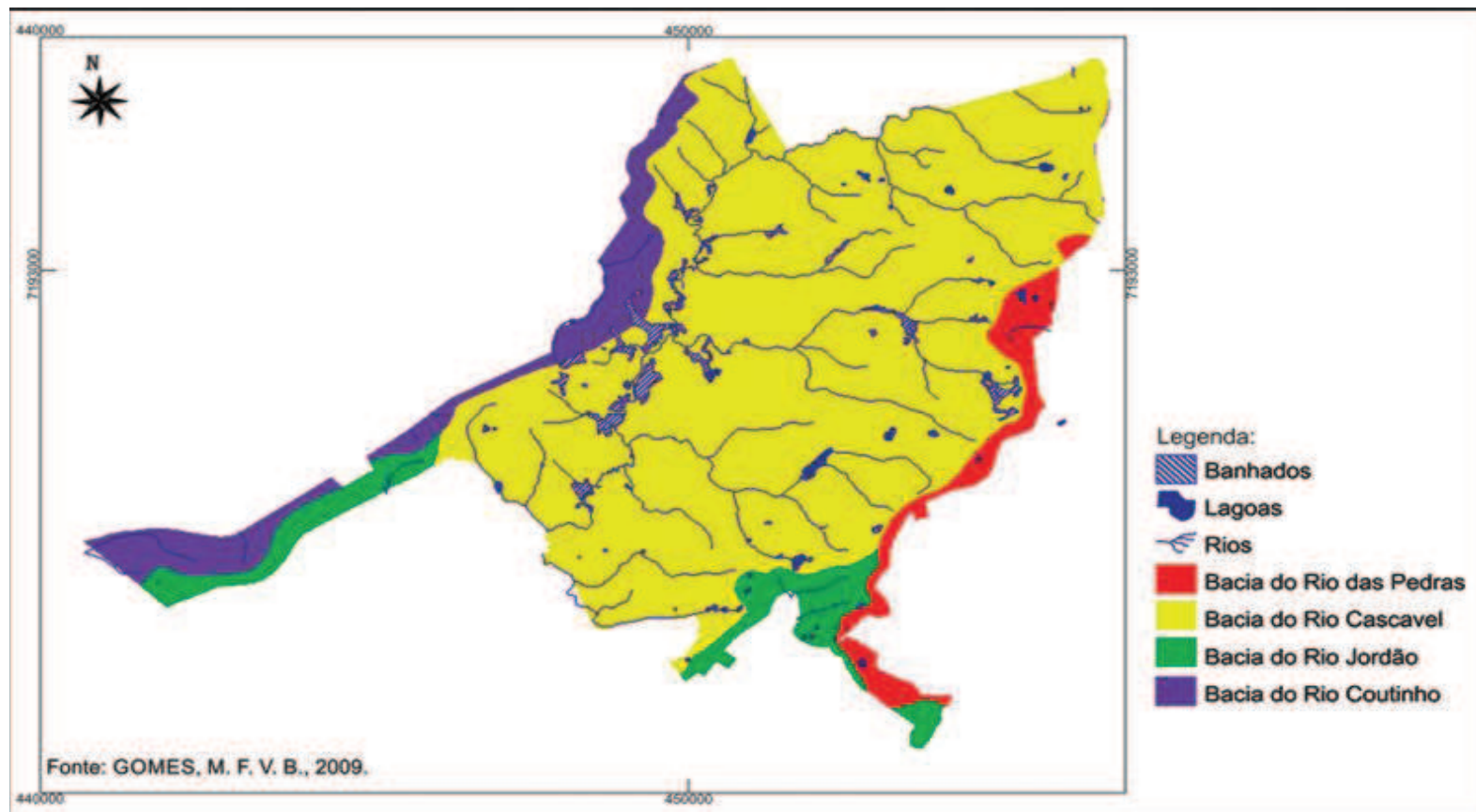


Figura 4.4 – Sub-bacias hidrográficas de Guarapuava-PR.
Fonte: GOMES, M. F. V. B. (2009).

A urbanização acelerada e sem um planejamento adequado faz com intensifique-se processos de enchentes, inundações e alagamentos, além de potencializar a ocupação de áreas de risco (por famílias de menor poder aquisitivo) suscetíveis aos desastres naturais.

Devido à morfologia e a rede de drenagem urbana, a cidade de Guarapuava possui locais propícios a enchentes, inundações e alagamentos (Figuras 4.2 e 4.3). Este fato é somado também às condições climáticas locais, pois a região está numa área subtropical úmida, com precipitações regulares e significativas. Suas condições físicas, quando associadas à urbanização sem um planejamento adequado e aos problemas socioeconômicos, favorecem construções em locais que poderão ser afetados pelo aumento no nível das águas.

Sobre isso, Amaral e Thomaz (2008) explicam que, considerando as características locais, embora a área da cidade seja suscetível a alagamentos, este processo foi potencializado pela urbanização desordenada, principalmente nas encostas próximas aos canais, e, assim, com a impermeabilização do solo e a canalização dos rios o problema se agravou.

Os autores ainda avaliam que o centro da cidade possui mais susceptibilidade aos alagamentos bruscos³³, porém, são as regiões periféricas que mais sofrem com os processos de elevação das águas, pois a drenagem no centro é mais rápida do que na periferia que acaba sofrendo horas e até dias com esses problemas.

A cidade ainda pertence ao sistema considerado extratropical – clima subtropical, conforme Thomaz e Vestena (2003). Os autores definem que Guarapuava possui médias anuais de temperatura entre 16 e 20°C, com inverno frio e verão ameno, devido às altitudes. E complementam que existe abundância de chuvas, distribuídas ao longo do ano, além de não possuir um período de seca.

Outro dado importante em Thomaz e Vestena (2003) é que as médias mensais de pluviosidade de Guarapuava são superiores a 100 mm, sendo que os meses mais chuvosos são os de outubro e janeiro e os menos chuvosos são julho e agosto. Porém, devemos atentar para o fato que mais importante que a quantidade é a intensidade da chuva, ou seja, precipitações mais concentradas em pouco espaço de tempo (eventos bruscos) propiciam mais problemas para um sistema urbano do que as chuvas graduais (em um espaço maior de tempo).

Porém, em Amaral e Thomaz (2008), os dados revelam que janeiro, fevereiro e setembro são os meses de maior quantidade de alagamentos na cidade. Os autores ainda nos mostram que, em Guarapuava, as quatro estações do ano são chuvosas, com tendência de aumento de precipitações na primavera. Mas, além da primavera, o verão também aparece

³³ Fenômenos que ocorrem rapidamente.

como uma das estações que mais ocorrem processos de elevação dos níveis de água na cidade. Por fim, eles reiteram que alguns meses não são propícios a causar alagamentos (ou enchentes) porque não possuem precipitações intensas o bastante para causar caos nos sistemas de escoamento urbano.

Retornando a Thomaz e Vestena (2003), temos a confirmação de que Guarapuava possui áreas de risco à ocupação humana em seu espaço urbano, isto está propenso devido à morfologia da cidade, combinada ao clima, que propicia certo impacto pluvial e, por conseguinte, inundações e alagamentos, que segundo eles, atinge, principalmente, as populações de baixa renda, residentes em áreas de risco ou em locais propensos a esses fenômenos (como os fundos de fundos de vales, por exemplo).

Quando ocorrem os eventos bruscos, a área central é alagada e, via de regra, causa transtorno no trânsito, interrompe áreas de passagem, alagam residências e o comércio local (Figura 4.5). Porém, nem sempre os danos ultrapassam o constrangimento da população e a perda de algum móvel, como na área periférica que, geralmente, tem comprometimento com móveis e até mesmo danificação em suas casas.



Figura 4.5 – Alagamento no Centro de Guarapuava-PR. **Autora** – GOMES, M. F. V. B. (2012).

Outro fator importante é a questão sanitária. O Ministério da Saúde tem produzido materiais sobre os problemas que podem ocorrer no pós-desastre. Um exemplo são os casos de doenças que surgem após a exposição do indivíduo a locais afetados por enchentes, inundações e alagamentos, que são passíveis de contaminação e proliferação de vetores dessas doenças. Nesses casos, as principais causas de contaminação são a água e a lama das enchentes, inclusive, esta última tem alto poder infectante e adere a móveis, paredes e chão (BRASIL, 2009). A doença causada por contaminação desse tipo pode levar dias para se manifestar, porém, não deixa de ser um dano causado pelo desastre. Uma das doenças que ocorre é a leptospirose, transmitida, principalmente, pela urina de ratos. Hepatite, cólera, febre amarela e dengue, são outras doenças que se manifestam no pós-desastre. Quanto há proliferação de vetores de doenças, destaca-se, além de ratos, os mosquitos (como os causadores da dengue e da febre amarela).

Na sequência vamos analisar como a mídia trata esses eventos e como ela contribui para a compreensão do cidadão sobre o tema.

4.2. Análise do discurso das capas e matérias dos jornais selecionados

Lembramos que o trabalho aqui proposto prevê o período das análises com notícias dos anos de 2000, 2005 e 2012. Para isso, optamos em analisar as matérias em blocos, divididas pelos anos em que foram veiculadas, sendo que, primeiramente, analisaremos a capa (fotos e textos) e logo em seguida a matéria interna (referente a mesma edição da capa analisada).

Ressaltamos que é importante verificarmos as concordâncias e diferenças entre os documentos de três períodos distintos do veículo midiático selecionado.

Antes de iniciarmos as análises, apresentamos o Quadro 4.1, com dados das capas dos periódicos, onde são apresentadas informações como data/edição do jornal, título da manchete, características da fotografia e legendas, afim de que possamos nos situar melhor sobre as notícias que serão analisadas.

Quadro 4.1 – as chamadas das capas

Data/Edição	Chamada (título)	Foto (características)	Legendas
13/09/2000 Edição 452	Alagamentos atingem oito bairros	- Fotos dos alagamentos (ruas e casa atingidas); - Adultos e crianças aparecem nos locais. - Casas simples.	<i>Diversos pontos da cidade ficaram alagados. No detalhe a entrada do Jardim das Américas, que ficou interrompida, impedindo até a passagem de ônibus de transporte coletivo. (legenda da foto)</i>
15/09/2000 Edição 454	Previsão de mais chuva na região	- Imagem do rio Jordão, com águas turbulentas.	<i>Águas em fúria (Jordão, na tarde de ontem): chuva dos últimos 4 dias foi superior à média do mês. (legenda da foto)</i>
22 e 23/01/2005 Edição 1532	Alagamentos e falta de saneamento mobilizam moradores	- Moradores (adultos e crianças) – em frente às residências – olham para a rua tomada pela água. - Casas simples.	a. <i>A ideia é criar uma associação para reivindicar melhorias ao poder público. (texto abaixo do título)</i> b. <i>Os constantes alagamentos são os principais problemas. Mesmo sem chuva, as poças de água atrapalham o dia-a-dia de quem vive no bairro. (legenda da foto)</i>
06/10/2005 Edição 1708	Chuva de granizo causa muitos prejuízos	- Crianças mostram enormes granizos (foto principal); - Árvore caída em frente à residência, com moradores – inclusive crianças – ao redor (foto secundária); - Casa simples (foto secundária).	<i>[...] Muitos moradores das proximidades do rio Cascavelzinho nem conseguiram sair de casa para trabalhar ou estudar.³⁴ (legenda da foto)</i>
14 e 15/04/2012 Edição 3329	Temporal causa alagamentos; Simepar prevê chuvas fortes no fim de semana	- Caminhões e carros parados por não poderem trafegar na rua cheia de água (Foto 1); - Crianças atravessam a rua com água até quase à cintura (Foto 1); - Água invadindo as casas (Foto 2); - Residências simples (Foto 2).	<i>Muitas casas ficaram alagadas ou destelhadas após o temporal que caiu na tarde de sexta-feira, 13, em Guarapuava. Foi uma chuva intensa que despencou em um pequeno período de tempo, causando inundações por toda a cidade. O vento apesar de não ter tido intensidade muito forte, prejudicou a cobertura de várias residências.</i>
27/04/2012 Edição 3338	Abril precipitado	- Morador com guarda-chuvas quebrado e água até o joelho.	<i>A chuva que caiu sobre Guarapuava a na manhã de ontem provocou</i>

³⁴ Recorte de trecho que diz respeito ao objeto desta pesquisa, deixando de lado outras cidades e/ou outras formas de desastres.

			<i>alagamentos em diversos pontos da cidade. Bombeiros atenderam seis locais até a tarde. Quinze casas foram atingidas. O acumulado de precipitações no mês em 2012 chega a 223 mm, 48% acima da média.</i>
05/06/2012 Edição 3364	Crônica de um alagamento anunciado	<ul style="list-style-type: none"> - Ruas e casas tomadas pela água; - Pessoas tentando tirar veículos da rua. - Casas simples. 	<i>A chuva forte que caiu sobre Guarapuava e região na manhã de ontem causou prejuízos no distrito de Entre Rios e em bairros da cidade. Na Colônia Vitória, no bairro Vila Carli e no distrito industrial CDI, cidadãos relataram, à reportagem do Diário, problemas antigos de alagamentos e contabilizaram prejuízos. Segundo o Simepar, entre a sexta-feira, 1º, e ontem pela manhã, choveu 187,6 milímetros. A média histórica para todo o mês de junho é de 134 mm.</i>

Organizado por: NASCIMENTO, D. J. F. (2012).

4.2.1 Os desastres naturais em edições do ano 2000 no Diário de Guarapuava

Iniciamos por apresentar e avaliar o discurso midiático nas capas e matérias internas do jornal Diário de Guarapuava do ano de 2000. Utilizamos foto e texto para a análise, pois, como foi visualizado nesse trabalho, o texto está aliado às fotos, que são elementos midiáticos para apreender a atenção do leitor. Para isso, iniciamos a análise apresentando a foto da capa da Edição N° 452 do Diário de Guarapuava, datado de 13 de setembro de 2000 (Figura 4.6) e, em seguida, o quadro analítico ao qual ela está ligada.

Há doze anos, em 2000, a capa do dia 13 de setembro (Figura 4.6) trazia a manchete “Alagamentos atingem oito bairros”, além de fotos impactantes sobre os desastres naturais e uma legenda integrada com o título e com a foto, destacando que o problema existiu mesmo. Nesta análise das capas não é avaliado, ainda, o problema causado pelas terminologias, pois isso será trabalhado nas análises das matérias internas.



Figura 4.6 – Capa da Edição N° 452 do Diário de Guarapuava, do dia 13 de setembro de 2000.

Para produzir esta análise, optamos pela produção de quadros por ano e ainda com elementos como a edição, o recorte para análise, a discussão de que elemento do discurso

surge e quais os comentários analíticos sobre o recorte. O Quadro 4.2 traz os principais elementos da capa da edição 452, de 2000.

Partindo para a avaliação das matérias propriamente ditas, veiculadas nas páginas internas do Diário de Guarapuava no ano de 2000, na mesma edição, na página 12 (Figura 4.7), à época, uma página inteira trazia três matérias sobre o desastre natural que havia ocorrido no dia anterior, porém consideramos apenas a necessidade de analisar a matéria principal, intitulada ‘Chuva: Oito bairros tiveram casos de alagamento’. A matéria citada inicia aferindo o problema à chuva, ou seja, aos processos de origem natural, deixando de lado os problemas socioeconômicos e também de infraestrutura dos locais atingidos.

Quadro 4.2 – Elementos principais do discurso na capa da Edição 452, de 2000

Data/Edição	Recorte	O que é?	Comentários
13/09/2000 Edição 452	<i>Alagamentos atingem oito bairros</i> (manchete principal)	Evento hidrológico	<i>Causou danos e/ou prejuízos ao ser humano, portanto, configura o desastre natural.</i>
	<i>Alagamentos atingem [...]</i> (manchete principal)	a. Formação ideológica b. Não-dito	a. <i>A matéria recorre à formação ideológica do leitor para que ele entenda o que é um alagamento, pois, como afirmou Pêcheux (1997) é a ideologia que nos proporciona saber o que são as coisas. Porém, destacamos que, sob o ponto de vista da mídia, enchentes, inundações e alagamentos são sinônimos, o que é um erro pois possuem diferentes definições, como vimos anteriormente.</i> b. <i>A definição de alagamento está implícita no texto, configurando-se o não-dito.</i>
	Foto (Figura 4.6)	Alagamento	<i>Com forte apelo visual, explicita o evento, que afeta, inclusive, crianças (que aparecem nas fotografias).</i>
	<i>[...] No detalhe, a entrada do Jardim da Américas, que ficou interrompida, impedindo até a passagem de ônibus de transporte coletivo (grifo nosso)</i> (legenda da foto)	Esquecimento	<i>O jornal determinou as estratégias de expressão e promoveu o processo de denegação, pois definiu uma forma e/ou determinados termos em detrimento de outros, configurando o segundo esquecimento. Como exemplo, podemos citar o uso da palavra intransitável, que poderia ser substituída por outra ou até mesmo a troca da frase, que poderia não indicar que estava intransitável e sim que os automóveis tiveram que transitar por outro trecho.</i>

Organizado por: NASCIMENTO, D. J. F. (2012).

SEGURANÇA

Quarta-feira, 13 de setembro de 2000

Chuva

Oito bairros tiveram casos de alagamento

A chuva da madrugada de ontem castigou algumas pessoas, em pelo menos, oito bairros de Guarapuava. Na manhã de ontem, mesmo depois de algumas horas sem chuva, a água ainda tomava conta de terrenos e alguns proprietários de residências limpavam as suas casas. Os bombeiros, durante a madrugada de terça-feira, foram chamados a atender casos na vila Cupertinoópolis, Tancredo Neves, Centro, Bairro dos Estados, Vila Carli e Guaratu. Além disso, houve várias casas alagadas na Vila Bela.

Na casa de Maria Francisca Gomes, na rua Marabá, Jardim Carvalho, somente durante a manhã foi possível limpar a sujeira trazida pela chuva que invadiu a residência. "Ninguém dormiu aqui em casa durante a noite. Mesmo



Na residência de Maria Francisca, todos os móveis tiveram que ser levantados

sem luz, tentávamos tirar toda a água que entrou", contou ela. Esta também foi a declaração de vários outros moradores das proximidades do córrego que passa em frente à residência de Maria Francisca. Eles alegam que toda a vez que chove, as manilhas ficam entupidas, causando a inundação de, pelo menos, cinco casas na rua.

Na residência de Maria Francisca, na cozinha, a água chegou a cerca de 40 centímetros do chão, o que fez com que o fogão, geladeira e outros móveis ficassem completamente molhados. "Em seis

anos que moro aqui toda a vez que chove uma tristeza, pois acontece o mesmo problema. Ninguém dorme aqui, pois, passamos a noite levantando os móveis e tirando o que era possível, mas mesmo assim, muita coisa ficou encharcada", contou.

Figura 4.7 – Página 12 da Edição Nº 452 do Diário de Guarapuava, de 13 de setembro de 2000 (grifos do autor).

Observamos as frases do jornal:

A chuva da madrugada de ontem castigou algumas pessoas, em pelo menos oito bairros de Guarapuava.

[...] "Ninguém dormiu aqui em casa durante a noite." (Maria Francisca Gomes, moradora do local)

[...] Eles (os moradores) alegam que toda a vez que chove, as manilhas ficam entupidas, causando inundação de, pelo menos, cinco casas na rua.

Na primeira frase selecionada, vemos que o Diário de Guarapuava (neste caso como não há assinatura de um repórter, o meio comunicacional é o responsável pelo texto) afirma que foi ‘a chuva que castigou’ os moradores das regiões afetadas pelo evento, deixando de lado os problemas de infraestrutura dos locais, bem como a condição socioeconômica das famílias que residem em áreas de risco, além é claro de naturalizar o problema. Esta frase inicial traz ainda outro elemento importante do discurso, que é o ponto de sustentação, que pode ser visualizado na palavra Guarapuava, que é um fragmento do texto dotado de sentido e que sem que o leitor saiba o que é isso e ao que ela remete fica praticamente impossível compreender o enunciado, conforme foi visto anteriormente, o processo de sustentação constitui o retorno do saber no pensamento.

Na segunda frase, ao citar a moradora Maria Francisca Gomes, fica configurado o discurso transversal, que atravessa a matéria do jornal impresso para explicar a angústia de passar a noite sem dormir, além disso, também pode ser visto na mesma frase outro não-dito, pois se ninguém dormiu é porque estavam preocupados (ou com medo) dos acontecimentos. O medo está intrínseco.

Em um terceiro momento, notamos, além do discurso transversal citado na matéria, onde é apresentado um problema de infraestrutura que contradiz o início da matéria sobre ser a chuva a culpada dos problemas.

No mesmo ano, no dia 15 de setembro, a Edição 454 do Diário de Guarapuava trazia apenas uma sequência da matéria que foi analisada anteriormente. Veiculada dois dias após a matéria anterior, a notícia já não é apresentada como principal na capa do jornal, mas ainda ganha espaço como matéria secundária ao ser colocada com foto-legenda. A foto mostra as águas turbulentas do rio Jordão (Figura 4.8) com apelo visual menos impactante do que a imagem da capa da edição 452, pois não remete aos problemas socioeconômicos da população. Além disso, o Quadro 4.3 nos apresenta menos elementos para análise, isto porque, não houve uma produção de detalhe na matéria.

Quadro 4.3 – Elementos principais do discurso na capa da Edição 454, de 2000

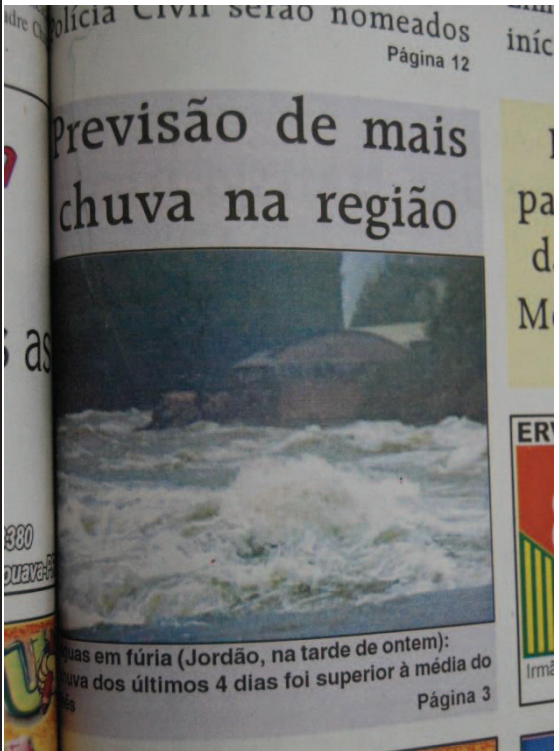
Data/Edição	Recorte	O que é?	Comentários
 <p>15/09/2000 Edição 454</p>	<p><i>Previsão de mais chuva na região</i> (matéria secundária)</p>	<p>a. Não-dito / Ponto de sustentação b. Discurso transverso/Memória histórica discursiva</p>	<p>a. Tanto a chuva quanto a região ocultam definições que são consideradas um não-dito. As mesmas palavras também são o ponto de sustentação do enunciado. b. Ao citar que a previsão é de <u>mais chuva</u>, configura-se o discurso transverso, ou seja, outro discurso de que já havia chovido anteriormente atravessa o atual discurso. Ainda, ao trazer um discurso anterior, notamos a evocação da memória histórica.</p>

Figura 4.8 – Página 12 da Edição N° 454 do Diário de Guarapuava, de 13 de setembro de 2000.

Organizado por: NASCIMENTO, D. J. F. (2012).

A matéria interna da Edição 454, de 15 de setembro, produzida dois dias após a primeira (Edição 452), intitulada ‘Chuva continuará no fim-de-semana’ (Figura 4.9), não ganhou o mesmo destaque da primeira e foi produzida como matéria secundária, ganhando espaço menor na capa e colocada como segunda matéria da página 3, porém continua mantendo o mesmo direcionamento da matéria produzida dois dias antes.


A especialista trata que os comércio, "que já foi comuni- pecuaristas tem interesse na vacinação.

Chuva continuará no fim-de-semana

A região de Guarapuava encerrou a semana contabilizando prejuízos com a chuva forte. Enquanto o clima úmido reduziu o movimento de público na Expoguá, o maior evento do calendário agropecuário do município, que ocorre no parque Lacerda Werneck até domingo, em vários bairros e na zona rural foram registrados alagamentos e até destelhamento de imóveis.

De acordo com informação divulgada pela Radiobrás em seu site na Internet, a chuva que atinge o Paraná, desde o último final de semana, deixou 826 pessoas desabrigadas no Estado, segundo informações da defesa civil. A agência informa que Guarapuava seria o município mais prejudicado, com 438 moradores ainda sem condições de voltar para casa. Apesar de considerar a situação sob controle, a defesa civil alerta para o risco de novos vendavais e tempestade de granizo e explica em seu último boletim que a ocorrência desses fenômenos é típica dos meses de setembro e outubro. Em alguns municípios onde parou de chover existe agora o risco de desmoronamento em vários trechos da estrada. Os municípios mais prejudicados pelas tempestades são Fazenda Rio Grande, na região metropolitana de Curitiba, Cascavel, Imbituva, Mangueirinha, Reserva do Iguçu, Piraf do Sul e Rebouças.

O Simepar prevê para hoje, na região central do Estado, nebulosidade variável com chuvas rápidas à tarde; no sábado, sol com poucas nuvens e nebulosidade reduzida pela manhã; no domingo, tempo parcialmente nublado a nublado, com chuvas no decorrer do dia. Até segunda, temperaturas deverão oscilar entre 13 graus a 24 neste período em Guarapuava.



Rio Jordão (Guarapuava): num dos locais de lazer da cidade, água toma conta da paisagem

Agrícola
CANTELLI
A VERDADEIRA PARCERIA COM O AGRICULTOR

APROVEITE NOSSAS OFERTAS:
Nova Ração BOB COC
com ÔMEGA 3 e 6
Apenas R\$ 10,90

Oferta válida até 16/09/2000 Mais saúde para seu animal

Aproveite nossas ofertas e venha conferir também outros produtos como: Arames, Rações em geral, Supl. Mineral, Parafusos, Baterias, Lonas para Caminhão, Medicamentos veterinários em geral, etc

FILIAIS:

<p>AGRICOLA CANTELLI LTDA Pinhão - Loja Fone: (42) 877-1393</p>	<p>AGRICOLA CANTELLI LTDA Guarapuava - Armazém Fone: (42) 822-2234</p>
<p>AGRICOLA CANTELLI LTDA Campina do Simão Loja e Armazém Fone: (42) 834-1110</p>	<p>AGRICOLA CANTELLI LTDA Guarapuava - Loja Rua Mal Floriano Peixoto, 1081 Fone: (42) 823-9929</p>

E-mail: cantelli@aimx.com.br

Figura 4.9 – Página 3 da Edição Nº 454 do Diário de Guarapuava, de 15 de setembro de 2000 (Grifos do autor).

Antes de tratarmos do discurso em si, vemos a imagem do parque do Rio Jordão (localizado no sudeste da cidade de Guarapuava-PR) sendo invadido pelas águas, como forma de ater os leitores, pois o parque é um local conhecido da cidade, o que o torna um ponto de sustentação para o discurso de que o problema está afetando, também, locais de lazer. Já no que diz respeito às frases, consideramos interessante destacar as seguintes:

A região de Guarapuava encerrou a semana contabilizando prejuízos com a chuva forte.

[...] em vários bairros e na zona rural foram registrados alagamentos e até destelhamento de Imóveis. [...] A agência (Radiobrás) informou que Guarapuava seria o município mais prejudicado, com 438 moradores ainda sem condições de voltar para casa.

[...] a ocorrência desses fenômenos é típica dos meses de setembro e outubro.

Já na primeira frase vemos que o jornal utiliza elementos interessantes como ponto de sustentação, entre eles a cidade de ‘Guarapuava’ e a ‘chuva forte’.

O segundo enunciado que é trazido à tona remete ao problema das terminologias, pois se considerar a notícia analisada anteriormente, já visualizamos que o jornal não considera nenhuma diferença entre as palavras inundação e alagamento. Como vimos anteriormente, existe diferença conceitual entre inundação (processo que ocorre após o extravasamento das margens do rio, atingindo as áreas adjacentes) e alagamento (acúmulo momentâneo de águas em um determinado local no meio urbano, geralmente, por problemas de drenagem), o que nos mostra que o jornal, ao tratar as palavras como sinônimas, não se preocupar em averiguar e repassar os termos cientificamente corretos.

Num terceiro momento destacado, vemos que o Diário utiliza um ponto de sustentação externo (e, ao mesmo tempo, um discurso transversal) para dar respaldo ao seu discurso sobre desastres naturais. O não-dito também é observado, pois, ao se dizer que existem moradores sem condições de retornarem para suas casas, insinua-se que o problema ainda persiste nestes locais. Além disso, estão nas entrelinhas os problemas enfrentados pelo desastre natural, como o prejuízo, os traumas e até o medo.

Por fim, avaliamos que se as ocorrências de fenômenos dessa magnitude são característicos dos meses de setembro e outubro, então aquilo que não está citado, mas está aferido, é que nos outros meses isso é atípico. Porém, as análises seguintes mostrarão que esses eventos não são exclusividade dos meses citados.

Analisando o todo, nas duas matérias do ano 2000, constatamos que o Diário deu prioridade ao desastre natural (evento causador de danos e/ou prejuízos aos seres humanos) que ocorreu, pois, mesmo a matéria considerada complementar possuiu espaço para foto-legenda na capa.

Notamos, ainda, que o Diário de Guarapuava recorre constantemente aos não-ditos e à formação ideológica dos leitores. As fotos, na maioria das vezes impactantes, buscam compor com a diagramação e com o texto para apreender a atenção do leitor.

Outro ponto interessante que destacamos, é que muitas vezes o jornal conta com a formação do senso comum dos leitores, pois espera que eles já saibam o significado das palavras.

Porém, embora as matérias pudessem explorar melhor as origens e consequências dos desastres, dando voz a sujeitos, como poder público e defesa civil, o que poderia ajudar o leitor a compreender a complexidade do problema, a matéria acaba por naturalizar o desastre, como consequência de um fenômeno natural, a chuva, portanto, com poucas possibilidades de intervenção humana.


4.2.2 Os desastres naturais em edições do ano 2005 no Diário de Guarapuava

No Quadro 4.4, com dados da matéria da capa da Edição 1532, do dia 22 e 23 de janeiro de 2005, são apresentados os elementos do discurso presentes no jornal. Antes da avaliação do Quadro, apresentamos a figura 4.10, que apresenta o recorte da capa da Edição 1532 (com o assunto de nosso interesse).

O Quadro 4.4 mostra os pontos que são considerados importantes e que dizem respeito às análises de 2005.

Nesta matéria, novamente o interdiscurso está presente. O discurso do Diário de Guarapuava apresenta o constante uso do ‘não-dito’, que se integra ao ‘dito’ para comporem as notícias. Elementos como memória histórica e a formação ideológica continuam sendo visualizados no texto.

Quadro 4.4 – Elementos principais do discurso na capa da Edição 1532, de 2005

Data/Edição	Recorte	O que é?	Comentários
 <p>Figura 4.10 – Recorte da capa da Edição Nº 1532 do Diário de Guarapuava, de 22 e 23 de janeiro de 2005.</p>	<p><i>Alagamentos e falta de saneamento mobilizam moradores</i> (manchete principal)</p>	<p>a. Não-dito b. Formação ideológica</p>	<p>a. O não-dito aparece tanto na definição da significação da palavra <u>alagamento</u> como no trecho <u>falta de saneamento</u>, pois se existe esse problema, logo não houve ação dos administradores locais. b. Remete à formação ideológica no momento em que entende que o leitor sabe o que é um alagamento ou o significado da palavra saneamento.</p>
	<p><i>A ideia é criar uma associação para reivindicar melhorias ao poder público. [...] (texto de apoio, abaixo do título)</i></p>	<p>· Não-dito</p>	<p>Se a ideia é reivindicar melhorias ao poder público, então está subentendido que o poder público não realizou tais obras que acarretariam essas melhorias.</p>
	<p><i>Os constantes alagamentos são o principal problema. (legenda da foto)</i></p>	<p>· Não-dito</p>	<p>Se os alagamentos são o principal problema, então existem outros problemas.</p>
	<p>Foto (Figura 4.10)</p>	<p>Configura o evento · Articula com o texto para criar o ambiente proposto pelo jornal.</p>	<p>Amparada pela diagramação e pela parte textual, a foto conta com apelo visual para explicitar o desconforto diante das ruas alagadas, que afeta moradores (adultos e crianças – em frente às residências simples).</p>

Organizado por: NASCIMENTO, D. J. F. (2012).

No que diz respeito à primeira matéria analisada, que se encontra na página interna (03) da Edição 1532, vemos que a matéria, à época, remetia aos moradores que reivindicavam solução para os problemas em um bairro da cidade. O título, como podemos conferir na imagem seguinte (Figura 4.11), era: ‘Mobilização: Associação reivindica melhorias na Vila Carli’. O próprio título já remete ao não-dito, pois se alguém reivindica algo é porque há interesse nele, nesse caso de melhorias para o bairro.

DIÁRIO • GERAL • Guarapuava, 22 e 23 de janeiro de 2005 03

Mobilização

Associação reivindica melhorias na Vila Carli

Moradores querem acabar com o sofrimento de mais de 20 anos com alagamentos provocados pelos riachos Cascavelzinho e Xarquinho

Um grupo de moradores da Vila Carli está se unindo para reivindicar melhorias para os habitantes daquela região. O primeiro passo nessa busca por infraestrutura foi dado, com a eleição da diretoria da Associação de Moradores, que está em fase de implantação. Tão logo sejam terminadas as questões legais com a documentação, os moradores pretendem iniciar os trabalhos para a obtenção de recursos e pleitear projetos junto ao legislativo e executivo municipal. “Queremos trabalhar junto com os vereadores para conseguirmos aprovar alguns projetos na Câmara Municipal. Se os vereadores nos ajudarem, será mais fácil de conseguir as melhorias junto à prefeitura. Precisamos de muita ajuda, e sabemos que sozinho não conseguimos fazer nada”,

comentou Sílei Bonfim, moradora da Vila Carli.

Reunida com alguns vizinhos e membros da Associação, em sua casa, Sílei recebeu a reportagem do *Diário* e relatou um pouco da luta que está sendo travada em busca de melhorias. “Faz mais de 20 anos que os moradores desse local sofrem. Temos problemas sérios, principalmente quando chove que alaga tudo aqui em volta”, comentou.

A moradora relatou que o primeiro passo já foi dado. “Nós estamos unidos, demos nossas mãos e não vamos parar de lutar até conseguirmos transformar esse bairro em um lugar muito melhor para se viver”, declarou.

Entre os principais pedidos dos moradores está a drenagem de dois córregos que atravessam o bairro, o Cascavelzinho e Xarquinho. “Quando

chove as crianças que moram por aqui não conseguem ir para escola, por que alaga tudo e elas não têm como sair pra rua ou atravessar um ‘carrinho’ aqui para poderem chegar até o asfalto”, destacou.

O tesoureiro da Associação, João da Luz Padilha, relatou que as ruas e as casas próximas a esses dois córregos ficam completamente tomadas pela água quando chove forte. “A água chega a ficar com mais de um metro de altura dentro de casa. Já perdi muita coisa na por causa das enchentes. Não podemos continuar desse jeito por mais tempo”, exclamou.

Os moradores explicaram que a situação piorou com a construção de canal tubulado sob a rua que dá o acesso a BR 277. “Eles (a prefeitura) fizeram a passagem da água em burro da rua, mas colocaram poucos tubos, quando chove a tubulação não vence escorar toda a água e alaga tudo”, reclamou o morador enfatizando que a falta de cuidado com o córrego e o mato que está tomando conta do local dificulta ainda mais a passagem da água.

Membros da associação temem que os vizinhos continuem vendendo suas casas e abandonando o bairro por falta de infraestrutura. “Já tem muitos moradores que construíram suas casas aqui e venderam a ‘preço de banana’, para se mudarem pra outro lugar. Tem muita gente que desistiu de construir suas casas aqui”, comentou o vice-presidente da Associação Raimundo Raul dos Santos.

Os moradores reclamam também que ao invés da prefeitura procurar solucionar o problema foi oferecido um terreno em outro local para os moradores mudarem as suas casas. “Viram me oferecer o ano passado um terreno lá no Paz e Bem, mas eu não quis. Sempre morei aqui e vou continuar morando aqui porque eu gosto desse bairro”, relatou Maricete Padilha.

Além da canalização dos riachos, os moradores pretendem trabalhar por outras melhorias para o bairro. “Temos muitos projetos, como a implantação do clube de mães, a criação de uma horta comunitária, de uma padaria e até de uma fábrica de sabão e detergente caseiros”, comentou Sílei.

A intenção da associação é tornar o bairro um lugar melhor para se morar, desenvolvendo a auto-estima de seus moradores. “Queremos o apoio de todos os nossos vizinhos do bairro para conseguirmos construir logo uma sede para a nossa associação e assim realizar diversos trabalhos sociais em nosso bairro”, concluiu, Jão Maria Padilha, presidente da Associação de Moradores da Vila Carli.

Serviço vai ajudar na prevenção e controle de câncer pediátrico



Falta de infraestrutura: alagamentos constantes deixam rastros mesmo em dias sem chuva

Os moradores, indignados, mostram a situação das margens dos riachos completamente tomadas pelo mato

Figura 4.11 – Página 3 da Edição Nº 1532 do Diário de Guarapuava, de 22 e 23 de janeiro de 2005 (Grifos do autor).

Além de o título ter certo sentido analítico do ponto de vista da análise do discurso, a ‘linha fina’ (texto de apoio ao título) também está carregada de simbologia discursiva. A frase é a seguinte:

Moradores querem acabar com o sofrimento de mais de 20 anos com alagamentos provocados pelo riachos Cascavelzinho e Xarquinho.

Alguns pontos merecem destaque neste enunciado. Primeiramente o aparecimento do não-dito e da questão do esquecimento, na frase ‘acabar com o sofrimento’, frase que mostra a necessidade do “apelo” da mídia. Ao utilizar o termo sofrimento, há o recurso sensacionalista, que mobiliza o leitor para o texto. O recurso da memória histórica para afirmarem que o problema persiste há mais de 20 anos é outro ponto discursivo utilizado. E, finalmente, a naturalização do problema, onde encontramos alguns equívocos apresentado pelo jornal: primeiro que se o problema ocorre próximo aos riachos, então não pode ser considerado um alagamento, se constituindo, provavelmente em uma enchente, dependendo do local de residência dos moradores; e, se as casas se encontram em locais de vulnerabilidade, acarretando risco ao ser humano, então o causador do problema não pode ser exclusivamente os riachos.

O fato é que boa parte do Jardim das Américas está numa planície de inundação do rio Cascavel e são áreas de preservação permanente (APPs), portanto, a ocupação é irregular. Como foi discutido anteriormente, a dificuldade de acesso à moradia no meio urbano traz como consequência a ocupação das APPs, que acabam por demonstrar a baixa atuação do poder público, que não faz valer a legislação ambiental e, conseqüentemente, “fecha os olhos” para o problema de que esses locais se transformem em áreas de risco.

Por fim, Thomaziello (2007) também visualiza a importância da prevenção, principalmente quanto às ações humanas, que devem ser precedidas por estudos de impacto e de planejamento adequados a cada realidade e contexto, a fim de se evitar ações antrópicas que possam propiciar os desastres naturais.

Alguns outros pontos da matéria merecem ser analisados.

[...] “Precisamos de muita ajuda, e sabemos que sozinhos não conseguimos fazer nada” (Sirlei Bonfim).

[...] Os moradores explicaram que a situação piorou com a construção de canal tubulado sob a rua que dá acesso a BR 277.

[...] Membros da associação temem que os vizinhos continuem vendendo suas casas e abandonando o bairro por falta de infraestrutura.

O primeiro enunciado destacado apresenta um discurso transversal do grupo social no indivíduo, ou seja, o entrevistado prega o discurso de que é necessária a união para que os objetivos sejam alcançados, o que já mostra a formação discursiva de união apresentada pela Associação. Mais do que simplesmente um discurso individual, essa formação discursiva, ao que tudo indica, já tornou um senso comum entre as pessoas que compartilham dos mesmos ideais para o bairro.

Os dois enunciados seguintes contradizem o texto de apoio do título, pois remetem aos problemas de infraestrutura do local. Onde se via os riachos como causadores dos problemas, como informado pelo jornal, já se vislumbra que o discurso dos moradores, ao atravessar o enunciado do periódico, traz ao debate os problemas da infraestrutura local. Mas, contudo, não há uma associação direta entre estes e o desastre natural.

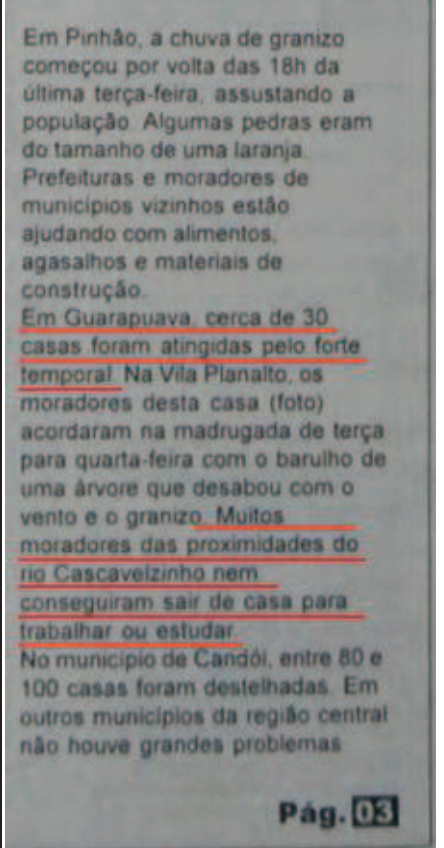
Por fim, as fotos apresentadas na matéria remetem a residências e moradores humildes, de condição socioeconômica que não possibilita a moradia em locais mais valorizados da cidade. Novamente, vemos que as classes menos favorecidas são as que acabam ocupando as áreas vulneráveis e convivendo com o risco do desastre.

Nesta matéria de 2005 já conseguimos identificar a confusão terminológica entre as palavras enchente e alagamento, pois na matéria as palavras foram utilizadas como se fossem sinônimos, não se preocupando em esclarecer o evento.

No que diz respeito à análise da Edição 1708, de 06 de outubro de 2005, inicialmente ressaltamos que são avaliadas somente as partes que correspondem à cidade de Guarapuava e também aos trechos em que são citados os desastres naturais decorrentes de processos hidrológicos.

Para complementar as análises de 2005, é considerado a necessidade de apresentar também a Figura 4.12, para a visualização da capa do dia 6 de outubro, Edição 1708. Como explicamos acima, a capa repercute o evento, porém, a parte delimitada para análise se encontra no final da página, na legenda da foto, como pode ser conferido na Figura 4.13, que compõe o Quadro 4.5.

Quadro 4.5 – Elementos principais do discurso na capa da Edição 1708, de 2005

	Data/Edição	Recorte	O que é?	Comentários
 <p>Figura 4.13 – Recorte da capa da Edição N° 1708 do Diário de Guarapuava, de 06 de outubro de 2005 (Grifos do autor).</p>	06/10/2005 Edição 1708	<p>[...]Muitos moradores das proximidades do rio Cascavelzinho nem conseguiram sair de casa para trabalhar ou estudar. (legenda das fotos)</p> <p>Foto</p>	<p>a. Não-dito / Evento hidrológico b. Memória histórica</p> <p>Evento hidrológico</p>	<p>a. O não-dito aparece para referendar que se não puderam sair de casa é porque o evento associado ao rio foram os responsáveis. b. Na matéria não há preocupação em explicar o porque da proximidade com o rio se relaciona com o impedimento dos moradores para sair de casa. Subentende-se que o leitor já sabe que quando chove há inundação na região.</p> <p>O jornal apresenta duas fotos impactantes (que configuram o desastre), uma com crianças mostrando enormes granizos (foto principal) e outra de uma árvore caída em frente à residência com moradores – inclusive crianças – ao redor (foto secundária);</p>

Mesmo em um curto trecho da legenda, conseguimos visualizar elementos discursivos, como o não-dito e o evento, que emergem no momento em que é citado que muitos moradores nem conseguiram sair de casa. Estes elementos surgem porque está nas entrelinhas que existe um problema, relacionado ao rio, que os impede de sair.

A notícia interna (Figura 4.14), veiculada na página 03 da Edição 1708, também apresenta alguns elementos do discurso midiático que merecem observação.

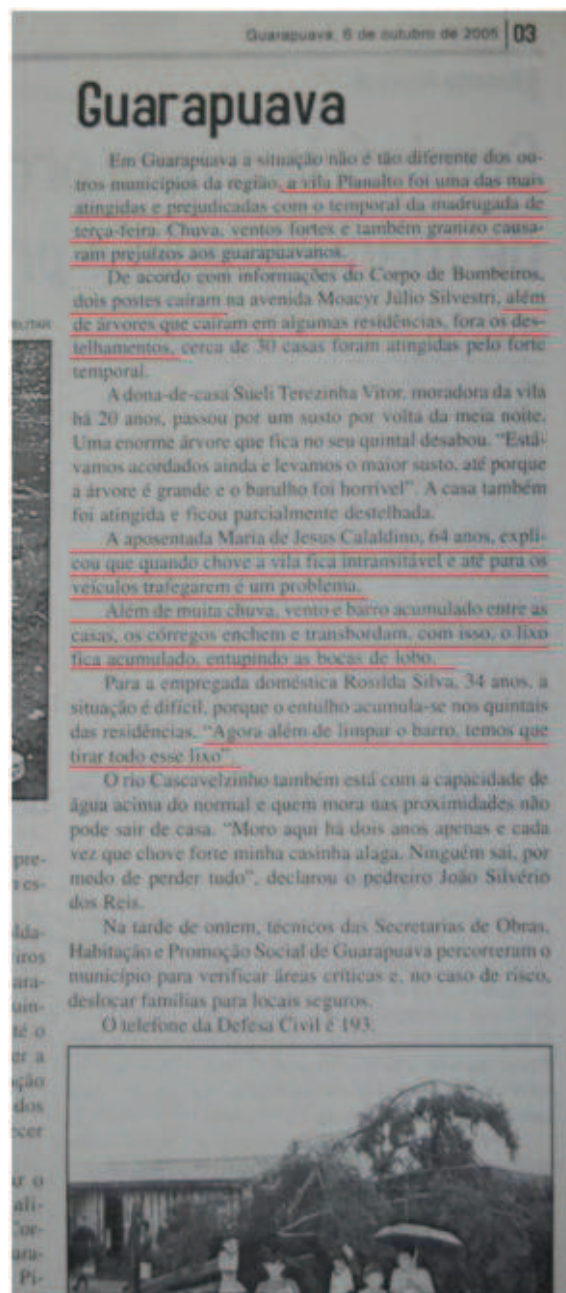


Figura 4.14 – Página 3 da Edição Nº 1708 do Diário de Guarapuava, de 06 de outubro de 2005 (Grifos do autor).

Destacamos que a Vila Planalto é próxima ao Arroio do Engenho, córrego que é tributário do rio cascavel.

Tendo em vista a matéria de cunho secundário, tanto na capa quanto na página interna, pois a matéria principal tinha foco em outro município da região de Guarapuava, elencamos as seguintes frases para análise:

[...] A aposentada Maria de Jesus Calaldino, 64 anos, explicou que quando chove a vila fica intransitável e até para os veículos trafegarem é um problema.

[...] Além de muita chuva, vento e barro acumulado entre as casas, os córregos enchem e transbordam, com isso o lixo fica acumulado, entupindo as bocas de lobo.

[...] “Agora além de limpar o barro, temos que tirar todo esse lixo”.

[...] O rio Cascavelzinho também está com a capacidade de água acima do normal e que mora nas proximidades não pode sair de casa.

O primeiro enunciado, que é um discurso transversal de uma residente dos locais afetados pelos desastres naturais noticiados é apresentado para referendar o discurso do Diário, de que existe um problema. O enunciado ainda traz em seu corpo o ponto de sustentação anterior da matéria quando é citada apenas ‘vila’, sem que seja informada que é a Vila Planalto, pois o jornal sustenta sua hipótese de que os leitores já possuem esse conhecimento. É interessante notar que o discurso da aposentada é o mesmo do jornal, pois para ela o problema está nos dias de chuva, que deixa a vila intransitável, aparentemente ‘esquecendo’ os problemas de infraestrutura do local e naturalizando a questão.

O segundo e o terceiro trecho remetem ao problema da saúde, citada anteriormente, pois pode trazer danos posteriores, que são as doenças causadas pelo contato com a água e a lama contaminadas pelo lixo e por vetores.

No último enunciado, a matéria aborda que o rio Cascavelzinho está com o nível de água acima do normal, o que pode ser classificado como uma enchente ou uma inundação, porém, o mais importante aqui é o fato de muitos moradores estarem em áreas de risco e, portanto, a enchente do rio já pode ser indícios de mais pessoas afetadas. Cabe, ainda, ressaltar que novamente o rio Cascavelzinho é trazido para a matéria como o vilão da história, sem que se problematize o que realmente está favorecendo a ocorrência desses desastres naturais.

Conseguimos notar que, além de apresentar um discurso midiático que se reproduz ao longo dos anos, o Diário também utiliza suas páginas para referendar a naturalização, mesmo que por vezes os próprios moradores argumentem sobre os problemas de infraestrutura. Este processo de naturalização é uma forma discursiva que reduz a criticidade dos leitores, pois se a culpa é da chuva ou de qualquer fenômeno natural, então não há porque se questionar. Portanto, o que poderia ser um importante meio de esclarecimento da população, pode se tornar apenas um instrumento imobilizante.

4.2.3 Os desastres naturais em edições do ano 2012 no Diário de Guarapuava

Partindo para as notícias de 2012, vemos nas capas das três matérias analisadas (Figuras 4.15, 4.16 e 4.17) que o problema dos desastres naturais está sendo mais divulgado pelo meio de comunicação, mas fica a dúvida se o leitor associa os problemas dos grandes centros, ao que vivencia no seu cotidiano. Além disso, se podem associar aos problemas socioeconômicos dos locais.



Figura 4.15 – Recorte da capa da Edição Nº 3329 do Diário de Guarapuava, de 14 e 15 de abril de 2012.

Quadro 4.6 – Elementos principais do discurso nas capas (matérias de 2012)

Data/Edição	Recorte	O que é?	Comentários
14 e 15/04/2012 Edição 3329	<i>Temporal causa alagamentos; Simepar prevê chuvas fortes no fim de semana</i> (manchete principal)	a. Formação ideológica b. Naturalização do problema c. Não-dito d. Não-dito / esquecimento	a. Remete à formação ideológica no momento em que entende que o leitor sabe o que é um temporal ou um alagamento, bem como o que é o Simepar. b. Ao citar que o temporal causa alagamentos, a imprensa já indica a naturalização do problema, não abordando as questões de infraestrutura urbana e as socioeconômicas, que levam famílias às áreas de risco. c. O não-dito surge quando o Simepar prevê mais chuvas fortes, logo, mais problemas. d. O não-dito também aparece no momento em que a naturalização é colocada em foco, pois se foi o temporal que causou os alagamentos, então não foram os problemas apresentados, logo surge a noção do esquecimento, pois optou-se por aferir o problema a uma causa e não a outra.
	<i>[...] Foi uma chuva intensa que despençou em um curto período de tempo, causando inundações por toda a cidade. [...]</i> (legenda da foto)	a. Evento brusco b. Naturalização do problema / problemas socioeconômicos c. Confusão de terminologias	a. Remete que o desastre foi ocasionado pela chuva que caiu em curto período de tempo (evento brusco), pois contou com uma frequência elevada de chuva em pouco tempo. b. Neste enunciado também se percebe que a posição do jornal é de que a chuva causou os problemas por toda a cidade, não levando em conta os problemas de infraestrutura urbana e também os socioeconômicos. c. No título, estava citada a palavra alagamento, porém, na legenda aparece o termo inundação, o que demonstra a confusão de terminologias também nas matérias de 2012.
	Foto1 (marginal ao lado da BR totalmente tomada pela água)	Evento hidrológico	Foto impactante mostra os problemas causados às pessoas, configurando o desastre. Na imagem, crianças atravessando a rua com água até a cintura e caminhões e automóveis parados, por não poderem trafegar, mostram a gravidade do acontecimento.
	Foto 2 (casas sendo invadidas pela água)	a. Evento hidrológico b. Apresenta problemas socioeconômicos	A segunda foto causa ainda mais impacto ao se avaliar que o desastre está afetando pessoas que moram, provavelmente, em áreas de risco, susceptíveis a esses desastres. Crianças aparecem nas fotos, tornando o evento ainda mais dramático.

Organizado por: NASCIMENTO, D. J. F. (2012).

A questão da naturalização segue nas páginas do Diário de Guarapuava. A análise da Edição 3329, dos dias 14 e 15 de abril de 2012, mostrou que a referida edição também apresentou esta naturalização, já em sua capa (como pode ser visto na Figura 4.15), que ‘Temporal causa alagamentos’. A primeira página trouxe outros pontos interessantes, um deles mostra que o título da matéria e a legenda das imagens tratam os termos 'alagamento' e 'inundação' como sinônimos, o que nos mostra que mesmo com o passar do tempo o jornal continua repercutindo o discurso de padronização das terminologias, não buscando o aprofundamento necessário para explicitar o que significa cada um deles cientificamente. A legenda também mostra novamente a predição para a naturalização do problema, pois traz a seguinte frase: “Foi uma chuva intensa, que despencou num curto período de tempo, causando inundações por toda a cidade”. Além disso, por mais que o jornal tenha citado o termo inundação, o problema maior foram os alagamentos, pois os bueiros da cidade não venceram a quantidade de precipitação e, sobretudo, porque a água extrapolou as planícies de inundação.

Avançando na matéria, na página A5 do informativo (Figura 4.16), logo no título encontramos alguns traços do que foi citado acima. No título, onde é apresentado que “Temporal provoca danos”, novamente, está explícita a marca da naturalização. Na imagem, a questão de que o problema ocorrido foi ocasionado pelo aumento no nível das águas de um córrego é mostrado já na legenda de uma das fotos, configurando o evento como inundação. Outra foto remete ao problema da infraestrutura, pois as bocas de lobo das ruas do Bairro Bonsucesso não suportam a quantidade de água e o resultado é um alagamento.

É interessante analisar que o periódico, ao mesmo tempo em que relata o problema como causa de um fenômeno natural, também apresenta indícios de que existem ocupações em áreas de risco e problemas de infraestrutura, como em um esquecimento descrito por Pêcheux (1997).

O repórter (neste caso a matéria está assinada, o que coloca o autor como responsável por ela) opta por uma terminologia, por um resultado, em detrimento de outro, esquecendo os demais. Mas isto é algo que está muito mais sedimentado no discurso midiático, pois também existem questões como a memória histórica, que faz com que uma matéria em anos anteriores tenha o mesmo teor de outra mais recente, sem que busque novas alternativas.

Temporal provoca danos; Simepar prevê mais chuvas e ventos fortes no fim de semana

Harald Essert
Guarapuava

Várias residências foram invadidas pela água ou ficaram sem cobertura na última sexta. Mas os ventos não foram tão fortes quanto os que estão previstos para este sábado

Muitas casas ficaram alagadas ou destelhadas após o temporal que caiu na tarde da última sexta-feira, em Guarapuava. Foi uma chuva intensa que despencau em um pequeno período de tempo, causando as inundações por toda a cidade. O vento, apesar de não ter tido intensidade muito forte, prejudicou as coberturas de residências em vários bairros. Mas segundo o Simepar, a previsão para este sábado e domingo é de mais chuva e ventos ainda mais intensos.

No fechamento desta edição, o Corpo de Bombeiros ainda não havia contabilizado o número de atendimentos. Mas de acordo com as informações, as situações se concentraram principalmente nos bairros Conradinho, Morro Alto e

Ylla Carlí.

A chuva ocorreu entre as 14h45 e 16h30 (portanto, durou uma hora e 45 minutos), sendo que o pico de precipitação ocorreu entre as 15h15 e 16h. Ao todo, caíram 12,6 mm de água - volume que o Simepar considera elevada pela duração da chuva. Mas os ventos chegaram à velocidade máxima de 30 km/h, o que não representa uma grande intensidade, segundo o instituto de meteorologia. Não obstante, a tempestade foi forte o suficiente para deixar várias residências destelhadas.

No entanto, ainda segundo o instituto de meteorologia, a previsão para este fim de semana é de ainda mais chuva em todos os dias, sendo que no sábado os ventos podem chegar a até 50 km/h. No domingo,



Moradores perto do distrito industrial CDI perderam casa e pertences quando um córrego transbordou

a velocidade eólica deve ser mais branda.

Residências

No bairro Bonsucesso, várias casas foram inundadas na rua Sorocaba, entre as ruas Alípio Marcondes e Abigail Danguy Borges. Segundo moradores, por ser um trecho cujo nível fica mais baixo do que as ruas paralelas, a água das loca-

lidades vizinhas escoou para a rua Sorocaba e provoca os alagamentos. De acordo com a dona de casa Elvira dos Santos, essa situação ocorre com frequência. "Já estamos acostumados. Quando a gente vê que vai chover, já tira os móveis do chão e coloca a comida onde a água não pega", contou.

Em sua opinião, a pre-

feitura cumpre com sua parte, ao desentupir os bueiros e fazer a manutenção da drenagem. O problema, segundo ela, é mais grave. "Aqui é batizada, então tudo que junta de água no bairro desemboca aqui. Sem contar que as casas ficam abaixo do nível da rua. É isso que acontece".

O Colégio Estadual Cristo Rei também teve algumas salas de aula inundadas, segundo alunos e funcionários que conversaram com a reportagem.

Na avenida Sebastião de Camargo Ribas, a correnteza da inundação levou material que estava sendo usado nas obras de alargamento para o meio da rua, atrapalhando o trânsito. Pedra brita e rachão ocuparam plena avenida, deixando o tráfego lento e perigoso, uma vez que as pedras faziam os carros deslizar durante a frenagem.

No Conradinho, vá-

rias residências ficaram destelhadas por conta da tempestade. Os bombeiros distribuíram lonas e auxiliaram os moradores nas situações de risco. O resultado foram cenas como a de várias pessoas em cima dos telhados consertando os estragos após a chuva.

Moradores do Residencial 2000 também contaram o Diário para relatar os danos que houve no bairro Morro Alto. Leandro Machado Filippi contou que sua casa ficou inundada depois que uma valeta, construída pela prefeitura para conter a água da chuva, não suportou a pressão e estourou. "Derrubou meu muro e encheu minha casa de água. Na minha vizinha a água derrubou os dois muros e o vento destelhou a casa", relatou. Segundo ele, a situação é frequente. "Quando chove, é só se preparar, porque a gente já sabe o que vem".



No Bonsucesso, várias casas ficaram alagadas na rua Sorocaba. Segundo os moradores, a água acumulada nas ruas desemboca ali



No Conradinho, várias casas foram destelhadas pela tempestade. No fim da chuva, várias pessoas consertavam as coberturas

Figura 4.16 – Recorte da página A5 da Edição Nº 3329 do Diário de Guarapuava (Grifos do autor).

Notamos que as ruas citadas no trecho em que trata do bairro Bonsucesso ficam próximas ao córrego Barro Preto, tributário do Cascavel. Outro ponto que chama atenção na matéria da Edição 3329, é que pode ser notado o descaso com as terminologias das palavras, pois, novamente, vemos que alagamento e inundação são usados constantemente como sinônimos. Como pode ser notado nas seguintes citações:

[...] Foi uma chuva intensa que despencau em um pequeno período de tempo, causando as inundações por toda a cidade.

[...] No bairro Bonsucesso várias casas foram inundadas [...], por ser um trecho cujo nível fica mais baixo que as ruas paralelas, a água das localidades vizinhas escoou para rua Sorocaba e provoca os alagamentos.

[...] O Colégio Estadual Cristo Rei também teve algumas salas de aula inundadas.

Nisso, notamos que aquele contrato de leitura entre meio de comunicação e os leitores, proposto por Dutra (2009), fica claro neste caso, pois a mídia não se preocupa em dar aprofundamento em conceitos científicos ou em definições sobre o meio ambiente, pelo contrário, o 'jogo comum da mídia' prefere não traduzir certos conceitos, pois entende que esse conhecimento já está na memória do receptor do discurso, que, por conseguinte, irá produzir seu 'próprio e puro' discurso sobre aquilo que leu ou ouviu.

Por ser um via de mão única, o discurso midiático para as massas produz matérias sem esse aprofundamento, até porque muitas vezes o repórter não sabe as terminologias e como sua principal função é informar, faz isso repercutindo os mesmos discursos citados em outros momentos pela mídia. É claro que o leitor deveria fazer sua leitura de forma crítica, porém esse discurso midiático é também produzido como se estivesse sendo uma cópia fiel do que aconteceu e o leitor, geralmente, se prende ao foco dado pela matéria.

Assim, o interdiscurso é evocado. O meio de comunicação utilizou-se de um pré-construído para fundamentar seu discurso, ou seja, houve aumento no nível da água, então, a culpa é da chuva (naturalização) e os termos apropriados já estão definidos pelo discurso (conforme decisão/escolha da própria mídia).

No que diz respeito às capas do Diário de Guarapuava, apenas na Foto 4.15 o jornal trabalhou com duas fotos unidas à manchete principal. Nas duas capas seguintes (4.17 e 4.19), o periódico optou por mostrar fotos impactantes (com legendas), mas desvinculadas das manchetes principais, que, por sua vez, vieram sem fotos. Com isso, o jornal ganha duas notícias com visualização principal em sua diagramação, com intuito de buscar apreender ainda mais leitores, pois aquele que não tiver interesse em uma das matérias pode ter na outra.

No dia 26 de abril, novamente houve desastres naturais na cidade e a imprensa estava lá para noticiar os acontecimentos. O Jornal Diário de Guarapuava do dia 27, edição Nº 3338 (Figura 4.17), apresentou matéria do desastre, utilizando de notícia assinada por um repórter, o que não muda o fato de que após a produção da matéria o repórter entrega o texto para que a editoria do jornal coloque a notícia conforme a sua linha editorial e de acordo com aquilo que considera mais atrativo para o público consumidor.



Figura 4.17 – Recorte da capa da Edição Nº 3338 do Diário de Guarapuava, de 27 de abril de 2012.

O Quadro 4.7, ao apresentar os principais elementos do discurso midiático na capa da edição de 27 de abril (3338) nos mostra, novamente, elementos como a evocação da memória histórica, pois remete à lembrança de um evento recente, que ocorreu no mesmo mês (Abril precipitado). Também vemos reaparecer questões como a naturalização, o esquecimento e o não-dito, já explicados no próprio quadro.

Quadro 4.7 – Elementos principais do discurso na capa da Edição 3338, de 2012

Data/Edição	Recorte	O que é?	Comentários
27/04/2012 Edição 3338	<i>Abril precipitado</i> (título da foto principal)	Memória histórica	<i>Ao tratar o título por “Abril precipitado”, o Diário de Guarapuava recorre aos eventos de precipitação anteriores divulgados pelo meio (no mês de Abril) e que também ‘causaram’ problemas à sociedade.</i>
	<i>A chuva que caiu na manhã de ontem provocou alagamentos [...]</i> (trecho da legenda da foto)	Naturalização / esquecimento	<i>Neste enunciado também se percebe que a posição do jornal é de que a chuva provocou os alagamentos. É a naturalização se manifestando. Assim, surge a noção do esquecimento, pois se optou por aferir o problema a uma só causa.</i>
	<i>Quinze casas foram atingidas.</i> (trecho da legenda da foto)	Não-dito	<i>Se em quinze casas foram contabilizados problemas, então, não está dito, mas está subentendido que várias pessoas foram prejudicadas pelo evento.</i>
	Foto (Figura 4.17)	a. Evento hidrológico / Dramatização	<i>Apresenta morador, que por suas vestimentas e guarda-chuvas quebrado remete a um cidadão sem condições de enfrentar o problema de elevação do nível das águas, que configura a ideia de impotência diante do evento. O drama é apresentado.</i>

Organizado por: NASCIMENTO, D. J. F. (2012).

Na página A4 (Figura 4.18), notamos que o discurso não muda. Os mesmo equívocos são realizados pela imprensa (naturalização e termos sendo usados como sinônimos). Porém, é interessante notar que o meio de imprensa mantém o seu discurso de naturalização do problema, mesmo quando o entrevistado cita que “o problema começou quando iniciaram o sistema de esgoto na região”, demonstrando que o problema está na urbanização e seus desdobramentos que agravam situações de risco.

A4
Cidade

DIÁRIO DE GUARAPUAVA
27 de abril de 2012

Chuva intensa provoca alagamentos e transtornos em diversos bairros

João Quaquo
Guarapuava

Segundo Simepar, precipitação até as 15h de ontem era de 103 milímetros em Guarapuava. Média histórica é de 150 milímetros para todo mês de abril. Corpo de Bombeiros registrou seis pontos de alagamentos no período. Na Vila Carli, rio Cascavelzinho transbordou em vários pontos



O grande volume de chuvas que caiu sobre Guarapuava no início da manhã de ontem provocou alagamentos em diversos pontos da cidade. Só o Corpo de Bombeiros, que agrega a Coordenadoria Regional de Defesa Civil, atendeu seis locais até a tarde de ontem. As precipitações acumularam 103 milímetros da meia-noite até as 15h de ontem. Quinze casas foram atingidas.

Na Vila Carli, o rio Cascavelzinho transbordou em vários pontos. Na rua Antônio Dorigon, a moradora Maria de Fátima dos Santos estava com o quintal da casa parcialmente tomado pela água do manancial no final da manhã de ontem. “Moro aqui há dez anos e o problema começou há pouco tempo, quando iniciaram sistema de esgoto na região”, conta. “O medo é grande de perder meus móveis”, completa.

Na rua Tupi, mesmo bairro, o morador Gilson José Marco, 46, teve a casa dos fundos invadida pela água. “Estou cansado de sofrer em meio ao alagado. Desde meus 16 anos, começou o problema”, relata. “Estamos preparando um abaixo-assinado dos moradores pedindo providências da prefeitura, pois corremos risco de pegar doenças”, acrescenta.

O rio impediu o acesso de quem trafega pela rua Tupi até a rua Timbiras, do outro lado da quadra. Em frente ao local, Valdeci Ferreira mora há um ano em outra residência. A água tomou os fundos da casa. “Qualquer chuva, já enche o rio. Contaram-me uma vez que, antes de vir morar aqui, a água entrou em casa”, relata ele, que precisou tirar os carros da garagem para não correr o risco de perder os bens. O motorista Ivo Andregueto usa a via para chegar à chácara. “Para não ter risco, quando alaga, dou meia-volta”, comenta.

Saldo

O Corpo de Bombeiros registrou pontos de alagamento nas ruas Rubens Fleuri da Rocha, no Bon-sucesso; Minas Gerais, no Bairro dos Estados; Coronel Marcondes, no Centro; Cinco de Outubro, no Santa Cruz; rua Bagé, no Núcleo Concorórdia I; e rua Guailby, proximidades do Recanto Feliz. Apesar dos transtornos e prejuízos, não houve feridos, desalojados ou desabrigados.

Um balanço conjunto com o Coredec (Coordenadoria Regional de Defesa Civil) apontou 15 casas atingidas até a tarde de ontem. O muro de um lavar desabou na rua Saldanha Marinho, Centro da cidade, atingindo seis carros. Às 16h30, o Coredec ainda fazia o levantamento de danos em locais afetados pelas chuvas.

O volume de chuvas de ontem quase atingiu a média histórica para todo o mês de abril, que é de 150 mm, segundo o Simepar. O acumulado do mês em 2012 chega a 223 mm. “A precipitação acima da média em todo o mês não é fato extraordinário, já ocorreu em outros anos. Mas o volume de chuvas é alto para poucas horas”, avalia a técnica em meteorologia, Vanessa D’Ávila.

A chuva forte se originou de uma área de instabilidade formada no Paraguai ainda na quarta-feira, 25. A alta umidade e a temperatura do país vizinho contribuíram para que se intensificasse, atingindo não só o Paraná, mas Santa Catarina e Mato Grosso do Sul.

Mais chuva

Segundo o Simepar, a previsão era de que a chuva melhorasse a partir da noite de ontem. Hoje, o tempo abre, com previsão de poucas nuvens para a tarde. Porém, para amanhã, a previsão é de mais chuva forte para Guarapuava, seguida de trovoadas. No domingo, 29, o tempo melhora.

Água tomou conta dos fundos da casa de Valdeci Ferreira, na rua Timbiras; rio Cascavelzinho transbordou

Figura 4.18 – Página A4 da Edição N° 3338 do Diário de Guarapuava, de 27 de abril de 2012.

Os trechos em destaque confirmam nossas afirmações:

[...] Chuva intensa provoca alagamentos e transtornos em vários bairros. (título)

[...] Na Vila Carli, o Rio Cascavelzinho transbordou em vários pontos.

[...] O grande volume de chuvas que caiu sobre Guarapuava no início da manhã de ontem provocou alagamentos em diversos pontos da cidade.

[...] Moro aqui há dez anos e o problema começou há pouco tempo, quando iniciaram o sistema de esgoto na região.

[...] pois corremos o risco de pegar doenças.

[...] O rio impediu o acesso de quem trafegava pela Rua Tupi até a Rua Timbiras.

Em outra entrevista da matéria, é dito que “qualquer chuva já enche o rio”. Já foi visto nesta pesquisa que a palavra cheia se refere à enchente. Assim, podemos supor que, se o rio tem enchente com muita frequência, pode ser devido à mudança do seu vale, por assoreamento ou também pela ausência das matas ciliares. Ao deixar o leito mais raso, com pouca chuva o rio enche e, com o problema da urbanização que avança sobre esses locais, os mesmos estão sujeitos aos desastres naturais.

No penúltimo enunciado, citado acima, vemos emergir, novamente, o problema das doenças que podem ocorrer após os eventos. A contaminação é algo que é notado até mesmo pelos entrevistados.

É interessante avaliar como o jornalismo impresso utiliza diversas entrevistas, que caracterizam outros discursos que atravessam a matéria, com outras informações, e mesmo assim conseguem manter a linha de raciocínio que pende para ocorrências de fenômenos naturais, mesmo quando poderiam citar os fatores antrópicos como parte do problema.

Na última matéria avaliada, a começar pela capa da Edição 3364, de 05 de junho de 2012, pela análise da Figura 4.19, foi possível produzir o Quadro 4.8. Logo de início podemos observar que esta mídia recorre à memória histórica ao afirmar que é um alagamento anunciado, ou seja, que já haviam divulgado algo citando que isso iria acontecer.

Crônica de um alagamento anunciado



A chuva forte que caiu sobre Guarapuava e região na manhã de ontem causou prejuízos no distrito de Entre Rios e em bairros da cidade. Na Colônia Vitória, no bairro Vila Carli e no distrito industrial CDI, cidadãos relataram à reportagem do Diário problemas antigos de alagamentos e contabilizaram prejuízos. Segundo o Simepar, entre a sexta-feira, 1º, e ontem pela manhã, choveu 187,6 milímetros. A média histórica para todo o mês de junho é de 134 mm.

Em Pinhão, temporal causa destelhamentos

Págs. 6,7 e 10

Figura 4.19 – Recorte da capa da Edição Nº 3364 do Diário de Guarapuava, de 05 de junho de 2012.

Quadro 4.8 – Elementos principais do discurso na capa da Edição 3364, de 2012

Data/Edição	Recorte	O que é?	Comentários
05/06/2012 Edição 3364	<i>Crônica de um alagamento anunciado</i> (título da foto principal)	Não-dito / Memória histórica	<i>Ao colocar, no título da foto, 'Crônica de um alagamento anunciado', o informativo recorre a suas matérias anteriores para comprovar que isso iria ocorrer, ou seja, já foi anunciado anteriormente que isso aconteceria. Além disso, a partir do momento em que o jornal diz que é a 'crônica', de algo, ele se refere ao não-dito de que irá falar sobre algo que já havia dito que aconteceria anteriormente.</i>
	<i>A chuva forte que caiu [...] causou prejuízos.</i> (legenda da foto principal)	Naturalização / esquecimento	<i>Novamente se percebe que a posição do jornal é de que a chuva causou prejuízos. É, novamente, a naturalização se manifestando. Assim, surge, outra vez, a noção do esquecimento, pois se optou por aferir o problema a apenas uma causa.</i>
	Foto	Evento hidrológico Apresenta problemas socioeconômicos	<p><i>a. Mostra a rua totalmente tomada, além da água entrando nas casas, o que configura o dano e, conseqüentemente, o desastre natural.</i></p> <p><i>b. Tendo em vista as residências atingidas, fica subentendido que ali também existem problemas socioeconômicos.</i></p>

Organizado por: NASCIMENTO, D. J. F. (2012).

Além da análise do título, outros pontos podem ser destacados (vide Quadro 4.8), como, por exemplo, a naturalização, ao afirmarem que foi a chuva que causou os prejuízos; o esquecimento, ao determinar que a causa deste problema foi a chuva e sem mencionar os demais fatores, como a urbanização, ocupação irregular, falta de infraestrutura, etc.; e a própria configuração do desastre, ao mostrar a água invadindo as casas e causando danos à população. Além disso, o não-dito também pode ser notado na capa do periódico.

A matéria interna do jornal traz um diferencial, pois utiliza duas páginas (páginas A6 e A7) da edição, como pode ser conferido nas Figuras 4.20 e 4.21 para noticiar os acontecimentos, com fotos impactantes que ajudam a respaldar o discurso midiático.

A6
Cidade

DIÁRIO DE GUARAPUAVA
5 de junho de 2012

Com chuva forte, casas são alagadas em Entre Rios

João Quaquo
Guarapuava

Moradores relatam que enchentes são problema antigo. Em rua mostrada pelo *Diário* em abril deste ano, problema não foi resolvido por completo, conforme relato de vizinho

A chuva forte que caiu sobre Guarapuava e região na manhã de ontem causou prejuízos a moradores da Colônia Vitória, distrito de Entre Rios. Em Guarapuava, o mau tempo voltou a causar transtornos em residências na Vila Carlí e a empresários no distrito industrial CDI.

Um dos pontos mais atingidos foi a Vila Werner, na Colônia Vitória. A água invadiu residências de aproximadamente 50 famílias que moram próximas a um rio. Algumas perderam pertences. Uma criança ficou isolada dentro de casa e foi retirada pelos próprios moradores.

Morador da Colônia Vitória há 22 anos, Joelcio Bonifácio conta que desde o ano passado é a terceira vez que a vila fica alagada e sempre as casas são atingidas pela água. "São pessoas humildes,



Moradores da Colônia Vitória, no distrito de Entre Rios, tiveram residências invadidas pela água

que não possuem condição financeira para sair da área de risco. Estão aguardando a construção de um conjunto habitacional que não sai. Estamos pedindo há três anos à Surg para fazerem o alargamento do rio e afundá-lo e a retirada das famílias", relata.

Com a desativação do posto do Corpo de Bombeiros de Entre Rios para reformas, o morador conta que está havendo demora no atendimento. "Fiquei hoje pela manhã por quase 1 hora ligando para eles nos atenderem. Há pouco tempo houve um incêndio em um barracão de materiais recicláveis e a moradora ao lado quase perdeu os móveis", diz ele. O incêndio ocorreu em 25 de dezembro do ano passado.

Ainda na Colônia Vitória, a rua Pater Josef Stefan mais uma vez ficou alagada. Além de tomar a via pública, a água invadiu residências, devido a um córrego que passa sobre ela e também entre as casas. O problema já foi tema de reportagem no *Diário* em 24 de abril desse ano. À época, as manilhas não suportavam a vazão do riacho. O morador da rua, José Everton Rodrigues, conta que a prefeitura trocou algumas manilhas. Mas os transtornos persistem. "Como já sabíamos, o córrego transbordaria na primeira chuva", afirmou.

As ruas no Centro da colônia também ficaram alagadas. A água chegou a quintais de residências na mesma região. Segundo o Simepar, entre a sexta-feira, 1^ª, e ontem pela manhã, choveu 187,6 milímetros. A média histórica para todo o mês de junho em Guarapuava é de 134 mm. Na cidade, a chuva caiu com mais força entre 9h

e 10h, quando a estação meteorológica registrou acumulado de 24 milímetros.

A estação meteorológica da Fapa (Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária), em Entre Rios, registrou de 1^º de junho até as 15h de ontem, 192,6 mm. O acumulado supera em 40% a média histórica para o mês de junho.

Guarapuava
Na Vila Carlí, moradores da rua Antonio Dorigon enfrentaram o mesmo problema mostrado pelo *Diário* em reportagem publicada na edição de 27 de abril. A água represada do rio Cascavelzinho forma um banhado nas proximidades e voltou a invadir ontem o quintal da moradora Maria de Fátima dos Santos.

"Dessa vez entrou mais água e faltou pouco para chegar dentro de casa. Não pude trabalhar hoje para poder

Figura 4.20 – Página A6 da edição Nº 3364 do Diário de Guarapuava.



Figura 4.21 – Página A7 da edição Nº 3364 do Diário de Guarapuava.

A notícia mostra que o discurso apresentado no impresso utiliza-se de várias evocações à memória histórica, como ao citar “Em uma rua mostrada pelo Diário em abril deste ano” ou “O problema foi tema de reportagem no Diário em 24 de abril”. Vemos que o discurso da mídia vai se alterando, somando ao que já foi enunciado antes, utilizando o interdiscurso de forma a respaldar seu próprio discurso.

Ainda, mais uma vez, cabe ressaltar que o impresso continua utilizando a palavra alagamento como sinônimo de enchente e/ou inundação. Além disso, a causa continua sendo da ‘chuva’ ou do ‘mau tempo’, como vemos nos trechos abaixo.

[...] A chuva forte que caiu sobre Guarapuava e região na manhã de ontem causou prejuízos [...]

[...] Em Guarapuava, o mau tempo voltou a causar transtornos.

[...] a Rua Pater Josef Stefan mais uma vez ficou alagada.

Mesmo que a proposta dessa análise seja buscar somente pontos importantes do discurso midiático, não se pode deixar de mencionar que o periódico utiliza, e muito, o 'dito' e

o 'não-dito'³⁵ para referendar seus discursos. Por exemplo, quando é citada a palavra chuva, ao lançar um olhar detalhado, percebe-se o 'não-dito', que está implícito, mas que compõe o enunciado, pois, como citamos anteriormente, Pêcheux (1997) já havia dito que a ideologia fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é uma palavra ou um enunciado. A questão torna-se grave no momento em que vemos que a mídia acaba padronizando (da forma mais simples possível) termos e enunciados que emergem de questões do meio ambiente e que deveriam ser trabalhadas de forma mais científica, preocupando-se em esclarecer os leitores. Mas esse parece não ser o intuito dos meios de comunicação ao estabelecerem o seu 'contrato de leitura'.

Assim, o que podemos destacar, dessa análise, é que o interdiscurso vem se reproduzindo em forma de um discurso puro. Os processos indicam que na maioria dos casos, não é a chuva que causa os desastres naturais, mas sim sua associação a outros problemas, como a urbanização desordenada, que leva às ocupações de áreas de risco ou, ainda, problemas de infraestrutura das cidades. Neste caso, temos a repetição de uma ‘formação ideológica’, um pré-construído que se repete nos discursos da mídia. E, se temos a chuva como causadora de estragos, este seria o discurso do Sujeito (com S maiúsculo) se repetindo no indivíduo assujeitado (o sujeito – com s minúsculo), como se o discurso fosse deste último.

Notamos, também, que o Diário de Guarapuava considera como elemento constitutivo importante a composição visual do jornal impresso e, com isso, a foto é um dos pontos principais desse contexto. No caso das matérias analisadas, todas continham fotos impactantes, inclusive a matéria secundária do ano 2000 (Edição 454 – Figuras 4.8 e 4.9), pois as imagens possuem grande valor fotojornalístico ao demonstrarem um forte apelo visual, explicitando o desastre natural, que afeta, inclusive, crianças (que aparecem em fotografias), além de mostrarem vários contextos de famílias ocupando áreas de risco e, conseqüentemente, sendo afetadas pelos desastres.

Além das fotos, títulos e legendas apresentam elementos importantes do discurso do meio de comunicação, além de apresentarem vários elementos que demonstram a ação do interdiscurso no discurso midiático, como não-ditos, esquecimentos, discursos transversos, dentre outros.

Enfim, os meios de comunicação produzem seu conteúdo de forma a evocar a memória discursiva dos leitores, fazendo com que as formações ideológicas e discursivas entrem em cena, gerando o encontro e a reorganização de uma atualidade e de uma memória

35 Como já dissemos anteriormente, nessa pesquisa, utilizamos definições simples de que o 'dito' é o que está explícito e o 'não-dito' o que está implícito.

evocada (PÊCHEUX, 2002). Assim, a mídia constantemente produz o 'retorno do saber no pensamento', mas esse saber, com certeza, é o saber do Sujeito.

4.3. Análise de conteúdo das matérias jornalísticas do Diário de Guarapuava: 2000, 2005 e 2012

Com intuito de complementação da análise, julgamos importante que alguns dados quantitativos fossem destacados no trabalho. Dessa forma, consideramos interessante a utilização da análise de conteúdo temática, onde somente a dimensão das atitudes é cabível de avaliação (BARDIN, 2010). Por isso, serão avaliadas as categorias 'causa' e 'consequência'. Além disso, serão classificadas as fontes que aparecem nas matérias analisadas, que mostrarão quais são as vozes que atravessam o discurso midiático do Diário de Guarapuava.

Será utilizado o processo definido por Bardin (2010), com descrição dos conteúdos considerados passíveis e necessários de análise, seguido de inferências e, conseqüentemente, da interpretação dos dados. Essa inferência “é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada” (BARDIN, 2010, p. 41), dos procedimentos de análise e de interpretação. Ressaltamos que, em uma análise de conteúdo o intuito é analisar o que antecedeu a mensagem comunicacional e quais os efeitos dessa mensagem, sendo que, para isso, é necessária a inferência para que haja a ligação entre os dois pontos.

Para análise de conteúdo, as matérias são as mesmas analisadas no capítulo anterior e serão citadas da seguinte forma: 2000-1 (Edição 452, de 13/09/2000), 2000-2 (Edição 454, de 15/09/2000), 2005-1 ((Edição 1532, de 22 e 23/01/2005), 2005-2 (Edição 1708, de 06/10/2005), 2012-1 (Edição 3329, de 14 e 15/04/2012), 2012-2 (Edição 3338, de 27/04/2012) e 2012-3 (Edição 3364, de 05/06/2012).

Iniciando pela categorização das 'causas' e 'consequências' dos desastres naturais³⁶, realizamos a análise, conforme Tabela 4.1.

³⁶ As causas e consequências serão explicitadas conforme estão citadas nas páginas do Diário de Guarapuava, pois análise aqui sugerida necessita dessa informação do ponto de vista do periódico.

Tabela 4.1 – Categorização das ‘causas’ e ‘consequências’

Matéria	CATEGORIAS	
	Causa	Consequência (palavras e frases enunciadas no jornal)
2000-1	<i>Chuva</i>	- Alagamentos - Inundações - Água tomava conta de terrenos
2000-2	<i>Chuva forte</i>	- Prejuízos para os moradores - Pessoas desabrigadas
2005-1	<i>Chuva, riachos e construção de um canal de tubulado</i>	- Inundações - Enchentes - Piora da situação
2005-2	<i>Temporal</i>	- Prejuízos aos guarapuavanos - moradores sem poder sair de casa
2012-1	<i>Chuva intensa em um pequeno período de tempo</i>	- Inundações por toda a cidade
2012-2	<i>Chuva intensa</i>	- Alagamentos e transtornos em diversos bairros
2012-3	<i>Chuva forte</i>	- Casas alagadas - Prejuízos

Organizado por: NASCIMENTO, D. J. F. (2012).

Com essa primeira análise, já podemos visualizar quais são alguns dos principais elementos do conteúdo das matérias do Diário de Guarapuava. De acordo com este meio de comunicação, a chuva é a principal causadora dos desastres naturais e traz uma série de consequências negativas para sociedade. Como a chuva antecedeu o acontecimento e o resultado foram os desastres, podemos inferir que está evidente o discurso naturalista do meio de comunicação, pois são deixados de lado as interferências humanas (urbana) e os problemas socioeconômicos que realmente propiciam e aceleram os desastres.

Em um segundo momento, conforme sugere Bardin (2010), consideramos a necessidade de avaliar as palavras portadoras de sentido, ou palavras plenas, como define a autora. A Tabela 4.2 apresenta a relação das palavras plenas consideradas importantes para a temática desta pesquisa.

Tabela 4.2 – Palavras plenas

Termo	Ocorrências							Total
	2000-1	2000-2	2005-1	2005-2	2012-1	2012-2	2012-3	
Residência/Casa	8	1	7	7	12	7	10	52
Chuva	4	6	5	4	12	12	6	49
Moradores	1	1	9	3	5	4	10	33
Água	3	1	5	1	7	5	7	29
Alagamento	2	1	5	1	3	6	4	22
Córrego/Riacho/Rio	1	-	6	2	1	5	7	22
Problema	1	-	2	1	1	1	5	11
Prejuízo/Danos	-	1	-	2	3	2	1	9
Prefeitura	-	-	3	-	2	1	2	8
Risco	-	2	-	1	1	3	1	8
Bombeiros	1	-	-	-	2	3	1	7
Infraestrutura/Obras	-	-	3	-	-	-	4	7
Melhorias	-	-	7	-	-	-	-	7
Transbordamento	-	-	-	1	1	3	2	7
Inundação	1	-	-	-	5	-	-	6
Defesa Civil	-	2	-	1	-	2	-	5
Simepar	-	-	-	-	2	2	1	5
Tempestade	-	2	-	-	3	-	-	5
Temporal	-	-	-	2	2	-	-	4
Transtornos	-	-	-	-	-	2	2	4
Desabrigado/Desalojado	-	1	-	-	-	2	-	3
Enchente	-	-	1	1	-	-	1	3
Sufrimento	-	-	2	-	-	1	-	3
Sujeira/Lixo	1	-	-	2	-	-	-	3

Organizado por: NASCIMENTO, D. J. F. (2012).

A contabilização das palavras plenas mostra que o conteúdo das matérias opta por palavras que remetem aos problemas que afetam os moradores e também as residências das localidades atingidas por desastres naturais. A grande ocorrência da palavra chuva também é um ponto interessante, tendo em vista que o termo é atrelado ao vilão do problema, além disso, está amplamente ligado nas notícias à simbologia atribuída à água como uma das causadoras dos problemas.

É interessante como a análise mostra que o informativo apresenta grande incidência de referências às palavras córrego, riacho e rio (como sinônimos), mas deixa de lado os

problemas de ocupação em áreas de risco, mesmo que muitas vezes seja citado o termo ‘risco’.

Tendo em vista que as palavras enchente, inundação e alagamento são utilizadas como sinônimos, evitando que o meio de comunicação recorra em repetições caso fosse utilizado apenas um dos termos, também é notada a predisposição do jornal pela palavra alagamento, ao invés de enchente ou inundação.

Destacamos, ainda, que os problemas de infraestrutura são pouco percebidos nas notícias, pois são minimamente citados, remetendo à hipótese de que a naturalização é mais apta ao discurso jornalístico, pois não existem formas de contestar esses ‘problemas naturais’.

No Gráfico 4.1, podemos notar visualmente a incidência das palavras plenas nas notícias analisadas.

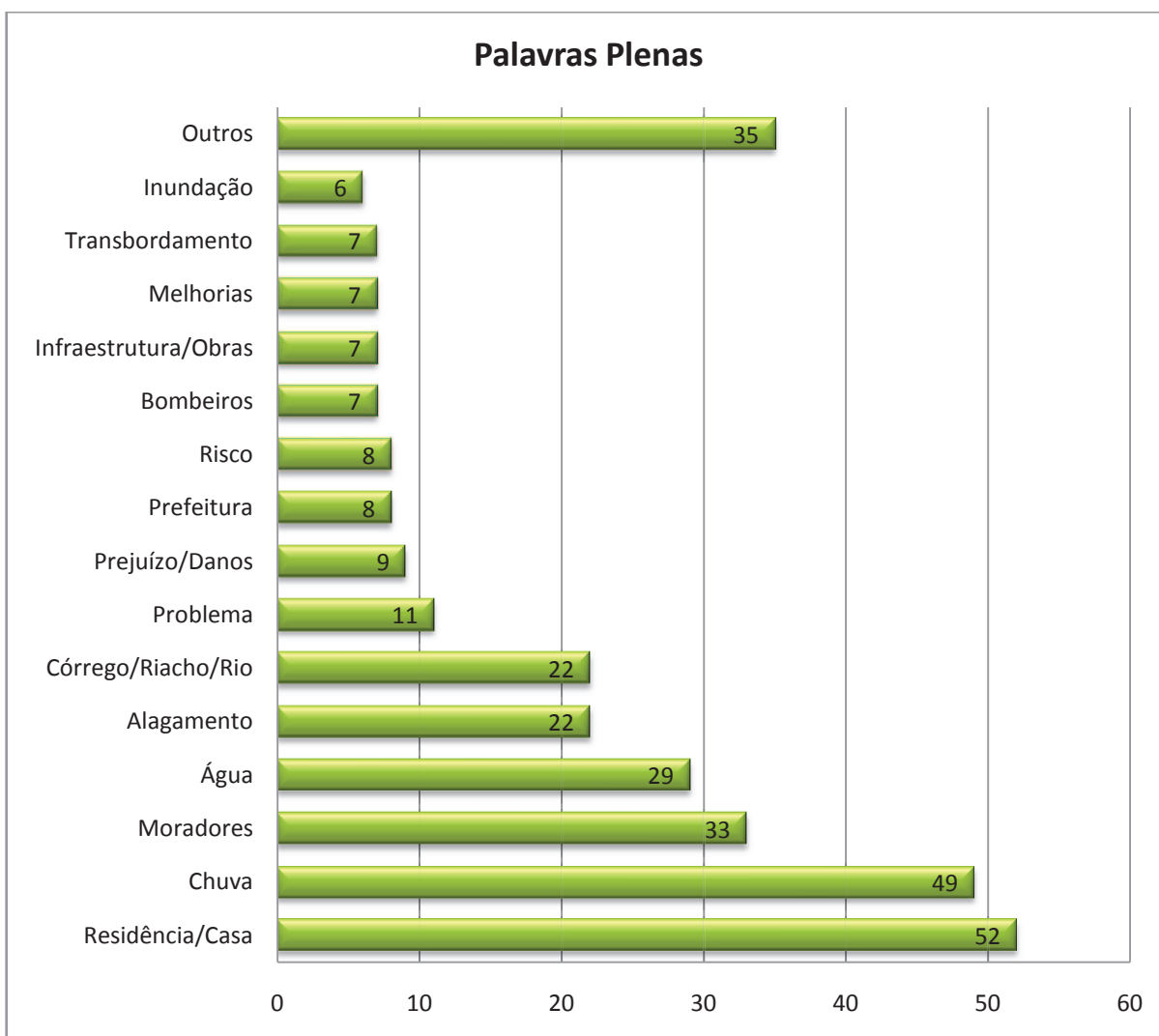


Gráfico 4.1- Principais palavras plenas.
Organizado por: NASCIMENTO, D. J. F. (2012).

Cabe ainda, alavancar uma última análise das notícias, que diz respeito à classificação das fontes. Englobando todas as matérias, notamos que o Diário de Guarapuava tem grande preferência por utilização de vítimas para compor com seu discurso, ao todo foram 19 vítimas³⁷ citadas nas sete matérias. Para se ter ideia, nas mesmas notícias foram contabilizadas sete aparições de especialistas³⁸, quatro de representantes do governo³⁹ e apenas uma pessoa da sociedade civil⁴⁰ externa ao problema.

Quanto ao direcionamento das palavras, notamos que por um lado aparecem inúmeros termos com direcionamento positivo (como as residências/casas e os moradores), por outro surgem inúmeras palavras com simbologia que atribui valor negativo (chuva, água, alagamento, etc.). Essas direções, favoráveis ou não, ajudam o meio de comunicação a fixar seu discurso. Por exemplo, nas matérias sobre desastres naturais, o jornal apresenta a chuva e a água como as vilãs, pois são elas que estão ‘prejudicando’ a vida das pessoas, mas se o cunho da notícia fosse a degradação do meio ambiente, provavelmente, essas palavras teriam valoração positiva.

Concluimos que o discurso jornalístico do Diário de Guarapuava molda-se ao conteúdo que é apresentado nas páginas do informativo. O interdiscurso e seus elementos são percebidos nas linhas e também nos conteúdos que compõem o periódico como mídia de massa. O efeito dessas notícias (mensagens), apresentando uma visão naturalizadora dos desastres naturais, tem reflexo na sociedade, pois se cria o senso comum de que o fenômeno é natural, relegando a poucos a noção dos reais problemas e agravantes dos desastres.

³⁷ Pessoas afetadas pelo desastre natural.

³⁸ Especializados em determinado assunto, que surgem como inquestionáveis no discurso midiático.

³⁹ Representantes da prefeitura, corpo de bombeiros e defesa civil.

⁴⁰ Pessoa externa ao problema, que não foi afetada, mas tece comentário(s) sobre o acontecimento.

5. Considerações finais

Este trabalho teve objetivo de avaliar o discurso midiático, a partir do interdiscurso proposto por Michel Pêcheux, sobre os desastres naturais veiculados no jornal Diário de Guarapuava. Algumas respostas surgiram das pesquisas e análises que foram realizadas.

A primeira análise que merece ser referendada é a influência dos meios de comunicação. A pesquisa apontou que a mídia age no sistema capitalista atual, de forma que pode ser considerada uma poderosa ferramenta para influenciar as pessoas, desde o momento em que define o acontecimento que será noticiado e estará nos debates do espaço público até o ponto em que consegue criar o senso comum sobre determinados elementos da nossa sociedade. É claro que esta influência está engendrada naquele contrato de leitura, que prevê o produto midiático (a notícia) sendo reconhecida, aceita e retransmitida pelos leitores, que por sua vez utilizarão dos seus filtros sociais para produzirem o seu 'discurso puro', assujeitado ao discurso dos meios de comunicação de massa, mas sem que isso seja percebido. É interessante que, muitas vezes, nos deparamos com a própria mídia sofrendo esse assujeitamento por ela mesma, ou seja, reproduzindo seu próprio discurso com a impressão de que está criando um discurso novo.

A partir disso, entendemos que, se não podemos negar o papel da mídia, enquanto divulgadora e formadora de opiniões, nos cabe problematizar a "criticidade" dessas informações e em que medida ao invés de sensibilizar e/ou informar as pessoas sobre o tema abordado ela não acaba por despolitizá-la. Até porque, consideramos que a mídia depende da publicidade para manter seus trabalhos, o que faz com que imagens sejam mais importantes que as informações e o aprofundamento científico, ou seja, a produção se sobressai às posições ideológicas e/ou ideários coletivos.

Também ficou comprovado que o discurso da mídia está amparado pelo interdiscurso e seus elementos, que se fundam em um texto carregado de subjetividade para provocarem, por meio da espetacularização e da dramatização, a reação dos leitores, afetando o público da forma mais abrangente possível.

Porém, ressaltamos que não é intuito dessa pesquisa condenar o meio de comunicação analisado, mas avaliar o discurso da mídia sobre o meio ambiente ao afetar a vida das pessoas. Entretanto, avaliamos que o Diário de Guarapuava está trazendo para os debates do espaço público assuntos que dizem respeito aos problemas enfrentados em Guarapuava e cabe ao leitor fazer uma análise crítica dos problemas e não apenas retransmitir os discursos desse 'Outro', seja da mídia ou de qualquer elemento formador de opinião

pública. Porém, é necessário que aquele que consome a notícia saiba como esse processo de assujeitamento ocorre e possa agir de forma a consumir o produto da mídia com criticidade necessária para sua análise.

No que tange aos acontecimentos que surgem da interação da sociedade com o meio ambiente, notamos que esses assuntos não fogem do foco midiático, pelo contrário, cada vez mais ganham espaço nos campos destinados à produção dos *mass media*. Mesmo que o foco seja uma produção que busca apreender o consumidor deste meio de comunicação por meio de uma produção totalmente pensada, não se pode negar a importância da mídia para que os debates sobre o meio e a sociedade, suas dinâmicas e interações, eclodam no espaço público e fecundem uma opinião pública crivada de cidadania e de visão realmente ambientalista.

Entretanto, tanto a análise discursiva quanto a complementação feita através da análise de conteúdo mostraram que a mídia produz seu espetáculo também sobre os acontecimentos que remetem aos desastres naturais. Como a produção ganha ares de dramatização, o que vemos é que a matéria tende a criar leitores que se identificam com aqueles que são atingidos pelos desastres, se sentindo parte da sociedade que foi afetada, mesmo que nunca tenham tido problema com alagamentos ou qualquer outro fenômeno desse tipo. Nas matérias analisadas, vimos que por um lado surgem elementos que ganham destaque positivo e dramático nos discursos da mídia, mas por outro aparecem como os fenômenos naturais (como a chuva) que ganham contornos de vilão, ou seja, o grande mau que afeta a sociedade causando desastres naturais.

Nesse sentido, a forma com que a natureza é tratada, especificamente nas matérias sobre os desastres naturais, sendo a chuva aferida como vilã dos problemas que ocorrem, torna-se um empecilho para os embates (e debates) que envolvem as interações sociedade-natureza. Foi visto que esse processo que naturaliza os acontecimentos, deixando de lado os reais problemas sociais, como a urbanização feita sem planejamento e as ocupações de áreas que deveriam ser preservadas, é algo que facilita a produção midiática, pois é mais fácil que a culpa seja jogada em algo que não pode ser questionado do que buscar equacionar problemas onde os agravantes são a inoperância do sistema e o desinteresse dos governantes.

Além disso, essa naturalização passa pelo crivo da produção para as massas, que prevê matérias de fácil entendimento e aceitação por todos, o que resulta na simplificação dos conteúdos, a fim de criar o senso comum sobre determinados elementos e acontecimentos. É por isso que é mais prático para o meio de comunicação tratar de forma simplória e como sinônimos termos como alagamento, inundação e enchente, pois, provavelmente, não seria interessante do ponto de vista midiático definir técnica e cientificamente cada um dos termos.

Porém, pensamos que além da questão dos termos equivocados, um papel fundamental da mídia, que muitas vezes é pouco explorado, está no fato de demonstrar a implicação ambiental, política, cultural e social do problema, sendo uma ferramenta a favor do cidadão. Talvez se este lado fosse explorado, o leitor tivesse ganhos significativos quanto à formação crítica sobre o problema.

Ficou evidente, também, que os desastres naturais afetam cada vez mais as classes menos favorecidas economicamente, isto porque são essas parcelas da sociedade que acabam tendo que ocupar as áreas de risco. Além disso, essas pessoas que convivem com o desastre ainda têm que aceitar a acusação de que são responsáveis pelos problemas ambientais.

Outro ponto, é que a mídia está emitindo suas mensagens para um público que necessita dessas informações para se relacionar, mas, ao mesmo tempo em que informa a mídia também desinforma, pois deixa de lado informações que iriam gerar o conhecimento e o crescimento informacional da população. A mídia segue (re)produzindo seus consensos, evocando a memória histórica para que o leitor se identifique com as suas mensagens e com isso, criando e mantendo seus heróis e vilões na sociedade.

Enfim, estamos chegamos a um momento em que cada vez mais é necessário que surjam novos interessados em promover a cidadania e o desenvolvimento da sociedade. Os meios de comunicação de massa são peça fundamental para que o futuro seja de diminuição dos problemas socioeconômicos e ambientais, porém isso passa pela qualidade da informação. Ou seja, é necessário que a imprensa possa abnegar do lado capitalista da produção midiática e entre um novo patamar, com informações que tragam mais possibilidade de informação e muito mais qualidade informacional, só assim, a partir do momento em que a mídia se conscientizar disso, é que a sociedade começará a galgar novos horizontes sem a presença do Outro ou, no mínimo, sabendo que está assujeitada a um discurso exterior.

No mais, surgem agora novos questionamentos, que dizem respeito a como a sociedade decodifica as mensagens sobre o meio ambiente que emanam dos meios de comunicação de massa. Mas isso requer um novo trabalho, para que, no futuro, se possa avaliar e indicar novos caminhos para essa interação mídia-sociedade-natureza. Para aqueles que gostam de desafios, está no ar a necessidade de se avaliar o outro lado da moeda, como essas mensagens da mídia são apropriadas pela sociedade? Que pré-conceitos? Que atitudes? Que ações elas geram? Estão lançadas questões, mas essas respostas buscaremos responder em futuros trabalhos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **A indústria cultural**. In: COHN, Gabriel. (Org.) Comunicação e indústria cultural – leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e cultura de massa nessa sociedade. 3ª ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977. p. 287-295.

ALEXANDRE, Marcos. **O papel da mídia na difusão das representações sociais**. *Comum*. v. 6, n.17. 2001.p. 111-125.

AMARAL, Adriano Araújo do. THOMAZ, Edivaldo Lopes. **Identificação de áreas de alojamento na cidade de Guarapuava, Paraná**: período de 1998-2006. In: GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas Gomes. HAURESKO, Cecília. BORTOLI, Carlos de. Cidade, cultura e ambiente: sob a perspectiva geográfica. Guarapuava: Unicentro. 2008. p. 181-202.

ANDRADE, Thales de. **Ecológicas manhãs de sábado**: o espetáculo da natureza na televisão brasileira. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BARROS FILHO, Clóvis de. BARTOLOZZI, Pedro Lozano. **Ética na Comunicação: Da Informação ao Receptor**. São Paulo, Moderna, 1995.

BENETTI, Marcia; JACKS, Nilda Aparecida. **O discurso jornalístico**. In: X Encontro Anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação – Compós, 2001, Brasília. Anais do X Encontro Anual da Compós, 2001. v. 1. p.280-290.

BITOUN, Jan. **Os embates entre as questões ambientais e sociais no urbano**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs). Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 299-307.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 16ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRASIL. Congresso Nacional. **Constituição (1988): Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 02 de julho de 2012.

BRASIL. **Lei Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981**: Política Nacional do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 02 de julho de 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Departamento de Atenção Básica. Vigilância em saúde: zoonoses** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CASTELLS, Manuel. **A era da intercomunicação**. 2006. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2006/08/18/a-era-da-intercomunicacao-por-manuel-castells/>>. Acesso em: 09/10/2012.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. Tradução: Angela Côrrea. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2010.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. **O outro lado do meio ambiente**: uma incursão humanista na questão ambiental. Campinas – SP: Millennium, 2002

CUNHA, José Marcos Pinto da. **Planejamento municipal e segregação socioespacial**: porque importa?. In: BAENINGER, Rosana (org.). População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais - Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp. Brasília: UNFPA, 2010. p. 65-78.

DA VIÁ, Sarah Chucid. **Opinião Pública**: técnica de formação e problemas de controle. São Paulo: Loyola, 1983.

DUARTE, Elizabeth Bastos. **Telejornais: incidências do tempo sobre o tom**. In: DUARTE, Elizabeth Bastos; CASTRO, Maria Lilia Dias de. Comunicação audiovisual: Gêneros e formatos. Porto Alegre: Sulina, 2007.

DUTRA, Manuel Sena. **A natureza da mídia**: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta. São Paulo: Annablume, 2009.

EM-DAT – Emergency Events Database. **The OFDA/CRED International Disaster Database**. Bruxelas: Universidade Católica de Louvain. Disponível em: <<http://www.emdat.be/>>. Acesso em: 04/07/2012.

FAGUNDES, Beatriz. **A problemática da água como representação social**: um estudo de caso com moradores do bairro Alto da XV em Guarapuava – PR. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2008.

FARIA, Maria Alice. **O jornal na sala de aula**. 13ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. **Como usar o jornal na sala de aula**. 10ª ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____; ZANCHETTA JR, Juvenal. **Para ler e fazer o jornal na sala de aula**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro (org.). **Glossário de termos do discurso**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2001.

GARCIA, Mario. **Pure Design**. Flórida: Miller Media, 2002.

GOERL, Roberto Fabris; KOBIYAMA, Masato. **Considerações sobre as inundações no Brasil**. In: Laboratório de Hidrologia da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. 2005. Disponível em: <http://www.labhidro.ufsc.br/Artigos/ABRH2005_inundacoes.pdf>. Acesso em: 30/07/2012.

GOMES, Marquiana de Freitas Vilas Boas. **Trajatória Ambiental de Guarapuava: leituras da paisagem**. Tese de doutorado. Universidade Estadual Paulista – UNESP. Presidente Prudente: [s.n], 2009.

GRUPO CDN. **Credibilidade da Mídia**. 2008. Disponível em: <http://www.cdn.com.br/cdnportal/arquivo/CDNEP_PesquisaCredibilidade_VApresenta%0c3%a7%0c3%a3oEVENTO_14ago08.pdf>. Acesso em: 20/10/2012.

GUARESCHI, Patrick. **Psicologia, Subjetividade e Mídia**. In: FURTADO, Odair. (Org.). II Seminário de Psicologia e Direitos Humanos - Compromissos e comprometimentos da psicologia. Recife: Ed. Universitária, 2004, v. 1, p. 29-34.

HERNANDES, Nilton. **A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público**. São Paulo: Contexto, 2006.

KOBIYAMA, Masato; *et al.* **Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos**. Florianópolis: Ed. Organic Trading, 2006.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental – Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LIMA, Venício Artur de. **Sete teses sobre a relação Mídia e Política**. Mimeo, 2003.

LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo; Contexto, 2005. p. 111-153.

MAFRA, Cristina; MAZZOLA, Marcelo. **As razões dos desastres em território brasileiro**. In: SANTOS, Roseli Ferreira (org.). Vulnerabilidade Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007. p. 10-12.

MALDIDIER, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

MAMEDE-NEVES, Maria Aparecida; PEDROSA, Stella Maria Peixoto de Azevedo. **Quem lê tanta notícia? O jovem universitário e o jornal impresso**. Revista Famecos, n. 40. Porto Alegre, 2009. p. 68-76.

MARCELINO, Emerson Vieira. **Desastres naturais e geotecnologias: conceitos básicos**. Santa Maria: Ministério da Ciência e Tecnologia (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), 2008.

MARTINE, George; MCGRANAHAN, Gordon. **A transição urbana brasileira: trajetória, dificuldades e lições aprendidas**. In: BAENINGER, Rosana (org.). População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais - Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp. Brasília: UNFPA, 2010. p. 11-24.

McCOMBS, Maxwell; SHAW, Donald; WEAVER, David. **Communication and democracy: exploring the intellectual frontiers in agenda-setting theory**. Londres, Inglaterra: Lawrence Erlbaum Publishers, 1997.

MENDONÇA, Francisco. **Geografia e meio ambiente**. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **Geografia socioambiental**. Terra Livre. São Paulo: AGB, n. 16, 1º semestre/ 2001. p. 139-58.

NETTO, Ana Luiza Coelho; AVELAR, André de Souza. **O uso da terra e a dinâmica hidrológica**. In: SANTOS, Roseli Ferreira (org.). Vulnerabilidade Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007. p. 59-73.

OLIVEIRA, Éderson Dias de. **Impactos da urbanização na geometria hidráulica de canais fluviais da bacia hidrográfica do Rio Cascavel**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Centro-Oeste – Unicentro. Guarapuava, 2011.

PAVANI, Cecília; JUNQUER, Ângela; CORTEZ, Elizena. **Jornal: uma abertura para a Educação**. Papirus, Campinas, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Tradução de Eni Orlandi, *et al.* 3.ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1997.

_____. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. 3ª ed. Campinas: Pontes, 2002.

PELLANDA, Eduardo. **Mobilidade e personalização como agentes centrais no acesso individual das mídias digitais**. E-compós, v. 9. 2007. p. 1-14.

PINHEIRO, Adilson. **Enchente e inundação**. In: SANTOS, Roseli Ferreira (org.). Vulnerabilidade Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007. p. 95-106.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 1989.

_____. **O Desafio Ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Entre Prometeu e Pandora – sociedade e natureza no início do século XXI**. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs). Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 323-334.

SANTOS, Boaventura de Souza e AVRITZER, Leonardo. **Para ampliar o cânone democrático**. In: SANTOS, Boaventura de Souza (org.). Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, MILTON. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 2º Edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAVENHAGO, Igor José Siquieri. **A crise dos impressos e o contexto histórico da reforma gráfica e editorial do Jornal A Cidade, de Ribeirão Preto**. In: VIII Encontro Nacional de

Pesquisadores em Jornalismo. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo. Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2010. Disponível em: http://sbpjour.kamotini.kinghost.net/sbpjour/admjour/arquivos/cc_21.pdf. Acesso em: 08/10/2012.

SCHWARTZ, Gisele Maria; *et al.* **Mídia impressa, comunicação e a disseminação do lazer.** *In:* Revista Digital, Buenos Aires – Ano 10 – nº 88 – Setembro de 2005. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd88/midia.htm>>. Acesso em: 12/10/2012.

SEABRA, Manoel Fernando Gonçalves. **Geografia(s)?** *In:* Revista Orientação, n.5. São Paulo, 1984. p.9-17.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **O embate entre as questões ambientais e sociais no urbano.** *In:* CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs). Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 308-322.

SILVA, Jorge Xavier da. **A pesquisa ambiental no Brasil: uma visão crítica.** *In:* BECKER, Berta; *et al.* (orgs.). Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC, 1995. p. 346-370.

SILVEIRA, Marcelo Deiro Prates da. **Efeitos da Globalização e da Sociedade em Rede Via Internet na Formação de Identidades Contemporâneas.** Revista Psicologia, Ciência e Profissão. Nº. 24 (4). Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 2004. P.42-51

SOUSA, Jorge Pedro. **Teorias da Notícia e do Jornalismo.** Chapecó: Argos, 2002.

SOUZA, Célia Regina de Gouveia. **Risco a inundações, enchentes e alagamentos em regiões costeiras.** *In:* Anais do Simpósio Brasileiro de Desastres Naturais, 2004, Florianópolis. Anais. Florianópolis: GEDN/UFSC, 2004. p. 231-247.

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O embate entre as questões ambientais e sociais no urbano.** *In:* CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs). Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 295-297.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. **Debate entre questões ambientais e sociais no urbano.** *In:* CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges (orgs). Dilemas Urbanos: novas abordagens sobre a cidade. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2005. p. 352-357.

_____. **Espaço geográfico uno e múltiplo.** *In:* SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes; BASSO, Luís Alberto; VERDUM, Roberto (Orgs.). Ambiente e lugar no urbano – a grande Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 13-34.

_____. **Geografia física e geomorfologia: temas para debate (Mesa redonda – Epistemologia da Geomorfologia).** *In:* Anais do VII Simpósio Nacional de Geomorfologia – Sinageo – e II Encontro Latino-Americano de Geomorfologia – dinâmica e diversidade de paisagens. Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

_____. **Geografia Física (?) Geografia Ambiental (?) ou Geografia e Ambiente (?)** *In:* MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Saete (orgs.) Elementos de Epistemologia da Geografia Contemporânea. Curitiba: Ed. UFPR, 2002. p. 111-120.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação é um direito**. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

THOMAZ, Edivaldo Lopes. VESTENA, Leandro Redin. **Aspectos climáticos de Guarapuava-PR**. Guarapuava: Editora Unicentro, 2003.

THOMAZIELLO, Sueli. **Usos da terra e sua influência sobre a qualidade ambiental**. In: SANTOS, Roseli Ferreira (org.). Vulnerabilidade Ambiental. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2007. p. 23-38.

TOMINAGA, Lúcia Keiko. **Desastres Naturais: Por que ocorrem?**In: TOMINAGA, Lúcia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosângela do Amaral (orgs). Desastres Naturais: conhecer para prevenir. São Paulo: Instituto Geológico, 2009. p. 12-23.

VESTENA, Carla Luciane Blum. **O papel da mídia na formação da opinião pública: a contribuição de Bourdieu**. In: Revista Guairacá. Nº 24. Guarapuava: Editora Unicentro, 2008a. p. 9-22.

VESTENA, Leandro Redin. **A importância da hidrologia na prevenção e mitigação de desastres naturais**. In: Revista Ambiência. Guarapuava: Editora Unicentro, 2008b. p. 151-162.

VITTE, Claudete de Castro Silva. **Cidadania, qualidade de vida e produção do espaço urbano: desafios para a gestão urbana e para o enfrentamento da questão social**. In: BAENINGER, Rosana (org.). População e Cidades: subsídios para o planejamento e para as políticas sociais - Campinas: Núcleo de Estudos de População – Nepo/Unicamp. Brasília: UNFPA, 2010. p. 79-95.

VÍTOLO, Carlos Alberto. **“Tesoura sim, Alicates não” ou “Entre sem Bater”**: Revisão histórica entre imprensa e poder com ênfase na imprensa alternativa brasileira. 2003. 131 f. Trabalho de Conclusão de Cursos (Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo) - Faculdade de Comunicação Social “Jornalista Roberto Marinho” de Presidente Prudente, Universidade do Oeste Paulista – Unoeste, Presidente Prudente.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 8ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003.